

Danichi Hausen Mizoguchi

*SEGMENTARICIDADES:
PASSAGENS DO LEME AO PONTAL*

Mestrado em Psicologia
Orientador: Luis Antonio Baptista
Niterói/2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M685 Mizoguchi, Danichi Hausen.

Segmentariedades: passagens do Leme ao Pontal /
Mizoguchi, Danichi Hausen. – 2007.

100 f.

Orientador: Luis Antonio Baptista.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de
Psicologia, 2007.

Bibliografia: f. 91-100.

1. Sociologia urbana – Rio de Janeiro (RJ). 2. Cidade –
Aspecto social. 3. Vida urbana – Rio de Janeiro (RJ). 4. Arquitetura

Danichi Hausen Mizoguchi

*SEGMENTARICIDADES:
PASSAGENS DO LEME AO PONTAL*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Luis Antonio Baptista

Niterói/2007

Banca examinadora:

Professor Doutor Luis Antonio Baptista (UFF), orientador;

Professora Doutora Tania Mara Galli Fonseca (UFRGS);

Professora Doutora Cecília Coimbra (UFF);

Professor Doutor Auterives Maciel (UFF).

Resumo:

A presente dissertação intenta pôr em cena os conceitos de vida, poder, potência e resistência a fim de problematizar a experiência urbana contemporânea. Coloca em questão os muros e grades disseminados pelas cidades, tomando-os como dispositivos que engendram subjetividades na superfície da urbe. Narrando passagens do Leme ao Pontal, explícita a concretude de embates biopolíticos em determinada região da cidade do Rio de Janeiro.

Abstract:

This dissertation aims to put in scene the concepts of life, power, potency and resistance in order to analyse the contemporary urban experience. It places in question the walls and gratings spread around the cities, taking them as devices that produce subjectivities on the urbe surface. Narrating passages from Leme to Pontal, it explicits the concretude of biopolitical conflicts in a certain region of the city of Rio de Janeiro.

*Eu não espero pelo dia em que todos os homens
concordem / Apenas sei de diversas harmonias
bonitas possíveis sem juízo final*

(Caetano Veloso, Fora da Ordem)

SUMÁRIO.

Introdução.

Disparos.	10
Caminho.	11
Dispositivo.	14
Incidências.	15
Ética.	16
Lugar.	17
Abertura.	18

Problematização.

Sotaque.	20
Subjetividades.	21
Contingências.	25
Vidas.	28
Modulações.	31
Resistências.	37

Procedimento. 43

Passagens do Leme ao Pontal. 52

Copacabana.	53
Ipanema.	61
Leblon.	72

Barra da Tijuca.	78
Saídas.	88
Referências bibliográficas.	90

INTRODUÇÃO:

De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.

(Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*)

Disparos.

Tratar-se-ia de esdrúxula simplificação renegar a multiplicidade dos disparos. Eles vêm aos montes, de cá e de lá, compondo um mosaico em alvo que é, sem qualquer paradoxo, todo e fragmentário ao mesmo tempo. O que há é muito: a petulância da insistência. Há uma história de vida rajando para os lados e em si mesma. Há um mundo que olha os olhos de quem vê. Há um estranho canibalismo que deglute e reinventa interlocuções. Há cidades visíveis e invisíveis, tantas quantas forem. Há de haver alegria e leveza, gaio saber produzido nos detalhes do cotidiano. Algo há de disparar, já que o que há é, no fim, uma indefectível crença nas possibilidades de invenção do presente.

Prepotência, deletéria exatidão: a redução da polifonia autoral ao timbre de uma voz uníssona é sempre vã. Erro crasso, impostura intelectual. A solidão hermética que a assinatura de um nome próprio poderia sugerir é apenas aparente: trata-se, por outra, de uma solidão povoada; o nome que assina uma dissertação – um texto, um ato qualquer – nunca é menos do que uma multiplicidade. Nome próprio – ou, em outros termos, a função-autor - que passa a designar, menos do que um sujeito apartado, o efeito da seleção de inúmeros afetos. A reboque, cada qual se põe a fabricar e filtrar as intercessões e agenciamentos – coisas, pessoas, fatos e tudo mais que aprouver - com os quais irá criar uma estilística de composição de conhecimento. Um autor, um habitat, uma ambiência. A afirmação peremptória da singularidade e da diferença como método: uma teia de afetos qualquer nunca poderá ser igual a nenhuma outra.

Estilhaços de fragmentos furtados na mesa do café da manhã, na sala de aula, depois do gole de cerveja no botequim. No corre-corre do dia-a-dia, na calçada, na esquina, no sinal fechado. Sob e sobre grades. Fragmentos berrados, sussurrados, ensinados, aprendidos. Fragmentos de discórdia, de concórdia, lidos, relidos. De tudo isso – e tantos mais, talvez

inomináveis - se compõe a presente dissertação de mestrado. Trabalho acadêmico que não deixa de ser, os estilhaços conceituais clássicos – e talvez se tome a definição dos tais fragmentos em um sentido por demais conservador: formulação de uma idéia através de palavras - são os mais bem explicitados no corpo do texto. Não que os tantos outros nacos sejam postos de lado: eles sempre estão lá, sorrateiros, imiscuindo-se e se fazendo preto no branco da escrita. Um sussurro, uma dúvida. Uma festa, um pranto. Tudo lá.

Para além das tais conceituações e de seus autores, um bando de nomes é citado de saída querendo reafirmar, agradecer e celebrar a co-autoria de uma escrita – ou, mais, de uma vida: Ivan Gilberto Borges Mizoguchi, Denise Costa Hausen, Mayume Hausen Mizoguchi, Iuri Hausen Mizoguchi, Lara Hausen Mizoguchi. Alice De Marchi Pereira de Souza. Toshio Mizoguchi. Luis Antonio Baptista. Pablo Francischelli, Lucas Álvares, Carina Levitan, Carolina Cony, Leticia Poitevin. Luis Artur Costa, Manoel Madeira, Mateus Cunda, Vitor Martins Régis, Paula Goldmeier. Alexei Conte Indursky, Guilherme Petry. Luciana Knijnik, Raquel Ritter. Tania Mara Galli Fonseca. Cecília Coimbra, Auterives Maciel. Cada qual, muitos. Um autor, enfim.

Caminho.

O afã vem sempre de um problema: nada aquém do encontro de diversas forças em uma trama. Assim é, já que, para que se tenha algo a dizer, é necessário que a questão que se coloca possua uma pertinência quase histórica no percurso rizomático do qual passa a fazer parte. Resquícios alheios, ziguezagues meliantes e corruptelas de apropriação confluindo no desafio de um nó – ou, por outra, de um abalo curioso: algo que, em dado momento, toma forma e se anuncia, abrindo com tal anunciação um horizonte pleno de sentidos possíveis e ainda inexistentes. Convocatória que, constringendo à criação de respostas, insinua o gatilho de uma inédita co-existência de componentes em um corpo heterogêneo e aberto. A fim de que o trabalho possa se dar, faz-se necessária a cara-de-pau do malandro que pega o bonde andando e ainda quer sentar na janela - e, de fato, senta-se. Assim, sempre se esteve e se estará em meio, na batida do ritmo ditado pelo motor dos problemas e das questões que eriçam a curiosidade, pedem respostas provisórias, catalisam dobras e, sempre e sempre, mais problemas e mais questões.

Não obstante, a presente pesquisa vem inevitavelmente sendo deformada por diversos encontros em seu decorrer. Afetada, faz-se e se refaz em alianças, sendo sempre fruto de interferências impingidas por acontecimentos que ousam consistir. Nesse andar, a alguns

portos provisórios há de se chegar. Deles, modificados, sempre se há de partir: um nomadismo epistêmico ciente de que, felizmente, ainda há muita errância no porvir.

Portos provisórios, abalos, nós em uma trama. Deles, demarca-se um começo temporal arbitrário. Podam-se radiculas, esquecem-se passagens, minora-se o cenário: opera-se uma seleção a fim de que a história possa ser contada e as questões mais claramente colocadas. Tal ponto dá-se em meados do ano de 2002, quando, ainda graduando, ingressei no grupo *Modos de trabalhar, modos de subjetivar*, coordenado pela professora Tania Mara Galli Fonseca junto ao Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em tempos de Reforma Psiquiátrica, o Hospital Psiquiátrico São Pedro – primeiro e mais importante hospício gaúcho – passava por mudanças, e a investigação desse momento era o foco do grupo de pesquisa. Assim, alguns trabalhos acerca do assunto foram desenvolvidos. Juntamente com o colega e amigo Luis Artur Costa, propus-me a traçar uma genealogia espacial de uma das alas do prédio histórico do hospital psiquiátrico, a qual estava em vias de se transformar em um Memorial da Loucura. Duas eram as questões centrais as quais nos intrigavam: o que se fez do prédio que por mais de um século foi hospedeiro da loucura porto-alegrense e gaúcha? Quais são as respostas do contemporâneo aos insanos e qual é o espaço que passará a hospedá-los?

Já de início percebemos a necessidade de esmiuçar o histórico da cidade de Porto Alegre para tentar dar conta de tais perguntas. O que era a loucura naqueles tempos em que o São Pedro foi fundado, quando o século XIX encaminhava-se para o seu final? A que saberes e poderes concerniam então os corpos insanos? Essas eram questões tão importantes quanto as que seguem: como a cidade de Porto Alegre se organizava naquela época? Quais interesses embasavam e impulsionavam a construção de um majestoso palácio de guardar doidos nos arrabaldes da cidade? Enfim, que cidade era essa que tanto necessitava de um hospício? Não é difícil se chegar à conclusão de que tais práticas se coadunavam aos ditames utópicos de uma “cidade perfeitamente governável” (Foucault, 1987, p. 164), esquadrihada e disciplinada, na qual a desrazão não poderia ter vez. Cidade que, administrada pela razão científica, pedia ordem e progresso, preceitos plenamente incompatíveis com a desmedida da loucura.

Acompanhando o percurso do Hospital Psiquiátrico São Pedro, percebemos modelações e remodelações do espaço do hospício e da tal ala que era o objeto central de nossa pesquisa: primeiramente estruturado de modo leigo, de acordo com as práticas de cunho assistencialista que dominaram o manicômio quando de sua fundação, passando por uma

estruturação hospitalocêntrica e disciplinar, quando da tomada de poder pela medicina psiquiátrica e culminando, em tempos de Reforma Psiquiátrica - após algumas dobras, conseqüências do advento da psicanálise ou da assistência social, por exemplo – com a proposta de realização do Memorial da Loucura. Tantos saberes, tantos poderes, tantas ordenações espaciais...

Mas questões semelhantes às que nos impulsionaram no início da pesquisa urgiam: se na época da fundação a cidade se queria moderna e higiênica – perfeitamente governável, escreveu Foucault -, que cidade contemporânea é essa que quer ou aceita a Reforma Psiquiátrica? Que relações se estabelecem entre o espaço urbano atual e a loucura possibilitando o derretimento das pesadas grades do hospício? Enfim, que urbe é essa?, perguntávamo-nos.

Segue a fração de resposta a que chegamos: em uma época essencialmente marcada por privatizações e individualismos, a segregação dá-se não mais pelo encarceramento dos anormais em espaços fechados, mas sim pela exclusividade da permissão à infiltração e ao deslocamento; tornada quase fútil e obsoleta a contensão arbitrária pela solidez de grades e muros - os quais, os jogando em seus interiores, excluem, segregam, reformam e docilizam aqueles que escapam à norma -, a decorrência finda por ser uma disseminação da evitação. Segregação deveras fina, insidiosa por excelência. O paradoxo intriga: a cidade acaba assim por disseminar cada vez mais muros e grades – porém como artifício, agora, de quem quer, precisa e pode. Sob um nefasto imperativo do medo, as vias públicas desvalorizam-se, passando a servir quase exclusivamente ao deslocamento, não remetendo, no mais das vezes, a quaisquer possibilidades de parada ou encontro. Engendram-se assim um eu e um nós cada vez mais identitários – fechados em si, defensivos, enrijecidos - a nortear a produção de subjetividade dos cidadãos.

Mas, enfim, seguem as questões: que cidade de grades é essa? O que a possibilita consistir? A que existências urbanas ela molda? O que ela impossibilita? E, talvez a mais importante delas: quais as artimanhas e astúcias impessoais que, a ela perpassando, dela escapam?

Em meio a tal trajeto de pesquisa, realizei o estágio curricular opcional de Psicologia Social no Jornal Boca de Rua, publicação feita e vendida por pessoas em situação de rua da cidade de Porto Alegre. Eis aí presente, novamente, a questão urbana. A cidade é um vão, avisa a personagem de Chico Buarque na música Vitruvianas (Hollanda, 1991). É um espaço vazio, onde os encontros se perdem? Talvez. Mas é justamente neste sumidouro que o morador de rua se encontra (Mizoguchi, Costa e Madeira, 2007). É onde o cidadão comum se

perde que ele encontra seu lar, seus pares, seus nichos. É nesse tempo e nesse espaço que ele se faz sujeito, que ele se produz: é no fluído que ele estanca e se faz pessoa. E é na cidade, como não poderia deixar de ser, que tudo isso acontece. Novamente a urbe desfilava e engendrava um gigantesco ponto de interrogação: que potência haveria aí?

Dispositivos.

Cidade, corpo composto por vários corpos: qual é, afinal, sua potência? Por ora, uma outra pergunta, mais específica: qual é, afinal, a potência da cidade contemporânea? Luis Antonio Baptista ajuda a responder quando escreve que

“as cidades dos nossos dias, como as do passado, são territórios de fecundos conflitos, experimentações, lugar onde se produz a face do diverso, do estranho, do familiar, do estrangeiro. Local ao mesmo tempo de fabricação de práticas para acolhê-los, dar corpo às suas faces ou dissipá-los” (Baptista, 1999, p. 123).

Dar corpo ou dissipar, pois. Tenha-se claro que as grades e os muros que proliferam pelo espaço urbano atual “não são objetos inertes e sim discursos que produzem respostas e agenciam subjetividades” (Vilhena, 2005, p. 20). Dispositivos segmentarizadores de um diagrama urbano, composição intersocial de forças repulsivas em uma cidade onde os medos estão à solta: o próximo, em princípio, não é um conviva; é, sim, uma ameaça em potencial. São praças e parques gradeados, janelas gradeadas e – tendência mundial – condomínios quase auto-sustentáveis, murados e isolados dos supostos riscos da rua. O sociólogo polonês Zygmunt Bauman foi um dos que se interessou pelo assunto. Ele remete a Heritage Park, cidade dos sonhos do arquiteto inglês George Hazelton,

“versão atualizada, high tech, da aldeia medieval que abriga detrás de seus grossos muros, torres, fossos e pontes levadiças uma aldeia protegida dos riscos e perigos do mundo. Uma cidade feita sob medida para indivíduos que querem administrar e monitorar seu estar juntos” (Bauman, 2001, p. 107).

Heritage Park, os Alphavilles de São Paulo e Belo Horizonte, Nordelta em Buenos Aires e os tantos exemplos da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro: a estratégia é sempre a mesma. Teresa Caldeira, antropóloga, também estudou aquilo que chamou cidade de muros, e assim escreveu:

“É um modelo que vem sendo empregado pelas classes médias e altas nos mais diversos países gerando um outro tipo de espaço público, de interação dos cidadãos

em público. Esse novo modelo não usa instrumentos totalmente novos nem em termos de projeto nem de localização. Diversas características do projeto são modernistas (...) Porém o novo modelo de segregação separa grupos sociais de uma forma tão explícita que transforma a qualidade do espaço público” (Caldeira, 2000, p.11).

A utopia da comunidade, perdida nos sonhos da velha Atenas e em tantas outras quimeras, faz seus estragos. Mas, afinal, que insidiosos estragos são esses? A resposta já está dada: dissipa-se a cidade. À sombra da violência e da insegurança e de um ideal de comunidade homogênea, declinam a experiência, a multiplicidade e a diferença, e a constatação do fúnebre declínio quase corre solta nas bocas dos cidadãos. Já não é mais novidade.

Volta-se então a um ponto anterior, já um bocado modificado e ainda sem resposta. Ponto constante, aliás: para além de tantos empecilhos murados, qual a potência da cidade contemporânea? E, de questão em questão, uma trama qualquer – idas e vindas, desvios, novidades - vai sendo composta. Trama sem destino, mas sempre indo a algum lugar. Trama que já não sabe de onde veio. Fato é que segue, errante. Que sigam as interseções, pois.

Incidências.

São tempos de exacerbação do biopoder, nos quais pode se detectar a assunção da vida pelo poder (Foucault, 2000-b). Fazer viver é a ordem, e a defesa da vida já é lugar comum: “todos a invocam, desde os que se ocupam de manipulação genética até os que empreendem guerras planetárias” (Pelbart, 2003, p. 13). Foucault, tratando de tal sociedade em aula ministrada no dia 17 de março de 1976, ainda identificava o Estado na ponta de uma série que começava com a população e passava por processos biológicos e por mecanismos regulamentadores. Hoje quiçá devemos estar também atentos aos atributos do poder que são produzidos na e pela iniciativa privada – sub-reptícios por excelência - já que, em época de supremacia neoliberal, o Estado declina a olhos vistos. O quadro que se apresenta é negro.

Mas, se Foucault detectou o biopoder, ele mesmo anteviu aquilo que Deleuze e outros se encantariam em esmiuçar: ao poder sobre a vida responde o poder da vida, ou a chamada biopotência. Apresenta-se aí um dos paradoxos do contemporâneo: a vida é colocada ao mesmo tempo como ponto de incidência do exercício do poder e ponto de resistência (Passos e Benevides, 2001). Sabendo-se que a cidade é uma fértil zona de guerrilhas micropolíticas, não se podem deixar de lado os seus paradoxos e as suas rugas vitais. Pois é justamente nesta disputa estratégica de vida versus vida que este trabalho quer ser capaz de se imiscuir, sendo voz ativa na necessária composição transdisciplinar acerca da experiência urbana.

Há de se deixar claro desde o início que a consideração de tais estragos e táticas de resistência – ou do que diria respeito ao biopoder e o que diz respeito à biopotência – concerne a certo posicionamento político e a determinada conceituação do que seja vida e, ainda, do que seja poder e do que seja potência. Talvez se deva desde o início emparelhar-se ao poeta e diplomata Vinicius de Moraes – desta feita compondo em aliança com o viçoso espectro do filósofo Baruch de Espinosa - e definir que a vida é a arte do encontro, mesmo que haja tanto desencontro pela vida. Há, em rápidas e ainda insuficientes palavras, um poder sobre a vida que trata de ordenar, nivelar e pregar assepsia. Há, por outra, uma potência que exprime a polifônica variação de formas na vida. Diga-se, de início, que se parte da defesa do comum, conceito de origem espinosista utilizado pelo filósofo italiano Antônio Negri. Comum que não é relacionado a qualquer idéia tradicional de comunidade ou de identidade, mas sim tomado como um plano no qual coexistem uma miríade de singularidades (Negri, 2003a). Parece óbvio concluir, a partir daí, à luz de Richard Sennett e Zygmunt Bauman, que para que a vida insista na cidade faz-se necessário que o território urbano possibilite a existência de espaços os quais sejam bens comuns, impossibilitados de serem reduzidos a agregados de iniciativas exacerbadamente individuais ou a comunidades homogêneas (Bauman, 2001): territórios nos quais encontros possam se dar e algo acontecimentalizar, e que a experiência – entendida como o compartilhamento de uma coletividade (Benjamin, 1985/1987) – possa consistir e se desenvolver.

Há vida, e sobre ela algo mais além destas breves pinceladas introdutórias será necessariamente escrito algures nesse trabalho. Há ainda muito a dizer e a tensionar. Por ora, basta deixar em banho-maria uma definição um tanto quanto enigmática - “uma vida é a imanência de uma imanência” (Deleuze, 1997, p. 17) – e deixar que as questões sigam se destrinchando. Aos poucos uma colcha de retalhos será cosida com fragmentos de cá e de lá e fará adivinhar ao que veio e o que a impinge a surgir.

Ética.

Mas se o ocaso do comum – o revide do poder, o constrangimento da potência - é constatação quase trivial, ressaltada por diversos autores contemporâneos, por que insistir na questão e a partir dela produzir uma dissertação de mestrado? Fazendo-se deslizar a pergunta quiçá chegemos a uma resposta convincente: para que tratar deste tema?

Na trama cerzida pelo conectivo interrogativo, uma das mais intrigantes e importantes questões refere-se a o que é a atualidade. O agora e o nós, a pressão decorrente da coexistência consigo mesmo, a força que leva a inquirir o arranjo que compartilhamos com

nossos contemporâneos, buscando o que é específico em uma história do presente. Em um de seus últimos trabalhos, *O que são as luzes?*, Michel Foucault assim escreveu:

É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um ethos, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível (Foucault, 2000-a, p. 351).

Assim, os problemas não têm fim ou sentido em si mesmos. É sempre a partir de um acontecimento do presente que eles se dão e encontram pertinência, com fins de que, como Foucault coloca, as ultrapassagens possíveis façam-se vistas. O procedimento é simples: ocupar um território, olhar ao redor, autorizar que o espaço-tempo que se habita impinja questões e obrar respostas inevitavelmente provisórias.

Imprescindível, nesse sentido, que se veja o hoje não por contraste de decadência ou promessa ilusória para com um ontem ou um amanhã dourados ou de trevas, mas sim no intrínseco valor da diferença e dos possíveis produzidos: não se adoentar de história, atrelado a uma tradição passada ou promessa futura, ambas imobilizadoras da ação presente. Ignorar a nostalgia e a vidência: o presente é o rio que corre pela nossa aldeia, e são as suas pequenas guerrilhas que urgem ser cartografadas. Cabe, assim, andar e dilatar as pupilas a fim de ferir o solo pedregoso e esforçar-se para ver por entre as brechas os raios de luz de possibilidades de re-existência. Há de se crer que ultrapassagens e criações são possíveis e reais. A conclusão parece óbvia: há algo a ser feito (Haddock-Lobo, 2004). Que seja.

Lugar.

Mas para que algo seja feito é fundamental a consideração de que a guerrilha micropolítica do poder e da potência fabrica-se de modo singular em cada lugar. Assim, faz-se necessário, sobremaneira ao se estudar a experiência urbana, que se tome como campo de pesquisa algum território. Território - deixe-se um pouco mais claro a definição que aqui se utiliza - que não pode ser compreendido de modo identitário, mas que, antes, refere-se a disputas políticas de força, ou, por outra, a redes de relações ímpares (Massey, 2000) – atualizando de modo singular o já referido embate entre o poder e a potência.

Do Leme ao Pontal não há nada igual, cantou Tim Maia (1986). O fato de nunca haver nada igual a nada – uma trama nunca pode ser igual a outra - não enfraquece a frase. Do Leme ao Pontal não há nada igual, e é justamente as batalhas que ali se concretizam – no paradoxo da maravilha e da melancolia, do caos e da segmentaridade – que este trabalho quis observar.

A eleição do campo desse estudo – do Leme ao Pontal - é tanto obra do acaso como de uma escolha. A explicação é simples. Quando a idéia de investigar os muros e grades na cidade contemporânea se atravessou na rede de problemas, a questão apresentava-se de maneira eminentemente teórica. Não continha nome de qualquer cidade ou região; não era atravessada pela concretude das lutas estratégicas: tratava, por outra, de uma certa tendência atual. Mas eis que, ao tornar-me morador do Rio de Janeiro, vi-me deparado com uma cidade a qual permite que se trabalhe a questão de modo muito interessante. Cidade que historicamente foi e é campo de lutas micropolíticas nas quais a qualidade dos espaços públicos e civis esteve e está sobremaneira presente. Não é à toa que Carlos Lessa, apaixonado e estudioso da cidade de São Sebastião, autorizou-se a escrever: “Talvez a relação intensa com a rua seja o denominador comum, decantado pelo tempo, do ser carioca” (Lessa, 2000, p. 17). Talvez. Fato é que, historicamente, tal relação moldou-se de inúmeros modos, sempre sendo importante nas modelações do Rio de Janeiro.

No meio de século passado, por exemplo, a cidade corre em direção ao sul. Procuravam-se então as benesses do mar e as possibilidades de uma vida pública ímpar: o Rio se queria palco de uma certa maravilha. Fabricavam-se mitos tais quais Copacabana e Ipanema. Ao final do mesmo século XX, algumas décadas depois, a corrida dirigiu-se ao oeste: diante de uma exacerbação da violência e da insegurança na capital fluminense, fabricava-se a Barra da Tijuca e sua moldagem – quase um arquipélago urbano - feita na fôrma dos condomínios murados quase auto-sustentáveis. A vida pela rua, a vida versus a rua. Não à toa há cariocas que sussurram sorrateiros em mesas de botecos: “a Barra não é o Rio de Janeiro; a Barra é outra coisa...” Parece claro que do Paraíso Tropical à Miami da América do Sul (Lessa, 2000) houve uma certa política – mais do que estatal ou privada, micropolítica – relacionada aos usos e desusos do espaço coletivo. Há aí algo que constringe e faz pensar. Há lutas nas quais faz-se necessária a intromissão.

Em tempo: alguns pensam que o Rio de Janeiro é capaz de representar o Brasil; que o que nele ocorre é apto a servir de matriz interpretativa àquilo que no país ocorre. Aqui não. Inexiste qualquer intenção de generalização ou representação: pretende-se versar sobre o que ali ocorre para que seja parte da composição das problematizações e soluções do presente, nunca como exemplo ou paradigma. Já se disse e se repete: o que se quer – e não é pouco - é cartografar as refregas estratégicas de determinado espaço-tempo. Nada mais. Do Leme ao Pontal, não há nada igual.

Abertura.

Como escreve Paulo Vaz, “o intelectual só pode ser arqueiro se se deixar ser flechado, se ele tem uma ética que dá extrema atenção ao que acontece no presente, às tentativas que fazemos de pensar, agir e ser diferentemente” (Vaz, 1992, p. 104). Esse trabalho tem a pretensão de deixar-se ser alvo da seta contemporânea: que ela o atinja em cheio, para que este presente transmute-se na flecha resistente que de seu arco partirá, iluminando as criações desse espaço-tempo o qual chamamos nosso.

Retomando e torcendo a epígrafe desta introdução, digamos: aproveitando as sete ou setenta maravilhas de uma cidade, façamos com que ajude a responder algumas de nossas perguntas e que seja capaz de suscitar tantas outras. Que possa, enfim, dar ao autor e aos que da mesma curiosidade compartilham subsídios para uma possível compreensão e crítica de uma das tantas fatias que compõem a experiência urbana contemporânea, denunciando e fazendo vistos os desvitalizadores empecilhos murados e as possibilidades de criação e resistência impessoal e afirmativa que, na pequenez do dia-a-dia, emprestam sopros de vida comum à cidade. Já é hora.

PROBLEMATIZAÇÃO:

A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra.

(Foucault e Deleuze, Os intelectuais e o poder)

Sotaque.

Em uma das cenas iniciais de *2001*, filme de Stanley Kubrick (1968), primatas descobrem o uso que podem fazer de um osso. Apropriando-se dele, fizeram-se aptos a caçar e a guerrear com maior eficácia. Na seqüência desta imagem, o realizador estadunidense promove um salto temporal gigantesco; ao som de *O Danúbio Azul*, uma nave flutua no espaço sideral. O corte desloca o espectador para o ano 2001 – o emblema do futuro –, tempo no qual tudo é máquina. Deslocamento para um tempo no qual tudo é ferramenta. A dica alegórica parece clara: com ferramentas se constrói o ser e estar no mundo. Mais, talvez: com ferramentas se constrói o mundo. Adiante, astronautas vêem-se obrigados a duelar com a máquina. Duelo mortal, implicando em sobrevivências e falecimentos. A dica alegórica é então posta no limite: a construção de ferramentas implica em modos de ser e estar no mundo.

Em conversa sobre os intelectuais com Michel Foucault em março de 1972, Gilles Deleuze afirmava que a teoria é como uma caixa de ferramentas:

“É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas” (Foucault e Deleuze, 1979, p. 71).

Assim como há de haver um tacape para que a caça e os inimigos sejam abatidos, um ancinho para que a terra seja trabalhada, ou ainda uma nave espacial para se ir aos confins do universo, há de haver conceitos para que qualquer prática seja instrumentalizada. Há de haver algo que se preste a efetuar as mais diversas ações – da terra ao verbo, da carne à pedra. Pois a intenção da sessão do trabalho que ora se inicia não é outra senão, já trabalhando – o próprio teórico que deixa então de ser teórico, dizia Deleuze –, efetivar a montagem da caixa de

ferramentas conceituais com as quais doravante se irá trabalhar: evocar antigos problemas, furtar hipóteses, obrar possíveis respostas e seguir manufacturando as dobras da investigação.

Ainda em tempo, a ressalva faz-se premente: fazer uso dos conceitos tais quais ferramentas difere em muito de repeti-los ao léu tais quais clichês. É necessário que haja apropriação a fim de que delas se possa fazer uso. Transfigurações, corruptelas, deformações – “é preciso desformar o mundo”, poetou Manoel de Barros (Barros, 1997, p. 75). Antropofagia nupcial – o canibalismo é um ato de amor, escreveu um grafiteiro na rua Nascimento Silva. Há de haver uma ditosa ladroagem, sempre visando a criação singular dada na interseção e na bricolagem: “descobrir, encontrar, roubar, em vez de resolver, reconhecer e julgar” (Deleuze e Parnet, 2004, p. 19). Há de haver, assim, a produção de uma caixa de ferramentas inaudita: recortar, deglutir, colar, compor. A invenção de um sotaque em um dialeto qualquer.

Subjetividades.

O poeta pantaneiro Manoel de Barros – não por acaso um inventor de línguas – soube escrever: “Não sabia se era o lugar que transmitia o abandono às pessoas ou se eram elas que transmitiam o abandono ao lugar” (Barros, 2006). A ignorância matreira do poema faz as coisas – as pessoas, o lugar, o abandono - serem tomadas em uma transmissão comum. Pessoas-lugar-abandono, quiçá: expressão de um caldo subjetivo. Pertinaz e venturosa ignorância do poeta, dir-se-á doravante.

Um desavisado talvez perguntasse qual a importância e pertinência deste trabalho. Afinal, o que importa à psicologia um estudo acerca da experiência urbana?, indagaria ele. Esse desavisado talvez tenha uma visão de sujeito um tanto quanto diferente daquela com a qual aqui se propõe trabalhar; ele talvez faça galhofas com a pouca sapiência de Manoel de Barros. Provavelmente ele se coadune a uma certa vertente das ciências à qual apraz trabalhar com a idéia de um sujeito dado a priori, algo do domínio de uma suposta natureza humana imutável. Ele talvez esteja de acordo com uma vertente substancialista, que quer tomar o “ser como consistindo em sua unidade, dado por si próprio, fundado sobre si mesmo, inengendrado, resistente ao que não é ele próprio” (Simondon, 2003, p. 98). Aqui, já está claro, se quer diferir de tal vertente e se quer trabalhar a subjetividade como algo incessantemente produzido; em outras palavras, aqui se quer tratar de uma subjetividade maquínica e fabricada; considerar que a subjetividade está em circulação nos mais diversos conjuntos sociais.

Estudar as linhas de tal maquinário subjetivo – a dureza, a flexibilidade, a fuga - é um dos tantos objetivos de uma cartografia. De saída faz-se premente a negação da oposição dual que comprometeria toda a psicologia: “ou singularidades já tomadas em indivíduos ou o abismo indiferenciado” (Deleuze, 1974, p. 106). A individuação é tomada então necessariamente como uma operação processual, e nunca como um pressuposto essencial apartado do mundo.

Quer-se, então, abandonar a idéia de indivíduo – ou, mais exato, quer-se reinventá-la – em nome da idéia de singularidade. Não que se considere que o indivíduo não exista; considera-se, aliás, que ele “sempre existe, mas apenas enquanto um terminal” (Guattari e Rolnik, 1986, p. 32). Em outras palavras: ele sempre existe, mas como indivíduo engendrado em um meio – e, simultaneamente, como produtor de tal meio. Consideração óbvia é a de que se trata de um real social, o qual, logicamente, implica as ciências humanas em um estudo das contingências espaço-temporais.

Há, todavia, quem creia que as problematizações acerca do espaço sejam obsoletas. Em um suposto primado da cronopolítica, elas estariam fora de moda. Mas, viventes de cidades que somos, não há nem como nem porque duvidar da importância da espacialidade como fator amiúde fundamental de subjetivação. São ruas, avenidas e viadutos organizando fluxos e acelerando, lentificando e freando deslocamentos; são praças, parques e praias como espaços abertos e de possível parada e encontro; são muros e grades segmentarizando, respondendo e reforçando um imperativo evitativo de medo e segurança.

A espacialidade não perdeu seu tino de analisadora das estratégias do poder e de narradora da micropolítica, e ainda tem muito a dizer sobre aquilo que ajudamos a fazer de nós mesmos. É justamente por isso que um estudo acerca dos muros e grades que a cada dia mais proliferam nas cidades ao redor do mundo se faz interessante, notadamente tendo em vista aquilo que se quer chamar de a ultrapassagem do presente. A que modo de se estar junto obedecem essas poderosas barreiras físicas? De que modo – ou ainda, aos mandos do que – eles nos tornam sujeitos a algo? Como e para que escapar desse assujeitamento?

Em conversa com Jean-Pierre Barou e Michelle Perrot, Michel Foucault dizia:

A fixação espacial é uma forma econômico-política que deve ser detalhadamente estudada. (...) Lembro-me de ter falado, há uns dez anos, destes problemas de uma política dos espaços e de me terem respondido que era bastante reacionário insistir tanto sobre o espaço e que o tempo, o projeto, era a vida e o progresso (Foucault e Barou, 1979, p. 212-213).

Estudando instituições disciplinares em *Vigiar e punir*, o mesmo Foucault afirmou que elas procedem “em primeiro lugar a distribuição dos indivíduos no espaço” (Foucault, 1987, p. 121). Dentre as estratégias utilizadas na disciplinarização dos corpos - quadriculamento, localização funcional, fila -, a cerca, “especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (Foucault, 1987, p. 122) era fundamental. Cerca que delimitando os *locus* do insano, do doente, do delinqüente, prestava-se a deitar tranqüilidade aos cidadãos de bem e sua urbe.

Esta é, em poucas e resumidas linhas, a caracterização do espaço da era disciplinar, a qual, se não ruiu de todo, passou por mudanças. O próprio Foucault, e mais tarde Gilles Deleuze e outros, apropriaram-se de um termo do escritor beatnik William Burroughs para denominar a configuração contemporânea: sociedade de controle, a qual caracteriza-se

por uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinaridade que animam inteiramente nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes (Hardt e Negri, 2004, p. 42-43).

Outro modo de engendrar o tempo e o espaço, outra política de vida: outra cidade, outras grades e outras resistências. Outros modos de existência, por fim.

Aquele desavisado que indagava sobre a pertinência desse trabalho já adivinhou que é justamente aí que reside a importância do estudo da experiência urbana para a psicologia – sempre filha bastarda de uma miríade de conhecimentos - e para os estudos transdisciplinares em geral. Talvez ele brade, assaz irritado, afirmando que o ser humano possui características essenciais, imutáveis. Conformações a-históricas. Deixemo-lo bradar aos quatro cantos e sigamos tranqüilos, já que nunca tivemos a intenção de convencê-lo de verdades quaisquer. Sigamos, pois, tomando as cidades como máquinas – ou, na expressão do historiador e sociólogo Lewis Mumford, megamáquinas (apud Guattari, 1990) - produtoras de subjetividade. Máquinas, enfim, as quais criam modos de vida, territórios existenciais que podem ser tanto plenos de alegria quanto cheios de tristeza, ricos em vida ou moribundos – e, claro, serem algo entre as infinitas gradações existentes entre esses pólos.

Georg Simmel, em trabalho publicado em 1902 e intitulado *A metrópole e a vida mental* (Simmel, 1979), realizou um interessante e de certo modo vanguardista estudo das relações entre cidade e subjetividade. Simmel trabalhava lá a correspondência entre a enormidade de estímulos da metrópole que se formava e o advento daquilo que chamou de atitude blasé. Richard Sennett também pesquisou sobre a experiência urbana; em *Carne e*

Pedra, por exemplo, ele se preocupou em estudar as interferências da arquitetura e do urbanismo em relação ao corpo (Sennett, 1994). Entre tantos outros, mostra como o desenho da Londres do século XIX impingia o individualismo aos seus cidadãos, ou como as descobertas da ciência ajudavam a propor ideais e formatações urbanos. Charles Baudelaire, célebre exemplar das fartas possibilidades de interpelação entre a literatura e a cidade, em escritos como *A família dos olhos* (Baudelaire, 1995), soube captar e mostrar “como a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma dos seus cidadãos” (Berman, 1986, p. 168). Nesse pequeno texto, Baudelaire faz o personagem-narrador explicar à mulher amada o motivo pelo qual se sente distante em relação a ela. Sentados em um novíssimo café de um bulevar parisiense, os apaixonados desfrutavam de seu estado de espírito em um ambiente perfeito. Feliz e embevecido, o casal é surpreendido pelos olhares de outros cidadãos: uma família de pobres, trajados em trapos, observava o casal e o brilhante mundo novo. Sem qualquer conotação hostil, a fascinação dos pobres é sofrida e resignada. O personagem-narrador sente-se constrangido e com alguma afinidade para com a família. À amada, ao contrário, eles são insuportáveis. Ela então pede ao companheiro que solicite ao gerente que os retire dali. É por isso que ele sente-se distante e enraivecido em relação a ela. A moderna novidade parisiense – os bulevares, os cafés – engendrava uma nova vida aos seus cidadãos. Paradoxos, desfrutes, modos de encontro e de relação com a diferença. Baudelaire soube captar e transmitir a mudança. Em todos os três trabalhos citados – e, diga-se, exemplos não faltariam - há a intenção de mostrar o quanto o meio urbano no qual se vive finda por moldar modos de existência. Todos eles parecem saber que os urbanistas não tratam somente de espaços; versam também, inevitavelmente, sobre “apropriações de vida, resistências políticas, modelagem de sonho e de muito mais coisas” (Baptista, 1999, p. 37). Avaliar a subjetividade na superfície da cidade é tarefa fundamental aos que assim pensam.

A essa altura, nosso opositor ainda pragueja. Por retaliação, trancou a porta de casa e fechou as cortinas e as gelosias; talvez tenha até mesmo cerrado as pálpebras. “Nada há a inventar, nada há a inventar”, rosna. Ele segue, ascético e mal humorado, chafurdando em si mesmo em busca da essência. Permanece firme em sua convicção: para ele, os interessados na cidade nada são além de diletantes.

Enquanto ele evoca as sagradas escrituras, as estruturas imutáveis e os mapas genéticos, nós seguimos pesquisando, trabalhando na crítica e na construção de variados níveis do socius, cultivando o dissenso e a produção singular da existência. Seguimos querendo que se abram novos modos de ser e habitar o contexto urbano; novos modos de

existência, em palavras fortes. Para isso, há de se conhecer as condições que motivam a conceituação. Há de haver a percepção das lutas nas quais se está imiscuindo. Para que se possa inventar a cidade, o sujeito e o mundo, urge saber quando e onde se está.

Contingências.

José Saramago conta: no dia seguinte, ninguém morreu (Saramago, 2005). Deu de ocorrer que a morte, chateada com a desvalorização sem precedentes, se furtava à corriqueira tarefa de retirar a vida dos seres e se colocava em estado de greve. Fina ironia e sensibilidade histórica do escritor lusitano. Ele parece saber denunciar quando e onde estamos.

Os tempos mudam: a era disciplinar se vai, a modernidade liquefaz-se. Nessa nova trama outras configurações espaciais se apresentam, e a cidade – plano no qual historicamente se atualizam saberes, poderes, éticas e estéticas - tem seu estatuto transmutado. Engendram-se outros modos de subjetivação, fabricam-se outros modos de relação humana, atualizam-se outras formas de ser e habitar o mundo. A última frase do livro *Conversações*, de Gilles Deleuze – quase um aforismo - remete a essa mudança. Mais do que uma remessa, um alerta: “Os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira” (Deleuze, 1992, p. 226). Mas por quê? O que nessa complicação haveria de perigoso? O que nela haveria de traiçoeiro? Traçar um ligeiro percurso – uma breve genealogia - talvez colabore para que se aclare a problemática.

Em *Vigiar e punir*, Foucault chama a atenção para uma importante mudança no modo de administração social da criminalidade e da punição: da sociedade de soberania à sociedade disciplinar. Na primeira, o suplício do corpo era o procedimento pelo qual o condenado pagava por sua falta. Como exemplo célebre há a punição de Damians, condenado por parricídio em março de 1757 a, em uma seqüência espetacular, pedir perdão publicamente, ser acompanhado nu em uma carroça, ser atenazado nos mamilos, braços, coxas e panturrilhas, ter a mão com a qual cometeu o crime queimada com fogo de enxofre enquanto segurava a faca com a qual ceifou a vida do pai, ter as partes antes atenazadas aplicadas com chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e, a seguir, ter o corpo puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpos consumidos ao fogo, e suas cinzas lançadas ao vento (Foucault, 1987). Tempos nos quais o estilo penal transformava em melancólica festa os mortais atos punitivos. Tempos nos quais sobremaneira porque podia matar é que o soberano exercia seu direito sobre as vidas dos súditos. Tempos nos quais o poder deixava viver e fazia morrer (Foucault, 2000).

Ao segundo momento apresentado por Foucault, de uma era dita disciplinar, concerne outro célebre exemplo punitivo, datado de três décadas depois do suplício de Damiens: o regulamento da *Casa dos jovens detentos de Paris*. A liberdade já era um dos valores máximos da burguesia. A privação de tal direito tornou-se naturalmente um modo civilizado de punição das faltas. Época em que, então, começa-se a erigir prisões. No regulamento supracitado, uma série de determinações clareia o novo regime punitivo. Define-se ali, entre outras coisas, que o dia dos apenados começará às seis horas da manhã no inverno e às cinco no verão, que o trabalho irá durar nove horas por dia em qualquer estação, e que duas horas diárias serão consagradas aos estudos. Há nesse regulamento toda uma ordenação dos modos: a maneira correta de levantar, de trabalhar, de se alimentar. Há nesse regulamento a definição de uma tarefa específica para cada instante do dia. Há nesse regulamento, enfim, toda uma economia espaço-temporal. Com a escolha burguesa da liberdade como um dos valores máximos, arquitetou-se tal estilo penal, desta feita tratando de tornar dóceis e úteis os delinqüentes enclausurados. Em uma frase definitiva resume-se a mudança tácita: de um poder soberano que deixava viver e fazia morrer, a um poder disciplinar que fazia viver e deixava morrer. Escreve Foucault: “Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada do poder sobre o homem enquanto ser vivo” (Foucault, 2002, p. 285-287).

Mas sociedade disciplinar é o que já não somos; mais exato, sociedade disciplinar é o que estamos deixando de ser. Passou-se de uma tecnologia que disciplinava os corpos a uma tecnologia que regulamenta a vida. Não à toa essa nova modalidade de ordenação Foucault chamou de sociedade de regulamentação – ou, ainda, de normatização. Gilles Deleuze, aludindo ao já referido termo de William Burroughs, preferiu nomeá-la sociedade de controle. Nomenclaturas exatas, ambas. Mas as questões seguem de pé: em que, afinal, difere essa sociedade daquela disciplinar? Quais os perigos que ela impõe? Demarque-se melhor a diferença, já que talvez seja justamente aí que resida o perigo dos anéis da serpente.

Distinção cabal: na sociedade disciplinar o “comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas” (Hardt e Negri, 2004, p. 42); na sociedade de controle os mecanismos “se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos” (ibidem, p. 42). Parece claro que a passagem é menos de oposição do que intensificação. Escreveu-se antes que uma das distinções entre a soberania e a disciplina dizia respeito aos modos próprios de se lidar com a

vida e com a morte. Deixar viver e fazer morrer, fazer viver e deixar morrer, respectivamente. Pois o que tange ao controle parece ser justamente uma exacerbação dessa aplicabilidade do poder sobre a vida, agora tomada em sua minúcia. “Uma vez aceita, a regulação social é absorvida como regra e normalidade ortopédica do próprio colocar-se no mundo” (Vaccaro, 2005, p. 130). Trata-se de uma tecnologia que já não mais visa o treinamento individual, mas a homeostase global, ou ainda a segurança e proteção do conjunto em relação a seus próprios perigos internos. Se o termo controle é pertinente é justamente porque trata de um poder ao qual interessa, exatamente, controlar a ocasional ocorrência de eventos fortuitos que podem ocorrer a uma população, colocando no limite a intenção disciplinar de sancionar e prescrever comportamentos normais e desviantes.

“O movimento de vitimização que transforma uma conduta apenas levemente dissonante em ameaça suspeita para a segurança coletiva obtém o efeito de uma dessocialização pronta a deixar-se capturar pelas instituições administrativas de controle que ciclicamente alimentam a oferta de insegurança frente a uma demanda que lhe é dependente” (Vaccaro, 2005, p. 130).

Ou seja: independentemente de qualquer desvio ou punição, determinadas prescrições espaço-temporais assomam na constituição dos sujeitos. Trata-se de um poder, então, que, talvez de modo perverso, passa a regular “a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando” (Hardt e Negri, 2004, p. 43). Poder que, tornado função integral e vital, ativado pelos indivíduos por sua própria vontade, atinge comando efetivo sobre a vida total da população. E se realmente há uma disseminação das práticas do poder - práticas sobremaneira insidiosas, maliciosas e traiçoeiras -, a cidade é um dos locais onde elas mais bem se estabelecem. Por aí os cidadãos se cercam, evitam o contato e os encontros. Por aí pululam muros e grades – prisões às avessas – nas quais cada qual se fecha, tratando de se proteger e de se manter vivo, findando por esvaziar o espaço público urbano, palco magno da política.

Giorgio Agamben aponta um importante movimento legislativo promulgado pela *Declaração dos direitos humanos* de 1789, segundo a qual todos os homens nascem com direitos inalienáveis e imprescritíveis. O que a Agamben interessa mostrar é que a partir de então o puro e simples fato do nascimento apresenta-se como portador e fonte do direito civil. Em outras palavras, é sobre a vida nua que se aplicam as legislações referentes tanto a direitos quanto a deveres. Parece que o que o pensador italiano quer tornar explícito é que a

biopolítica vem de idos tempos, e, mais importante, que não há como compreendê-la se esquecermos que “em seu fundamento não está o homem como sujeito político livre e consciente, mas, antes de tudo, a sua vida nua, o simples nascimento que, na passagem do súdito ao cidadão, é investido como tal no princípio de soberania” (Agamben, 1997, p. 135).

O problema fica mais cristalino quando se traz à tona dois conceitos gregos, a saber: zoé – expressando o simples fato de viver, ou seja, o fato da vida – e bios – expressando o modo de viver peculiar a um indivíduo ou grupo particular, ou seja, os modos de vida. O que cumpre a Agamben mostrar é que na biopolítica contemporânea há uma certa redução da bios à zoé – a figura que Agamben aponta como emblemática de tal modulação é o campo de concentração. O curioso de tal relação é que nela essa redução chega ao ponto em que se torna uma apática indistinção: a política de vida torna-se única e exclusivamente o fato da vida.

Caso se conclua que de tal indistinção não se pode – e talvez nem seja pertinente – escapar, o que urgiria seria “fazer do próprio corpo biopolítico, da própria vida nua, o local em que se constitui e instala-se uma forma de vida toda vertida na vida nua, um bios que é somente a sua zoé” (ibidem, p. 194). A partir de então, dever-se-ia pensar a indissociável conjunção entre a zoé e a bios – entre a vida biológica e as formas de vida – concebendo-se a vida, enfim, como potência de variação das formas de vida, e a ela intentar dar corpo nas mais diversas práticas cotidianas.

Não há dúvida: os anéis de uma serpente são ainda mais complicados do que os buracos de uma toupeira. Frente a essa situação, o temor e a espera não servem; o que serve é, sim, a busca por novas armas, sempre sob uma premissa fundamental: que sejam a favor da vida.

Vidas.

Parece óbvio que nesse embate biopolítico, eminentemente contemporâneo, há a luta entre um poder sobre a vida e a potência da vida. Biopoder e biopotência, para fazer uso dos termos correntes na cultura pop acadêmica. Mas há aí muito mais do que simples repetição vazia de palavras de ordem: há uma problematização profícua, a qual muito pode colaborar na investigação acerca da experiência urbana atual.

Foucault assim escreveu:

Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre a teoria e a prática. Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta

resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados (...) E, para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de desassociar estas relações (Foucault, 1995, p. 234).

Trata-se, em suma, de se dispor a analisar o poder a partir de um jogo estratégico, uma disputa de forças – vida versus vida, é sabido - realizada no campo social, sem que o primado seja do poder. Primado de algo que não se reduz e nem presta a medições ou organizações: um plano de afetos, encontros, intensidades. Primado, talvez, da vida.

Mas, então, de que vida se trata? Disse-se, na esteira de Vinicius de Moraes, que a vida é a arte do encontro. Disse-se - na esteira de um Deleuze vindo na esteira de Espinosa – que a vida é a imanência de uma imanência. Frases que soltas no ar quase não dizem nada; reclamam explicações – ou, ainda mais, desdobramentos – para que não se fique de mãos vazias.

Para recomeço de conversa, afirme-se uma obviedade: trata-se de uma vida não-biológica ou, ainda, de uma vitalidade não-orgânica. Talvez essa tal vida se refira, numa definição ainda um tanto quanto ligeira, à multiplicidade das coisas que existem e que insistem, aos corpos e às virtualidades. Ao se evocar a vida estará se versando, então, acerca de um plano comum e impessoal de imanência, habitat de todos os corpos: todo onde pululam diferenças, espriam-se singularidades e acontecem devires. Como escreve Tania Fonseca, uma “vida imanente que transporta os acontecimentos ou singularidades que não fazem mais do que se atualizar nos sujeitos e nos objetos” (Fonseca, 2005, p. 150). Imanência de uma imanência, materialidade de uma materialidade, tanto fez como tanto faz. Deleuze e Guattari escrevem: “As multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito” (Deleuze e Guattari, 1995, p. 8), de onde se conclui que a vida, submergente e submergida em dados de todo e qualquer tipo, é aquilo que há. Obrigatório depreender, daí, que a vida de uma cidade é aquilo que nela há, ou que a vida de um território é aquilo que nele há. Para além de transcendentalismos ideais, essa vida imanente só pode dar-se na experiência singular de um plano comum determinado. Diga-se, ou melhor, repita-se - à guisa de ressalva e a fim de evitar mal-entendidos - que esse comum afasta-se terminantemente de qualquer idéia de uma comunidade identitária genérica ou ideal, o que provavelmente iria de encontro ao posicionamento ético, estético e político que vem sendo proposto aqui, de uma transversalidade sem hierarquia entre seres que diferem.

Mas, e a potência? Defina-se, do modo mais simples possível, que a potência de algo é aquilo que esse algo pode. O que esse algo pode é, talvez, pôr em relação aquilo que o compõe, ou, como algures já se colocou, dar face aos dissensos e às diferenças que lhe são imanentes. A partir daí deve-se afirmar que a potência da vitalidade está em querer a si mesma, em afirmar a multiplicidade que compõe sua estranha unidade. Ou mais: ético concluir que a potência da vida é fazer consistir aquilo que nela há. Há aí toda uma política de relacionamento com a diferença e com a alteridade. Para que a potência se eleve – ou, em melhores termos, para que apenas faça jus a si mesma - há de haver experiência, experimentação prática da arte dos encontros. Potência sem meta, pois; referente, não obstante, à plenitude das oportunidades. Potência, em suma, atualizada na experiência.

A vida estaria inequivocadamente nessa potência máxima caso um espinhoso paradoxo não se apresentasse: a vida como potência plena já é previamente dada, e, no entanto, deve ser insistentemente produzida (Pelbart, 2003). Isto porque sobre a multiplicidade disforme aplica-se e se produz algo que nela constrói dicotomias, totalizações, segmentarizações e unificações. Isto porque sobre a multiplicidade aplica-se um poder, outra dessas tantas palavras as quais podem ser – e de fato são – utilizadas aos borbotões, quase deixando desvanecer a força conceitual e política que possuem e se transformando em clichês vazios. A fim de escapar dessa ladainha tão entediante quanto o palavrório de um sermão dominical fazem-se necessárias explicações e definições.

Deleuze coloca que há seis postulados os quais a conceituação foucaultiana de poder abandona. São eles: postulado da propriedade, da localização, da subordinação, da essência, da modalidade e da legalidade (Deleuze, 2005). Foucault faz ver um poder que, entre outras coisas, não é propriedade de uma classe que o conquistara, que de modo algum está localizado no aparelho de Estado, nem subordinado a um modo de produção tal qual uma infra-estrutura, que tampouco é um atributo, que não age por violência ou por ideologia. Esses postulados sobre o poder são todos desviantes de um ranço marxista que se delongava, e há neles uma concepção que em muito se distingue daquela do senso comum, recorrente em qualquer dicionário que se consulte.

A primeira noção afirmativa é clara, e talvez possa ser depreendida das negações supracitadas: o poder não é algo unitário ou global, mas sim se apresenta em formas díspares, singulares, em contínua transformação. É, pois, “uma prática social, e como tal, constituída historicamente” (Machado, 1979, p. X). Tomado como micropoder – ou, ainda, como microfísico –, situa-se no nível mesmo do corpo social – nem acima, nem abaixo. Repetida a idéia de modo mais enfático, dir-se-á que o poder produz realidade.

O que de fato ocorre, em palavras simples, é a imposição de uma conduta qualquer a uma multiplicidade qualquer. Como escreve Foucault, o poder

opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (Foucault, 1995, p. 243).

O poder é aqui tratado como peleja, como afrontamento, como disputa molecular. Em si ele não existe: existe tão somente enquanto relação ou prática. “De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras e presentes” (Foucault, 1995, p. 243).

A cada estrato histórico compete um diagrama, mapa da sua organização de forças. Explicitação de fixações de territórios e regulamentações de fluxos. Em tempos de biopoder, já se disse, é sobre a própria vida – multiplicidade imanente, lembre-se - que essa regulamentação se impõe. Assim, é como dispositivos de um diagrama tão milimétrico quanto sedutor que devem ser vistos os muros e as grades que proliferam pelos potentes territórios urbanos; é como barreiras intensivas de uma certa ética do viver em conjunto que eles devem ser avaliados.

Modulações.

“Os muros e as grades nos protegem de quase tudo, mas o quase tudo quase sempre é quase nada e nada nos protege de uma vida sem sentido”, cantam os Engenheiros do Hawaii (Gessinger e Licks, 1991). No pequeno dia-a-dia das grandes cidades, quase tudo se protege de quase tudo. A violência real e a paranóia são literalmente poderosas: fazem com que se imponha a determinado coletivo humano um certo modo de comportamento. Nas metrópoles, custe o que custar, o outro precisa ser evitado.

Parece haver dois imperativos fundamentais na experiência urbana contemporânea: circule e tema. Assim sendo, a espacialidade não pode ser pensada única e exclusivamente enquanto categoria de fixação: o poder por ela age também impingindo a fluidez dos fluxos e a aceleração dos deslocamentos. Calçadões, avenidas e high ways: conversão em vias de passagem e movimento cada vez mais acelerados. Em projetos de idos tempos espaços de convivência, lugar de tomar a fresca e das cadeiras na calçada, de troca comercial e cultural, as ruas são a cada dia mais apenas espaço-passagem: largas avenidas, viadutos, elevadas e

passarelas compondo a paisagem de uma cidade feita para os automóveis, ambulantes unidades de espaço privado. Aceleração organizada, formatada, calculada e planificada para o incremento e reprodução do capital. Perspicaz imagem canta o sambista Paulinho da Viola, jogando luz sobre um comum encontro de amigos no *Sinal fechado* (1969): há de se perdoar a pressa, em nome da alma dos nossos negócios.

Circular, temer. Há uma assertiva simples de Baruch de Espinosa a qual afirma que o medo dos maus encontros impossibilita os bons encontros (Espinosa, 2000). Seco e preciso enunciado acerca dos malefícios da fobia e da paranóia. Ali onde reina o temor, criam-se planos de imanência moribundos, redes gélidas em muito distantes da potência e vitalidade daquelas as quais estariam aptas a serem compostas. A hipótese defendida é a de que bons encontros por certo alimentariam uma vida potente e ética – a vida, a arte do encontro. Em tempos nos quais o perverso prazer de divulgar a violência – capital de giro nos tablóides, nos semanários e nas telinhas, assunto obrigatório nos botequins, padarias e praias - e a violência propriamente dita – guerra civil, abusos policiais, assaltos, homicídios - se intensificam nas urbes, o medo cobra seus tristes dividendos. Em tempos de tolerância zero (Wacquant, 2000), a inflação faz o cobre tilintar na caixa-forte do temor.

Como escreve Foucault,

viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade ‘sem relações de poder’ só pode ser uma abstração. O que, diga-se de passagem, torna ainda mais necessária, do ponto de vista político, a análise daquilo que elas são numa dada sociedade, de sua formação histórica, daquilo que as torna sólidas ou frágeis, das condições que são necessárias para transformar umas, abolir as outras (Foucault, 1995, p. 245-246).

Sabe-se que a cidade é segmentarizada espacial e socialmente (Deleuze e Guattari, 1996). Segmentações flexíveis – feitas em ato, de modo itinerante - e duras – transcendentais, identitárias e burocratizadas. Dentre os diversos fatores que colaboram para o enrijecimento e transcendentalização das segmentações, o medo apresenta-se como um dos fundamentais. Medos os mais diversos. Medo de perder a segurança, um estatuto e uma identidade bem definidas. Medo de ir e nunca mais voltar. Medo do que possa acontecer. Medo de polícia, medo de bandido, medo de bala perdida. Mas, nos dias atuais nos quais a cidade torna-se cada vez mais o lugar do perigo, das ameaças, de território conflagrado – repita-se: espetaculares imagens midiáticas e risco real – quiçá o medo maior, denominador comum de todos, seja mesmo o de perder a vida – zoé, ou a vida biológica -, mesmo que para isso seja necessário que se perca a vida – bios, ou modos de vida. Em tempos nos quais o capitalismo promove cada vez mais a existência de temidos desvalidos nos corredores da cidade, em que guerras

mundiais são empreendidas a todo instante a fim de varrer o outro do globo terrestre, há de se segmentarizar mais e mais o vivido, já que a segmentaridade, assegurando a repetição do mesmo, tranqüiliza. Talvez a tarefa política contemporânea fosse “impedir o desenvolvimento das condições que conduzem ao ódio, ao terror e à destruição – e não se limitar às tentativas de controlá-los, uma vez que já ocorreram” (Agamben, 2002, p. 147), mas para isso muitos dos atuais vencedores teriam de perder. Mais fácil controlar, mais fácil fazer evitar. É de outro modo que a resistência há de vir e vem.

Nos já referidos tempos disciplinares, uma determinada forma de segmentarizar a cidade se dava. Gradeavam-se os loucos, os enfermos, os delinqüentes, e assim liberava-se o espaço público para o usufruto dos bons cidadãos, avaliados basicamente de acordo com os supostamente neutros ditames da razão científica. Extremamente fácil a conclusão de que se dirigiu assim uma certa remodelação das cidades através de um insidioso processo de organização da massa. Segmentaridade digna de uma modernidade pesada e dura, agindo de modo essencialmente binário – cercando os doentes e liberando os sãos, cercando os insanos e liberando os racionais, cercando os delinqüentes e liberando os bons meninos. Pintor de quadros maravilhosos – risíveis e doídos simultaneamente - como paisagem de suas análises, Foucault chama a atenção para o advento de um modelo de resposta estatal sanitária urbana – ou, em uma só palavra: policialesca – em resposta aos enfermos pestilentos. Aliás, há de se lembrar, quase de soslaio, que a força policial não foi inventada, no século XVIII, apenas para manter a lei e a ordem, mas também para assegurar a manutenção da higiene, da saúde e dos padrões urbanos, tidos como necessários para o artesanato e o comércio (Foucault, 1995).

A peste, então. Foucault apresenta um regulamento datado do final do século XVII, segundo o qual tão logo fosse declarada a peste numa cidade todo um conjunto de medidas regulamentadoras se fazia necessário. Policiamento espacial estrito: fechamento da cidade, proibição de saída sob pena de morte, divisão da cidade em quarteirões diversos, cada qual sob o poder de um intendente, cada rua sob a autoridade de um síndico, responsável pelo fechamento de cada casa. Recortava-se o espaço urbano, imobilizando, fixando e vigiando os cidadãos. A quem ousasse sair, os riscos de morte eram dois: ou por contágio, ou por punição.

A peste é o exemplo do esquema disciplinar na urbe, recorrendo “a distribuições individualizantes, a uma organização aprofundada das vigilâncias e dos controles, a uma intensificação e ramificação do poder” (Foucault, 1987, p. 164). A cidade pestilenta era, pois, a realização, mesmo que excepcional, de um ideal disciplinar: uma urbe completamente governada. Segmentarização exemplarmente dura, autorizando ou negando movimentos de

acordo com os interesses que a moldavam: organização geométrica implicando em um espaço sobrecodificado e esquadrinhado.

Mas hoje, enfim, o que ocorre? Quais as conseqüências urbanas mais nefastas daquilo que usamos chamar sociedade de controle? O que perdem a cidade e os cidadãos quando o poder se torna cotidiano, rizomático e a céu aberto?

Já se disse, já se repetiu, e repete-se de novo: os anéis de uma serpente são mais complicados do que os buracos de uma toupeira. Os tempos do controle, concluiu-se algures, são mais a exacerbação molecular e perversa da disciplina do que propriamente uma guinada brusca ou uma novidade formal. Em tempos de uma modernidade líquida (Bauman, 2001), as pesadas grades disciplinares derretem-se e se espalham pela cidade, segmentarizando-a molecularmente, agindo cada vez mais na minúcia do cotidiano dos cidadãos. Os pesados muros se desfazem “de tal maneira que suas lógicas disciplinares não se tornam ineficazes mas se encontram, antes, generalizadas como formas fluidas através de todo o campo social” (Hardt, 2000, p. 359). Já não é mais somente o Estado quem promove a segmentarização do espaço urbano e os modos evitativos de lida com a alteridade, mas sim os próprios cidadãos, por sua irônica, livre e espontânea vontade. São, portanto, enunciados ordenativos semelhantes aos disciplinares, mas exacerbados em uma estratégia sutilmente diferente: o ilhar-se. Seriam tantos os que seriam gradeados que se torna mais fácil erguer prisões às avessas e se fechar contra a sociedade em geral. Os cidadãos desejam se ilhar. Como escreve o filósofo alemão Peter Sloterdijk, “cada vez mais indivíduos podem ser descritos, de acordo com o modo de vida e autoconsciência, como ilhas nomadizantes” (Sloterdijk, 1999, p. 86). Exacerba-se o ideal do higienismo: cada vez mais, cada macaco no seu galho. A convivência – e ponha-se a palavra entre infinitas aspas – vira ato programático. O arguto romancista francês Michel Houellebecq sabe o que diz quando escreve que nos dias de hoje é tida como luxuosa a possibilidade de evitação do contato com o outro. Em uma praia na Tailândia, um dos personagens do livro *Plataforma* não hesita em concluir que o swing dos turistas alemães não deixa de ser um modo de subversão (Houellebecq, 2002). E?

Um murmúrio aflito e saudosista acompanha há tempos o homem: o choramingo daqueles que acreditam terem deixado para trás o senso essencial de comunidade. Falsa idéia - talvez renascentista, certamente moderna - do calendário histórico do homo sapiens sapiens, que o faz nascer tardiamente, nas cidades e estados democráticos (Sloterdijk, 1999). Deste doutrinamento, as funestas conseqüências são a produção de lembranças as mais diversas, em fotos esquecidas em um velho baú ou em páginas de livros de história há muito amareladas: a família nuclear, a ágora ateniense, a irmandade cristã. Rememorações idealizadas de uma era

mítica “em que a comunidade se tecia em laços estreitos, harmoniosos, e dava a si mesma, seja pelas instituições, ritos, símbolos, a representação de sua unidade” (Pelbart, 2003, p. 32). Há algo aí que esquece que a política é feita em ato, nas possibilidades de contingências espaço-temporais, e nunca com os olhos e corações voltados a quimeras passadas ou futuras. Há aí, sem dúvida, algo que clama por identidade; o clamor é muito antigo, e vige ainda nos dias atuais.

Tal clamor motiva a segmentaridade urbana atual. Segmentarização essencialmente fina, disseminada pela cidade tal qual um câncer que mina silencioso o organismo, espalhando as grades e as evitações as mais ínfimas atitudes cotidianas. É assim que se faz com que cada morador deva pôr grades nas janelas de suas casas e apartamentos, com que a população deva clamar por grades nas praças e parques e com que levas de cidadãos devam desejar viver em condomínios fechados e vigiados. Pequeníssimas linhas de poder dito molecular, “exercendo-se sobre um tecido micrológico onde ele só existe enquanto difuso, disperso, desacelerado, miniaturizado, incessantemente deslocado, agindo por segmentações finas, operando no detalhe e no detalhe do detalhe” (Deleuze e Guattari, 1996, p. 105) e fazendo o fora – lugar próprio da política, de acordo com Michael Hardt (Hardt, 2000) - valer cada vez menos nas bolsas de valores. Assim, paisagem urbana torna-se cada vez menos a do espaço público e dos encontros casuais, e cada vez mais a dos

“espaços fechados das galerias comerciais, das auto-estradas e dos condomínios com entrada privativa. A arquitetura e o urbanismo de certas megalópoles, como Los Angeles e São Paulo, tenderam a limitar o espaço público e a interação, criando, antes, uma série de espaços interiores protegidos e isolados” (Hardt, 2000, p. 359).

Tais grades são contra e a favor da vida...

As grades de hoje são mais de quem quer, precisa e pode do que de quem os pode impor a outrem, como, por exemplo, o saber psiquiátrico aos loucos. Aqueles que podem, evitam andar sob os riscos eminentes do espaço público, e fazem tudo em áreas fechadas e protegidas. Nos espaços públicos apenas se transita; nunca ou quase nunca se habita. Quando, sob o imperativo do medo, o outro vira anormal, a convivência tende a dar-se tão somente em espaços nos quais a homogeneidade reina, onde o estorvo da diferença não tem vez. Há de se habitar – e habitar, diga-se, difere em muito de passar – apenas espaços nos quais a segurança da igualdade é possível. De resto, na mistura dos entornos, vigem somente passagem e

desconfiança. Way of life que demanda a cada sujeito promover empecilhos à assustadora indeterminação subjetiva dos encontros. Medida de segurança, erguem-se grades por todos os cantos; grades que são remédios, paliativos de uma paz que, em verdade, nada mais é do que o silêncio político promulgado pela evitação: criam-se cidades de muros, formadas por enclaves fortificados, espaços privatizados, monitorados, destinados às tarefas básicas de residência, lazer, trabalho e consumo no limite – e o limite é cada vez mais concreto -, trata-se de vidas condominizadas, solicitando “barreiras a todo momento que não só segregam, mas solidificam e afirmam a construção de identidades” (Baptista, 1999, p. 38).

“A comunidade definida por suas fronteiras vigiadas de perto e não mais por seu conteúdo; a defesa da comunidade traduzida como o emprego de guardiões armados para controlar a entrada; assaltante e vagabundo promovidos à posição de inimigo número um; compartimentação das áreas públicas em enclaves defensáveis com acesso seletivo; separação no lugar da vida em comum” (Bauman, 2001, pp. 110-111).

Diz muito, nesse sentido, a chegada do personagem-narrador de *Estorvo*, livro de Chico Buarque, à casa da irmã:

O vigia na guarita fortificada é novo no serviço, e tem a obrigação de me barrar no condomínio. Pergunta meu nome e destino, observando os meus sapatos. Interfona para a casa 16 e diz que há um cidadão dizendo que é irmão da dona da casa. A casa 16 responde alguma coisa que o vigia não gosta e faz ‘hum’. O portão de grades de ferro verde e argolões dourados abre-se aos pequenos trancos, como que relutando em me dar passagem. O vigia me vê subindo a ladeira, repara nas minhas solas, e acredita que eu seja o primeiro pedestre autorizado a transpor aquele portão. A casa 16, no final do condomínio, tem outro interfone, outro portão eletrônico e dois seguranças armados. Os cães ladram em coro e param de ladrar de estalo. Um rapaz de flanela na mão abre a portinhola lateral e me faz entrar no jardim com um gesto de flanela (Hollanda, 1991, p. 14).

Michael Hardt defende a idéia de que atualmente “o espaço público foi a tal ponto privatizado que já não é mais possível compreender a organização social em torno da dialética espaços privados/espacos públicos, ou dentro/fora” (Hardt, 2000, p. 360). O quadro urbano é desolador: existência militarizada, vida controlada. O próprio se valoriza e ataca com insidiosas armas o comum. Das instituições disciplinares intervalares e fechadas de outrora ao ar livre e à minúcia cotidiana de hoje, o controle quer fazer com que os encontros passem a ser – quando há -, todos eles mecanizados e pré-determinados. Impõem-se instâncias transcendentais – das quais os muros e grades de que trata esse trabalho são apenas um dos tantos exemplos possíveis - para mediar ou anular a diferença, e a cidade deixa de lado sua

potência afetiva. Faz-se um sujeito contemporâneo exponencialmente individualista: como precisa a todo custo se defender, ele só pode querer e só pode pensar em repetir-se no mesmo. Ítalo Calvino faz Marco Polo narrar ao Grande Khan a vida em Cloé, uma das *Cidades invisíveis*: lá,

as pessoas que passam pelas ruas não se reconhecem. Quando se vêem, imaginam mil coisas a respeito umas das outras, os encontros que poderiam ocorrer entre elas, as conversas, as surpresas, as carícias, as mordidas. Mas ninguém se cumprimenta, os olhares se cruzam por um segundo e depois se desviam, procuram outros olhares, não se fixam (Calvino, 2003, p. 53).

Cloé é aqui e agora.

As grades dos dias atuais são então, concomitantemente, resposta ao imperativo do medo vigente na cidade e obstáculo à acolhida do conflito e do desentendimento criativos, à multiplicação das relações e dos afetos, ao convívio; empecilhos à arte urbana do pertencer-se, à experiência cidadina tida como vivência política. Sloterdijk retoma o mito da Torre de Babel. A lição que dali ele retira é simples: a cidade deve fracassar para que a sociedade de castas possa viver (Sloterdijk, 1999). Quanto mais a cidade necessita se sentir segura, mais ela descarta seu sistema de relações, e mais cidadela se torna; no lugar da política imanente, aparece a transcendentalidade típica da polícia e de toda uma indústria e um comércio da segurança. Com a idéia de que uma boa cidade é uma cidade segura, vendem-se comunidades que, por sua estrutura física, dirigem a evitação urbana.

Como “quanto mais eficazes a tendência a homogeneidade e o esforço para eliminar a diferença, tanto mais difícil sentir-se a vontade em presença de estranhos, tanto mais ameaçadora a diferença e tanto mais intensa a ansiedade que ela gera” (Bauman, 2001, p. 123), a patologia do espaço público é quase um moto-contínuo. A antiga recomendação dos adultos para que as crianças não falassem com estranhos é dada hoje na frente do espelho. O medo alimenta a evitação, que alimenta o medo, que alimenta a evitação. Manoel de Barros, sabiamente, talvez dissesse não saber o que alimenta o quê.

Assim, a cidade se vê, de um lado, frente a um silenciamento político e a um encolhimento de sua vida pública, ao mesmo tempo em que se descobre palco de criminalidade. Se militarizada é o adjetivo que cabe a essa vida, ela nada tem de política.

Mas muito se falou sobre a política: a ela se teceram loas na voz dos mais diferentes discursantes, dela se reclamou a inexistência nas mais diversas paragens. Mas, afinal, de que política se quer falar aqui? Em que coletividade se aposta para opor-se ao poderoso individualismo narcisista contemporâneo e à degeneração da afetividade que tanto se critica?

Em outras palavras, de que cidade possível se quer falar aqui? Com que armas se quer fazer a ultrapassagem do presente? Parece haver envolta na questão toda uma bruma política acerca da política...

Fazendo uso de uma famosa sentença de Bismarck, o filósofo alemão Peter Sloterdijk traz a idéia da política como a arte do possível, e assim define a dos tempos atuais: “Política aparece como o equivalente de um quase-acidente-coletivo crônico numa rodovia coberta pela névoa” (Sloterdijk, 1999, p. 69). Por demais apocalíptico, talvez. Por entre as fixações territoriais, resistências nômades surgem quando em vez, sorradeiras. Na pequenez de ações impessoais, uma outra política se anuncia. Com elas, uma outra cidade, quase invisível, se atualiza e toma forma. Resistências?

Resistências.

Experimentando modos de narrar através dos símbolos de cartas de um baralho, Ítalo Calvino faz um dos hóspedes de um castelo de destinos cruzados contar que nas cortes é tradição que o jogral tenha por função reverter e zombar dos valores do soberano; provocar no rei uma vaga inquietação. Eis que em meio a um passeio na floresta, deu-se entre o monarca e o palhaço o seguinte diálogo:

- Não sabia que no meu reino ainda restavam florestas tão densas – observou o monarca – e nesse ponto, com as coisas que falam ao meu respeito, que impeço as folhas de respirar o oxigênio por seus poros e digerir a luz em suas seivas verdes, não tenho razão senão alegrar-me.

E o Bobo:

- Fosse eu, Majestade, não me alegraria tanto. Não é longe da metrópole iluminada que a floresta estende suas sombras, mas dentro dela: na cabeça de vossos súditos conscientes e produtivos.

- Queres insinuar que alguma coisa escapa ao meu controle, Bobo?

- É o que veremos (Calvino, 1991, pp. 106-107).

O que na voz do bobo Calvino insinua é que há, na cidade, algo que escapa ao poder. Algo que o subverte lá mesmo onde parece, à primeira vista, que nada pode ser feito: onde supostamente estaria tudo dominado. No contemporâneo o poder se quer intrínseco à vida, agindo minuciosamente. Nesse contexto que se anuncia sombrio, de que se trataria a resistência? Quais possibilidades a voz do bobo da corte quer fazer ver? E mais: de que se trataria a resistência no plano da experiência urbana?

Em idos tempos, resistir era tido como um ato no qual se acumulavam forças e se fazia necessária a tomada de consciência. Tempos, talvez, em que sérios senhores não conseguiam esconder o uniforme de general sob a camisa de flanela puída, e, vermelhos, gritavam e faziam impor suas idéias aos comandados, os supostos revolucionários – ou, em termos

menos elogiosos, a massa de manobra. A aposta que aqui se faz não é essa. As fichas são postas em outros números:

a resistência se dá como difusão de comportamentos resistentes singulares. Acumulando-se, acumula-se, extensivamente, na circulação, na mobilidade, na fuga, no êxodo, na deserção – multidões que, difusamente, resistem, que fogem das grades, cada vez mais estreitas, da miséria e do comando (Negri, 2003, pp. 129-130).

Resistência micropolítica, dir-se-ia com menos palavras. Mas outra questão se atravessa: resistir para quê? E mais: por quê? E ainda mais: como?

O desejo de fusão unitária pressupõe a pureza identitária, e sempre se pode levar mais longe – e, de fato, tem-se levado - as exclusões sucessivas daqueles que não respondem a essa pureza, até desembocar no suicídio coletivo. É justamente por isso que se faz a defesa de uma cidade – de uma política, ou de uma comunidade, ou ainda, em suma, de um modo de viver em conjunto - que tenha por condição precisamente a heterogeneidade e a pluralidade. Esse posicionamento só é possível se se apostar que, entre a violência e o isolamento, há uma terceira via para a cidade.

Não é à toa que as lutas contemporâneas – pequenas guerrilhas –

questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga a sua própria identidade (Foucault, 1995, p. 235).

A luta pela subjetividade apresenta-se como direito à diferença e à variação. Parece que o primado resistente e afirmativo é da potência das singularidades, da força da multidão.

Isto sugere que qualquer alternativa contemporânea tem que partir de uma outra sensibilidade, muito mais atenta à questão das diferenças, das identidades culturais e da flexibilidade necessária para comportar diferentes temporalidades e diferentes espacialidades; que ela seja portanto muito mais algo que tenha a versatilidade do refazer-se e, em função de circunstâncias concretas, que ela possa ser o fluxo das vivências cotidianas, em vez de apresentar-se como um projeto acabado, ao qual o conjunto da sociedade tem que se adaptar e que é porto de uma forma estável e definitiva (Sevcenko, 1994, p. 55).

Afinal, quem é o melhor político? Era esse o embate acerca do qual desenvolveu-se um dos escritos de Platão (Platão, 2000). Muitos foram os que se apresentaram e argumentaram, cada qual afirmando ser o melhor dentre os que compartilhavam a pólis.

Subentendida à questão que se propunha, uma outra, caríssima aos filósofos helenos antigos, deixava a sua marca: para se dizer quem é o melhor dentre os ditos políticos, haver-se-ia de determinar o que exatamente era a tal política. O que é? Fica clara aqui, a partir da indagação, a consideração de uma essência. Haveria algo que seria a política, e somente a partir dessa definição é que se poderia determinar quem melhor exercia a tarefa base da pólis.

Tempos depois, Friedrich Nietzsche, um insano alemão do século XIX, reposicionou a questão. Debochava ele das essências: tudo o que há são simulacros, dizia. Simulacros entendidos não como malfadadas cópias de uma forma perfeita, mas como produções imanentes. Por detrás de uma máscara há outra máscara, atrás de outra máscara, atrás de outra e assim infinitamente (Nietzsche, 2000). Nesta indefectível falsidade, o que resta aos pesquisadores – e não é pouco, tenha-se claro - é investigar a potência em ato daquilo que é produzido.

Robert Pechman dá as coordenadas iniciais de uma virada conceitual ao relembrar a equivalência, não somente pela etimologia dos termos, entre cidade e política:

a política é a derradeira possibilidade de reconfiguração do espaço, tornando-o aberto ao público para uso e abuso da produção de relações. (...) Por isso mesmo, onde há política há cidade e onde há cidade haverá sempre negociação. Isso é o mesmo que dizer que a cidade é a materialização da política (Pechman, 2005, p. 20).

Seguindo-se essas diretrizes, política e cidade obrar-se-iam, pois, em relação diretamente proporcional. Em tempos de segmentarizações finas e insidiosas do poder, resistência e política seriam pares na luta a favor da potência da cidade.

Algumas pistas solidificam-se, mas as questões seguem em aberto: de que se trataria uma resistência afirmativa e criativa no que tange ao intrincado jogo entre o público e o privado na cidade, jogo no qual os muros e grades são trunfos importantes? Antonio Negri fornece pistas interessantes ao afirmar em uma entrevista: “O problema é compreender que privado e público não têm mais significado, não têm valor algum. O que é importante é conseguir construir o comum e que toda produção, toda expressão deve ser dada em termos do comum” (Negri et. alli, 2002, p. 28). O que daí se depreende é que, em termos de resistência ao controle gradeado, mais do que afirmar a existência de espaços públicos, o que urge é discutir o que eles possibilitam ou como eles estão sendo utilizados. Para que o comum – esse estranho e informe modo de comunidade – insista e consista no território urbano, é necessária uma determinada atitude espacial que rompa com as delimitações. Mesmo que não haja uma forma específica e pré-determinada que o possibilite, há aquelas dadas a impedir que

ele possa ser produzido, e o gradeamento geral e irrestrito se presta a essa tarefa. Falemos então, distantes de qualquer utopia, da produção de espaços que possibilitem a indeterminação subjetiva, o encontro e as acontecimentos, e não as paixões de abolição da violência e da evitação.

A antiga lição de Françoise Choay ensina que a cidade não pode ser pensada fora da história (Choay, 1965). Lição que se assemelha à ultrapassagem do presente, da qual fala Michel Foucault, ou ainda da desutopia – entrelaçamento da tendência constitutiva e do limite crítico - apresentada por Antonio Negri. Luis Antonio Baptista, em assertiva que faz abrirem-se espaços, lembra: “Nada está em paz, concluído, definitivamente perdido. No desassossego, virtualidades de resistências podem enfrentar o mórbido desencanto” (Baptista, 2004, p. 203). Na insistência de desassossegos, virtualidades se apresentam com consistência. A assertiva de Paola Berenstein Jacques faz-se então parceira daquela de Luis Antonio Baptista na abertura de espaços:

Os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam no cotidiano que os atualizam. São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano (Jacques, 2006, p. 120).

Obrigatório depreender daí que, para além de tais ou quais projetos de poder, as resistências – aqui, já se disse, a efetivação de certo grau de um plano comum de existências - estão sempre em aberto: o alisamento das estrias nunca está completamente vetado. Assim sendo, é necessário conceber-se a resistência como produção imanente, e, mais ainda, como produção ética dada nos interstícios do poder. Abandonar as quimeras é, pois, resolução importante para que se possa efetivamente assistir a vida resistir.

Indispensável que se perceba a resistência como a criação de subjetividade – e, aqui, uma subjetividade na superfície da cidade. Nesse sentido, faz-se importante lembrar a já citada assertiva de Peter Pál Pelbart segundo a qual o plano comum, mesmo que previamente dado, deve ser incessantemente construído. Doravante tomar-se-á a resistência, também, como promoção da indeterminação.

Assim, a resistência doravante se relacionará a atitudes nas quais os processos de assujeitamento – aqui fixações territoriais em delimitações feitas por muros e grades - sejam desafiados por atos os mais diversos nos quais inauditos planos comuns se produzam. Atos impossíveis de serem previstos ou definidos, já que não planejados. Atos, sim, criativos: algo que se detecta, mas que não se antecipa em modelos.

Falamos de espaços criados na e pela multidão. Multidão, diga-se, que não se refere ao senso comum de um sem número de pessoas. Uma multidão que

não é nem o encontro da identidade, nem pura exaltação das diferenças, mas é o reconhecimento de que, por trás de identidades e diferenças, pode existir ‘algo comum’, isto é, ‘um comum’, sempre que ele seja entendido como *proliferação de atividades criativas*, relações ou formas associativas diferentes (Negri, 2003-a, p. 148).

Em outras palavras, multidão é a composição de uma multiplicidade de singularidades. Se controlar é gerir movimentos e estabelecer medidas, resistir é efetuar ações que dêem força fora e além de qualquer medida – a desmedida como peculiaridade da multidão.

Não obstante, a produção do comum, critério de potência política no qual aqui se aposta, seria uma atitude ética e não utópica através da qual a cidade atualizaria e faria consistir a estranha comunidade que, ao menos potencialmente, talvez lhe caiba. Como bem coloca Negri, “a resistência da multidão, a resistência a todas as propostas de formatação da vida (...) consiste sobretudo em sentir o prazer da singularidade” (Negri, 2006, p. 179).

Pois a cidade está aí, palco de dominação e de potência. As novas armas já estão criadas. Contemporaneamente, a ética da resistência passa por escapar das formas que, segmentarizando a imanência, transcendentalizam o comum. Contemporaneamente, resistir passa por dar corpo à experimentação dos arranjos e composições possíveis. Contemporaneamente, resistir passa também por inventar modos de vida no cotidiano da experiência urbana. A aposta do bobo da corte roda na roleta. As novas armas, mais do que criadas, já estão engatilhadas e apontadas. E são armas vitais. A questão é: seriam tais armas capazes de enfrentar a fúria laminadora? O bobo da corte talvez já tenha respondido: “é o que veremos...”.

PROCEDIMENTO.

Todo um programa se delinea aí: livrar a paisagem da representação que se faz dela, retratar sem pensar em nada já visto antes. Contar histórias simples, respeitando os detalhes, deixando as coisas aparecerem como são.

(Nélson Brissac Peixoto, O Olhar do estrangeiro)

Há sempre, a cada problema que se atravessa, a imposição de uma estética do percurso de resposta. Questão de forma, talvez. Questão de estilo, certamente. Não obstante, cada trabalho demanda a criação de uma metodologia que lhe seja digna, uma estilística que a ele se põe em diagonal – nem complementação, nem filiação. Tratando-se da experiência urbana faz-se mister não se olvidar de tal premissa, já que, como escreve Felix Guattari, “o objeto urbano é de uma complexidade muito grande e exige ser abordado com as metodologias apropriadas à complexidade” (Guattari, 1992, p. 175). Se assim é, faz-se necessária a invenção de um modo singular para se cartografar e fazer falar a cidade contemporânea e as vidas que se cercam e pulam seus muros e grades: algo que, conjugando o rigor e a anexatidão, autorize a que os atravessamentos, paradoxos e embates da experiência urbana sejam postos na vitrine comum dos modos de dizer.

Cartografar. Na terminologia utilizada pelos geógrafos, cartografia é o desenho que acompanha e se faz simultaneamente aos movimentos da paisagem. Produção de conhecimento que se dá numa zona de dupla captura entre singularidades: um corpo curioso e um mundo que o atíça. Sendo fabricada em tal zona, a cartografia presta-se a escapar dos grudentos decalques pré-fabricados sempre prontos a serem aderidos a toda e qualquer superfície, diminuindo a miríade dos registros a um punhado de expressões prêt-à-porter. Procedimento de pesquisa e tessitura de conhecimentos que – além e aquém da sacralização da verdade - autoriza a que a polifonia estética seja posta à baila no plano dos saberes. Ancorada no real, a experiência de cartografar alastra-se também às cidades: encontros, sensibilidades e afetações que findam por engendrar urbanidades inauditas. Em suma, produções de cidades dadas aos mais diversos matizes; passagens que se querem para além da simbologia e da representação.

Quando escritas – estatuto de legibilidade que se autoriza a vigorar tanto quanto o de visibilidade ou qualquer outro que se anuncie – as cidades têm atualizadas aquilo que, antes de tal ato, apenas são em potência: movimento que faz com que a virtualidade caótica se atualize em estilos de contar. No limite, trata-se de devolver sensibilidade a algo que sensível sempre foi. Um olhar a dar vida, uma estória a narrar...

Trata-se, pois, de uma escrita agenciada com o mundo, a qual faz com que o livro de registros das cidades torne-se inesgotável. Como escreve Renato Gomes, “a cidade é o território textual por excelência da transmissão e da estocagem, da multiplicidade potencial, um universo jamais saturado de imagens” (Gomes, 1994, p. 53). Incomensuráveis possibilidades de produção, cada qual com matizes próprias ao agenciamento dado. Sem número de tramas cerzidas, incessantes espaços abertos a mais. Como bem colocam Deleuze e Guattari, “escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar” (1995, p. 13). Escrever cidades é, portanto, inaugurar em cada composição inéditas convocatórias de legibilidade. É assim que – distante em muito do simbolismo e da hermenêutica e bastante próxima de um delicado empirismo - a cidade faz-se escrita a ser habitada e o texto se transforma em paisagem a ser percorrida.

Um dos escritos de Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, parece exemplar na composição de cidades-texto. Nele o explorador veneziano Marco Polo narra cidades fantásticas ao imperador dos tártaros, Kublai Khan. Os inúmeros outros exploradores submissos ao imperador descreviam situações e noticiavam quantidades: tratavam da safra de arroz, do número de habitantes, de um levante aqui ou da paz acolá. Polo não: tomava a cidade como um símbolo complexo e inesgotável da existência humana; plano ótimo da tensão entre o cristal – facetado preciso, imagem da invariância e da regularidade – e a chama – vivência efêmera e pulsão fluida. Sempre versando sobre a sua Veneza, falava ele, por exemplo, de “Zobeide, cidade branca, bem exposta à luz, com ruas que giram em torno de si mesmas como novelas” (Calvino, 2003, p. 47) ou de “Otávia, cidade teia-de-aranha” (ibidem, p. 73). Mosaico urbano fundado nos interstícios e tensões entre o geométrico e o etéreo.

Há uma célebre passagem do embate entre o viajante veneziano e o imperador tártaro na qual este – atento jogador que era - desafia aquele para uma partida de xadrez. Acreditava ele que as cidades eram como tal jogo de tabuleiro; conhecendo-lhes as regras, possuiria o império sem que para isso fosse necessário conhecê-lo cidade a cidade. O xadrez, as cidades...

Sobre as peças do jogo de tabuleiro, escrevem Deleuze e Guattari: “sempre codificadas, têm uma natureza interior ou propriedades intrínsecas, de onde decorrem seus movimentos, suas posições, seus afrontamentos. Elas são qualificadas, o cavaleiro é sempre

um cavaleiro, o infante um infante, o fuzileiro um fuzileiro” (1997, p. 13). Dali se extraem única e exclusivamente funções estruturais, previamente dadas: há um limite cristalino imposto pelas codificações e regramentos do xadrez, e tal limite é deveras curto. Polo bem o sabia. Kublai Khan bem o sabia – e, quiçá, justamente tal compreensão concordante seja o motivo do embate dialógico. Em certo momento, todavia, o porquê do jogo passa a escapar ao imperador. Perda ou ganho de quê, afinal? Após o xeque-mate, o que resta é um nada: um naco de madeira. Um nada. Dá-se então que o explorador veneziano começa a versar acerca do tabuleiro. Do pequeno poro que se anuncia no canto esquerdo poder-se-ia pintar a vida de uma larva. E que folhas teria ela roído? E da árvore da qual se extraiu a madeira para manufaturar o tabuleiro, que estórias se poderia compor? A quantidade de coisas que se podia extrair de um pequeno pedaço de madeira lisa e vazia abismava o Kublai Khan – exímio conhecedor das regras e, portanto, dos limites daquilo que poderia ocorrer sobre o tabuleiro. Enquanto o imperador abismava-se, Polo ensejava mais narrativas. De nada servira o ardor racionalizante – as regras, o limite, o cristal - que o imperador ansiava que o viajante emprestasse às descrições das cidades que havia conhecido. Onde Khan via apenas um quadrado de madeira e peças feitas de pedaços de marfim polido, a narração do embaixador veneziano, atualizando o poder gerativo da linguagem, fazia mais e mais imagens proliferarem. Do nada, tudo poderia surgir. A pista que Calvino ensaia é óbvia: as codificações nunca bastarão para dar conta de um plano pleno de possíveis.

Na voz do viajante, Ítalo Calvino dava a ler paisagens, mais do que descrições (Peixoto, 1992): cativantes espécimes das infinitas cidades – imagens de pensamento (Benjamin, 1987b) - que podem ser escritas no ponto cego entre a conceituação e a imagética. Em tempos fugidios, a contemplação necessária à composição de uma paisagística urbana cai à míngua. Quer-se, aqui, criar e fazer consistir o “espaço intermediário entre as coisas e o olhar” (Peixoto, 1996, p. 66) que outra coisa não é se não a paisagem. Em outros termos, pôr em prática a ética de um olhar que revida a visão das coisas que se apresentam na cidade, alocando palavras que operem justamente nos vazios surgidos no esfacelamento urbano. Paisagens narrativas formadas quando a visibilidade da imagem torna-se legibilidade de um texto. Engendrar paisagens urbanas, por outra, justamente por fazer falar o que não tem palavra (Calvino, 1990). Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades.

Mas, em linhas gerais, que escrituras compõem essa dissertação? Em poucas palavras, anote-se: trata-se de registros narrativos ligados à imanência e à materialidade, e que, atentos e vulneráveis à pequenez dos acontecimentos do dia-a-dia, possam permitir o entendimento, a crítica, a ultrapassagem e a criação do nosso presente. Há uma intimação na pauta: a de que a

travessia errante da experiência seja artesanalmente manufaturada na olaria das narrativas. Em tal intimação reside uma das mais importantes diretrizes políticas deste trabalho: na labuta da narração trabalhar a vivacidade, as intempéries e o liame da cidade; fazendo uso da imagem como modo de discussão, afastar as costumeiras melancólicas generalizações conceituais e imiscuir-se na experiência do cotidiano, para que dela se pinte possíveis respostas – respostas inevitavelmente inconclusas – e retratos daquilo que a nós concerne.

Em *As margens da alegria*, uma de suas *Primeiras Estórias*, João Guimarães Rosa (1988) narra a viagem de um menino levado pelos tios a conhecer uma cidade em construção: aquela que, assim se propagandeava, seria a mais levantada das cidades. Dá-se, porém, que as obras dos majestosos prédios pouco interessam àquela criança. Ao menino chama mais a atenção um peru que vivia no quintal da casa na qual almoçaram; a ordinária ave causa mais espécie ao menino do que o gigantismo futurista e transcendente do concreto armado. A dica metodológica acerca do estudo da experiência urbana que do conto se pode extrair é interessante: a de que há um mundo profícuo a se investigar na pequenez dos detalhes do dia-a-dia. A dica pode ser ainda desdobrada: considerando-se que o insignificante é capaz de interromper os vãos totalizadores da razão, a análise da questão urbana deve ser proposta a partir do denso complexo da experiência. Talvez Marcelo Santana Ferreira esteja certo quando afirma que “estudar uma época é referir-se aos materiais cotidianos da existência coletiva humana” (Ferreira, 2006, p. 44). Mas o que haveria de interessante – ou, mais ainda, de profícuo e fundamental – nesses materiais?

Em meados do século passado, Walter Benjamin, em um texto intitulado *O Surrealismo – o mais instantâneo da inteligência européia*, cunhou o termo iluminação profana. Referia-se ele à atitude de um olhar que sonda o impenetrável no cotidiano e o cotidiano no impenetrável (Benjamin, 1975). Jean-Marie Gagnebin trata de esclarecer tal enunciado quase aforístico. Poupano tergiversações, afirma ela que “por baixo, por detrás do dito real, ou melhor, a ele inseparavelmente entrelaçado se perfila, pois, um outro surreal desconhecido, infinito, mas ao alcance da mão para quem souber olhar” (Gagnebin, 1996, p. 253). Como não há aqui qualquer referência a algo que se decifre, talvez se deva dizer que, mais do que estar ao alcance da mão para quem souber olhar, este dito surreal desconhecido apresenta-se àquele que a ele intenta olhar. Trata-se, em outras palavras, de se dispor a produzir uma epifania às avessas. O surreal benjaminiano apresenta-se, portanto, àquele que deseja vislumbrar o maravilhoso no coração do dia-a-dia: uma iluminação eminentemente profana, pequena e imanente. Uma iluminação que, mais que tudo, não se pode privar de sua

própria força. Uma iluminação que, em última análise, traz consigo todos os gatilhos do desassossego.

Paola Berenstein Jacques insinua:

Essa experiência da cidade habitada, da própria vida urbana, revela ou denuncia o que o projeto urbano exclui, pois mostra tudo o que escapa ao projeto, as micropráticas cotidianas do espaço vivido, ou seja, as apropriações diversas do espaço urbano que escapam das disciplinas urbanísticas hegemônicas, mas que não estão, ou melhor não deveriam estar, fora de seu campo de ação (Jacques, 2006, p. 119).

Há, todavia, quem despreze o cotidiano. Há quem diga que ali nada há a observar além da banalidade típica do senso comum. A aposta que aqui se faz, já é sabido, é a de que o dia-a-dia é palco pleno de férteis guerrilhas micropolíticas: embates minúsculos e intensos, enfrentamentos moleculares, contendas concretas, dentre outras, entre o poder sobre a vida e o poder da vida. A aposta que aqui se faz, enfim, é de que há algo sutil a se ler na experiência urbana a partir da familiaridade que passa despercebida e dos detalhes à primeira vista sem importância. Aposte-se.

Mas como proceder para que do cotidiano possa se extrair conhecimento? Uma das estratégias interessantes é a de deixar-se ir pela cidade; nela aprender a entregar-se à difícil tarefa de perder-se com instrução (Benjamin, 1987). Fazer-se andarilho de aleatório itinerário na cidade a deambular e a observar: corpo errante à deriva, colhendo rastros como quem o faz em uma floresta. Nas palavras de Gilles Deleuze, “o passeio como acto, como política, como experimentação, como vida” (Deleuze e Parnet, 2004, p. 43). Propor-se a fazer bom uso do velho chavão da metodologia: ser o caminhante que faz o caminho ao caminhar; chavão, como diz o compositor Itamar Assumpção, abre porta grande (1983). Mas, especificamente, de que errância trata-se aqui? Ou melhor: ao que se presta tal errância como procedimento de pesquisa profícuo aos interessados na experiência urbana?

O conceito parece exato: trata-se de engendrar uma equivocidade. Usufruir os erros, a fim de que se possa, assim, fugir das aborrecidas formas identitárias e abusivamente racionais que querem se adonar da produção de conhecimento. Afirma-se o valoroso e insubstituível processo da errância e do erro nesse itinerário no qual se tecem simultaneamente cidade e pensamento. Claro, já que

somente a experiência do errar, em todos os seus sentidos, nos faz apalpar, como que pelo avesso, a experiência de uma verdade que não seria, primeiramente, a coerência de nosso pensamento, mas sim o movimento mesmo de sua produção (...) Errar é, simultaneamente, perda das referências conhecidas e aprendizagem do desconhecido, apavorante e apaixonante (Gagnebin, 1996, p. 245).

Um conhecimento transeunte.

René Descartes - um dos baluartes do racionalismo científico - temia o erro. Era justamente das armadilhas do equívoco que queria afastar-se ao recolher-se em um quarto fechado e escrever obras tais quais *O discurso do método* e *Meditações* (Descartes, 2000). Não obstante, a topologia urbana já lhe servia de metáfora nos idos do século XVII: tecia loas às cidades e praças regulares, desenhadas por um único engenheiro, ao mesmo tempo em que criticava - ou, mais bem colocado, receava - aquelas cidades que em outros tempos haviam sido pequenos burgos e que com o correr dos tempos desordenadamente tornaram-se grandes centros. Preferência clara por uma cidade racionalmente ordenada, na qual é impossível se perder. Opção clara por uma topologia na qual o método - caminho correto - se pode concretizar.

Neste trabalho há uma certa inversão. Se o primado é de fato do caminhar, há de se engendrar uma mutação conceitual: de meta ódhos a ódhos meta. Paulinho da Viola já cantara: “não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar” (1996). Entre ser navegado e navegar a diferença parece ser eminentemente da ordem da construção do caminho - ou, em termos técnicos, do método. Errar, ser navegado nos labirintos da cidade para que inauditos e estranhos conhecimentos possam ser atualizados. Em um caminho, passagens quaisquer: nos rastros do deambular, uma cidade-pensamento inédita a se compor.

Neste processo de engendrar uma equivocidade determinada relação com o território urbano se afirma: a disposição com a qual o errante se implica com a cidade; a postura com a qual ele quase se dissolve nos meandros da urbe. Em *Ternura e atitude blasé na Lisboa de Pessoa e na metrópole de Simmel*, Hermano Vianna (1999) apresenta uma interessante discussão acerca das reflexões sobre a experiência urbana em Georg Simmel e Fernando Pessoa. Simmel versava sobre um certo ódio à metrópole; ódio que, segundo ele, seria simultaneamente apaixonado e amargo. A vida típica das grandes cidades, com sua enormidade de estímulos, produziria aquilo que ele chamou de atitude blasé. Já o poeta lusitano colocaria em cena um outro sujeito urbano, apto a reagir a vários estímulos simultaneamente e aceitando o desafio da metrópole. Das tensões entre dois modos de pensar a relação com as cidades, a belíssima possibilidade que Vianna constrói é a de trabalhar uma certa atitude blasé terna, ou, ainda, uma ternura blasé. Validar e fazer uso de tal atitude como procedimento de pesquisa é, em última análise, fazer-se flâneur que esconde na indolência aparente “a vigilância de um observador que não perde de vista o malfeitor” (Benjamin, 1989, p. 38). Ternura e desprendimento que não se prestam a acusar ou a perdoar, mas, sim, a

compreender. Há, para tanto, de se ter os sentidos aguçados para que o conhecimento possa ser catado, qualquer que seja a forma e o momento.

Augusto, o andarilho personagem de Rubem Fonseca no conto *A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro* (Fonseca, 1992), anda nas ruas o dia inteiro e parte da noite: ele olha com atenção e anota tudo aquilo que pode ser visto. Aproveitar a pista que do conto de Fonseca e da atitude proposta por Vianna se pode extrair é – fazendo uso da proposta que Benjamin aprende com Charles Baudelaire - transmutar-se em um pesquisador trapeiro, detendo-se a todo instante no caminho para que se possa recolher o lixo no qual se tropeça (Benjamin, 1989). Tal trapeiro, diga-se, que nem de longe se aproxima de um assistencialismo politicamente correto marcado pela díade inclusão/exclusão: o lixo que cata dá se ao disparo de questões ainda não propostas e à criação de inconclusas respostas na forma de imagens inéditas. O lixo urbano, então, tomado em sua plena potência de virtualidade. Fazer bom uso da serendipidade: deixar-se ser encontrado pelos acontecimentos, para que seja então possível, nesse mesmo instante, encontrá-los e a eles dar voz.

Dar voz aos acontecimentos - narrá-los – é fazer falar a cidade. Mas que voz é essa? Há, por certo, determinada atitude estética e política a encaminhar os modos de ser dos relatos. Walter Benjamin, em ensaio intitulado *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* (Benjamin, 1985), trata de dissertar sobre as narrativas. Narrativas, define-se ali, mergulham as coisas na vida do narrador para, em seguida, retirá-las dele. Nas estórias urbanas não se pode, pois, querer produzir uma réplica da cidade observada; há de se querer produzir uma espécie de desorientação a partir da qual o opaco urbano pode tornar-se transparente (Canevacci, 1994). Italo Calvino já fazia o viajante veneziano Marco Polo anunciar: “Jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles” (Calvino, 2003, p. 61). A narrativa, poder-se-ia então dizer, produz-se justamente na reconstrução artesanal e no compartilhamento da experiência de percorrer determinada região geográfica ou intensiva, fazendo adivinhar o autor como quase-causeira do relato. Antes dela, nada está dado: há de se fazer acontecer, há que fabricar na artesanaria dos atravessamentos algo que pode ser dito e transmitido. Ana Cabral bem escreve:

a narrativa pode ser entendida como uma forma artesanal de comunicação, na qual os gestos, as mãos, intervêm ativamente no fluxo do que é dito e plasmam a narrativa em sua condição *sui generis*, na integralidade de contar a vida, que não é uma, mas composta do movimento de tantas outras em uma singularidade que é o narrador (Cabral, 2006, p. 51).

A narrativa difere, assim, tanto da informação quanto do romance de formação. Distingue-se daquela essencialmente por ter uma dimensão utilitária para além do momento fugaz no qual trata-se de uma novidade. Distingue-se deste notadamente por não se propor a prática da segregação individualista da qual, no mais das vezes, é extraído o conteúdo dos romances de formação. A narrativa, então, quer-se ancorada na experiência – entendida como possibilidade de atravessamento - muito mais do que na vivência – entendida como característica do indivíduo isolado, não raro referente a profundidades psicológicas.

Erfahrung é a palavra alemã utilizada por Walter Benjamin. Os limites impostos por toda e qualquer tradução infelizmente fazem com que a riqueza da expressão germânica se perca quando traduzida para o português. Traduzir a erfahrung por experiência coletiva não dá conta – e pode, inclusive, gerar mal-entendidos. O radical fahr indica o ato de percorrer ou atravessar determinada região durante uma viagem, tratando de desfazer a débil oposição entre individual e coletivo. Tomando-se a experiência como passagem, afasta-se a crença crítica de uma existência precária na interioridade de um indivíduo em prol de uma benéfica completude do coletivo. Trata-se - mais além daquilo que pode fazer ver tal oposição - de uma política de narrabilidade das passagens e dos percursos sempre inconclusos.

Sem qualquer pedantismo, a ética da narrativa, dando a ler fragmentos urbanos, quer concretizar uma arte de dizer e de intercambiar experiências. Escreveu-se algures que todo e qualquer trabalho força a criação de uma metodologia que dele seja digna. Não é à toa, então, que o presente trabalho - querendo tratar das aplicações de um nefasto e difuso modo de poder que, em última análise, faz a experiência enfraquecer e força a problematização acerca daquilo que as cidades podem ofertar para o escape dos modos de existência nos quais um eu e um nós, frágeis e isolados, perdem a curiosidade por tudo aquilo que transcendam os seus limites - recorre às narrativas. É a remissão simultânea à dificuldade e à importância ética e política do contar. Dimensão estética importante também, lembre-se, pois justamente “quando o pensamento perde a força, e o meio de expressão se contenta, tão somente, em transmitir opiniões, a função estética deve ser suscitada, pois é dela que poderemos esperar sempre a emergência de algo novo” (Maciel, 2004, p. 29).

Propor-se a narrar cidades é, também, querer afastar-se da hermenêutica: nada há a decifrar, tampouco a representar. Há, sim, a materialidade das imagens de pensamento postas como dispositivos de discussão política. Corte, desdobramento, produção: imagética concernente à afirmação da força do inacabamento e ao deboche dos procedimentos conclusivos. Walter Benjamin já houvera escrito: “método deste trabalho: montagem literária. Não tenho nada a dizer. Só a mostrar” (apud Bolle, 2000, p. 94). Trata-se, em suma, de um

procedimento de composição de uma montagem fragmentária – tal qual as expostas pelos movimentos de vanguarda do dadaísmo, do surrealismo, do teatro épico, mas também do cinema e dos meios de comunicação de massa (Bolle, 2000) -, a qual, duvidando de quaisquer possibilidades de totalização unitária ou exegese de um corpo urbano, dá a ler estórias que nunca se deixam encerrar. Estórias, também, que nunca deixam de acreditar no mundo – crença, diga-se, em muito distante de um otimismo pueril; crença, afirme-se, oriunda de um caráter destrutivo jovial e alegre que “só conhece um lema: criar espaço” (Benjamin, 1987b, p. 236). Inacabamento, estranhamento, sobressalto. Fragmentos de cidades, textos que nunca se prestarão a totalizar o que quer que seja. As narrativas e as imagens se fundam, mas não se prestam a fechamentos. Vazamento de um procedimento eminentemente construtivo, sempre em aberto: validação de passagens e de atravessamentos imanentes a um sutil empirismo.

As intenções estão postas: ensejo de mais estórias, mais páginas no infindável e rizomático livro de registros. Da força do cotidiano, engendrar uma equivocidade qualquer e, sem pudor, ainda contar e mostrar. As cidades hão de vir. Alvissareiro repetir, novamente à guisa de abertura, a epígrafe que repousa na sessão introdutória deste trabalho e que, em última análise, perpassa e dá fôlego a todas as suas reflexões: “De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas” (Calvino, 2003, p. 46). Que prossiga o benfazejo provisoriado das respostas.

PASSAGENS DO LEME AO PONTAL.

Partidas.

No topo do morro do Leme a antiga fortificação virou museu. A ferrugem nos canhões e nas munições denuncia a obsolescência dos meios de defesa utilizados em tempos remotos. A construção já não é mais do que recordação da época em que o exército protegia a posse da cidade das ameaças que porventura viessem de plagas distantes por via marítima. Lá de cima, as interrogações sobre as práticas do presente parecem por demais deslocadas, quase impossibilitadas de desembocar na criação de respostas acerca dos modos de existência contemporâneos.

No pé do morro e na planície que ali se inicia nada é museu. Práticas segmentárias dispensam o binóculo na tradicional labuta de vigília e controle dos fluxos; são outros os meios pelos quais as identidades afirmam seus espaços. No jogo presente da experiência urbana, as evitações constroem-se cotidianamente: sorrateiramente erguem-se muros e grades. Tal maquinário evitativo, todavia, não têm sossego. As batalhas da vida atualizam-se minuciosamente no dia-a-dia. Em passagens do Leme ao Pontal, imagens aos magotes disparam paisagens e criam inconclusas respostas. Segmentariedades, multiplicidades. Ande-se, pinte-se.

COPACABANA.

Copacabana e Centro, os dois lugares mais democráticos do Rio onde a beleza do caos humano se mostra organizada na deliciosa convivência de todas as presenças. O Centro durante o dia e Copacabana vinte e quatro horas. Copacabana por isso é a capital da cidade do Rio de Janeiro, exemplo de todas as tradições e circunstâncias que caracterizam a beleza como quesito cabeça-de-chave no pensamento-sentimento da cidade. E também exemplo de todas as tradições e circunstâncias que caracterizam o caos como o outro quesito para se pensar e sentir esse Rio de Janeiro.

(Fausto Fawcett, Rio 40 graus: purgatório da beleza e do caos).

Tome-se o trecho de terra localizado entre o Oceano Atlântico e os morros de São João, da Saudade, dos Cabritos, do Cantagalo e do Pavão. Ali, centenas de milhares de pessoas vivem e circulam. Um sem número de prédios residenciais e comerciais arranha o céu. O negrume da fumaça e renitentes resquícios de maresia batalham no ar. Nas ruas, a mistura das gentes e dos automóveis compõe um fluido que quase faz crer na existência do moto-contínuo.

Certa feita a inóspita praia de Sacopenapan, ora uma das regiões mais agitadas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: vêem-se ainda os morros e se vê ainda o mar, mas onde o matagal acostumara-se a dar à luz o verde, vêem-se os tons escuros acinzentados do asfalto e das armações de concreto e a estética da ginga de duas ou três favelas. Muita gente é o que se vê no bairro quase que a qualquer hora do dia: turistas brasileiros e estrangeiros, pedintes sem-teto, maltrapilhos de toda ordem, anônimos cidadãos de classe média das mais diversas faixas etárias, velhos pescadores saudosos da Princesinha do Mar. Copacabana: uma miríade de existências.

Interessante, nesse sentido, atentar para os modos como Copacabana – bairro antigo, inserido em um projeto moderno - responde às salientadas problematizações e imperativos urbanos contemporâneos. De saída, faz-se necessário dizer que o bairro surge como conseqüência da direção imposta à cidade pela reforma urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos, fazendo-a correr pelas bordas da Baía de Guanabara e tendo como meta o terreno costeiro ao mar aberto. Nesta época, o fluxo populacional em direção ao bairro, fruto desta reforma que pretendia criar um sítio distanciado dos perigos da pobreza que ocupava a área central da cidade, aumentava rapidamente: Copacabana representava o glamour que afirmava o prestígio moderno do Rio de Janeiro e do Brasil. O otimismo consagrava uma cidade aberta: eram tempos nos quais “sentir-se carioca seria sentir-se proprietário dos espaços da cidade” (Lessa, 2000, p. 266). A especulação imobiliária fartava-se: abriam-se ruas, empilhavam-se conjugados, colavam-se prédios uns aos outros. Já no começo da década de 1930, Copacabana era um bairro consolidado, com a quase totalidade dos lotes ocupados. Em relação diretamente proporcional ao aumento da densidade populacional, desapareciam os espaços livres. Já no ano de 1935, reagindo a tal organização espacial, uma comissão de moradores solicitou ao então prefeito Pedro Ernesto a criação de uma praça na avenida Atlântica, entre as ruas Bolívar e Barão de Ipanema. A reivindicação não só não foi atendida como, ao contrário, a área de uma das antigas praças, a Barão de Santa Leocádia, foi ocupada por prédios, na região onde hoje se encontra o cinema Roxy (Cardoso, 1986) – aliás, o único em funcionamento no bairro atualmente. Copacabana e seu crescimento desmesurado não permitiam espaços livres.

Crescendo sem parar no decorrer dos anos 40, 50 e 60, Copacabana significou uma verdadeira revolução urbanística, não porque propusesse um novo modelo de bairro, mas porque sintetizava, em seu espaço, toda a problemática da expansão urbana de uma cidade capitalista subdesenvolvida: crescimento desordenado, alta densidade demográfica, código de obras deficiente e superado, falta de regulamentação, companhias-fantasmas, aventureirismo, crescimento predatório, despreocupação quanto às formas arquitetônicas e à organização do espaço interno, etc. (...) Vista durante muito tempo como uma excepcionalidade e como uma disfunção do sistema, Copacabana nada mais era do que a expressão de forças econômicas, sociais e culturais de sua época que irromperam, uma vez liberadas, no cenário urbano (Cardoso, 1986, p. 131).

Não é de hoje, logo, que em Copacabana não há espaço para novos empreendimentos imobiliários. Não causa espanto, por exemplo, que o bairro não sedie nenhum shopping center: quando, em meados da década de 80, o Rio de Janeiro e o Brasil ingressaram na era dos modernos centros comerciais, em Copacabana já não tinham mais vez construções que exigissem terrenos extensos. E, pelo mesmo motivo, em Copacabana não se vê outra das mais

fortes tendências urbanas atuais: os condomínios horizontais quase auto-sustentáveis – com praças e quadras esportivas em seu interior, que fazem da vida dentro de grades uma realidade - típicos da especulação imobiliária que se efetuou notadamente na Barra da Tijuca nos idos da década de 1990. É de outro modo que o bairro responde – cede e resiste - aos imperativos de segmentação urbana atuais.

A segregação espacial que se operou há quase um século com a criação de Copacabana metamorfoseou-se em metrópole cosmopolita (Lavinhas e Ribeiro, 1997). O mito paradisíaco que afirmava o bairro representante de uma cidade cantada em prosa e verso como maravilhosa – “nenhuma tem o encanto que tu possuis”, compôs Braguinha na segunda metade da década de 40 - transformou-se no que o cronista João Antonio, em 1978, com certo mau humor e desgosto, chama de “classe média decadente metida a besta, vale tudo, bairro independente, hong-kong, cabocla, selva” (Antonio, 2001, p. 80). De fato, Gilberto Velho parece ter razão quando escreve: “Rejeitada por muitos, extremamente valorizada por outros, Copacabana expressa, dramaticamente, problemas de interação, convívio e tensão social” (Velho, 1989, p. 3).

Mas, afinal, como está composta em Copacabana essa polifonia que tanto tem a dizer sobre as subjetividades que lá são produzidas? Teriam os tijolos dos muros e os ferros das grades força suficiente para delimitar quem é quem na multidão? Para além de sonhos dourados e ressentimentos de falidas utopias, um passeio errante pelo bairro talvez faça ver os jogos – sujeitos, armas, identidades, virtualidades – que ali se atualizam. Vejamos.

Instantâneos de uma certa Copacabana.

Já é madrugada. Há exus soltos nas quebradas. Dormitando, porteiros guardam prédios. Relaxam, já que, em sua grande maioria, os prédios têm a segurança almejada por seus moradores garantida pelas cercas que os envolvem e os tornam herméticos. Marcas de dois tempos: construções art déco protegidas por grades sem ferrugem. Pestanejando, os funcionários abrem o portão para os condôminos boêmios que tocam a campainha e pedem autorização para entrar no espaço privado e voltar ao lar. Meio do turno, o funcionário deixa a sentinela: fuma um cigarro e conversa com o vizinho de trabalho. Tomam a calçada como sala de estar. Na lentidão madrugadeira o papo escorre preguiçoso. Daqui a algumas horas o fuzê acalorado fará tudo – os automóveis, o palpitar, o papo dos porteiros – se acelerar.

A lua cheia resplandece enquanto disparos de armamento pesado espocam no morro do Pavão: estilhaços sobre Copacabana, ruídos de uma useira beligerância. Fragmentos de outra guerra – ou talvez, de diferentes batalhas do mesmo conflito: sob marquises, diversas

peessoas amontoam-se, envoltas em parques cobertores. Dormem. São famílias inteiras, grupos de amigos ou desconhecidos. Vivem na rua, expostos em tempo integral a tudo o que ela pode propiciar. Às cinco, noite quase dia, um respeitado profissional liberal encarregado de psicotrópicos vara a Duvivier procurando amigos que ainda não conhece. Travestis o intimam, machões o intimidam. Seduzido e vilipendiado, ele passa mudo e atuante na encruzilhada dos discursos. Às sete, no rabo da madrugada, findando o turno do BarBarela, uma puta enfasiada do frenesi tece tristes comentários escorada no ombro do compreensivo leão de chácara. Calção, camiseta e tez trigueira, um senhor caminha em direção ao calçadão à procura de sol e saúde. Ele não é o único. Aurora no bairro: uns vomitam, outros malham; poucos dormem, muitos acordam. Tudo em Copacabana.

Agora é manhã e há pouco espaço nas vias mais movimentadas. Nossa Senhora de Copacabana e Barata Ribeiro drenam povo a múltiplos destinos. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. O dito ainda é o mesmo que intitulava a peça de teatro da década de 60; a ditadura, porém, é outra. O ritmo é rápido. Infinitos indivíduos marcham rumo ao compromisso: andam prá não desistir. Quase não se olham, quase não se falam: “Com ou sem açúcar?”, “Tô com pressa, dá licença”, “Tem troco pra cinqüenta?”. Nos arredores da Siqueira Campos, centro do bairro, é tamanha a quizumba – cores, sons, odores - são tantas as pessoas, tantos os vendedores ambulantes – fruta, pulseira, um é três dois é cinco – que a arte do desvio é requisito básico ao transeunte. Gente prá cá e prá lá, chocando-se, xingando-se e marcando um churrasco de calçada pro final de semana.

Nas esquinas há bancas de revistas. Andando, um punhado de gente lê as manchetes dos jornais empoleirados. Um novo centroavante no Flamengo, a crise política em Brasília, o assassinato de um bandido – retrato com venda nos olhos, legenda e as iniciais. Dependurados, centena ou mais de cartões postais: coqueiral e mar azul; Rio de Janeiro de vitrine, for export. O mais desavisado talvez dissesse, não sem certa razão, ser Copacabana deveras fotogênica. Outra fotogenia: dito isso e torcido o pescoço, três passos atrás o olho bate em uma família que pede clemência e clama por centavos. O clamor repete-se. Passa uma, passam duas, passam três pessoas e é como se clamor não houvesse. Duas marquises ao lado, três negrinhos perdem o prumo no cheiro forte da anestesia cotidiana. No prédio ao lado, uma senhora apressada e de olhar assustado, ressabiada pelo assalto que certa vez sofreu e pelas notícias diárias do jornal que lê, destranca a terceira fechadura do portão. Zelo corriqueiro: é a tranqüilidade cercada que lhe permite a paz da evitação da diferença. No mesmo instante em que a senhora trava o portão, do outro lado da rua, dois camelôs conversam: falam do calor, da fiscalização, da morena que acaba de passar, do filho que está

crescido. Cumprimentam os passantes conhecidos e fazem troça com o lojista parado às costas enquanto esperam a quentinha.

Já na primeira hora da tarde, velhos se reúnem na praça Serzedelo Correia. Jogam damas, xadrez, dominó e carteadado. Tal qual aduana, as grades da praça – protegidas por dois policiais desde sua abertura até o seu fechamento - findam por delimitar os fluxos do espaço público, tornando-o como que uma extensão de espaço privado: a praça – armadilha de linguagem - é pleno lugar comum. No lado de dentro, mendigos e meninos de rua não são bem-vindos: eles não possuem o passaporte figurado em asseio. Grudados ao metal enferrujado, dois garotos dividem o que resta de loló. Aceitos e bem-vindos, os ditos cidadãos de bem – estranho e frágil critério - deixam o tempo correr e jogam conversa fora. Babás e mães tricotam enquanto suas crianças bem nutridas divertem-se no playground. Ao final da tarde, fecham-se os portões da Serzedelo Correia. Aqueles que lá estiveram por algumas horas são obrigatoriamente devolvidos ao vão do espaço misto da rua. Fora da clausura, confrontam-se novamente com o desencontro e a diferença: “Tio, tem um trocado pra me dar?”, “Será que não sobrou uma roupa na casa da senhora?”. O retorno ao lar pode render muitos sobressaltos e fricções. No ponto, trabalhadores aguardam o ônibus que os levará de volta ao lar. À espera, conversam; falam e escutam, mesmo que alheios aos que naquele instante ocupam o mesmo espaço: os telefones celulares estão grudados nas orelhas, e suas falas ecoam longe, muito longe. Numa esquina, um grupo de rapazes trajando o clássico uniforme da rede pública de ensino está à toa: atualização da fofoca, anedota passada adiante, um beijo ocasional. É a calçada servindo de palco de convivência, escapando pela tangente dos usos burocráticos – passagem, deslocamento, aceleração - que é quase forçada a ter. Próximos, uma senhora idosa e um rapaz de meia-idade andam pela avenida. Dobrando a esquina na rua Hilário de Gouveia, ela chega a tempo para a missa das seis. Alguns metros adiante, ele se permite comemorar o fim do turno na sex shop com shows de strip-tease ao vivo. Costas com costas, votos de castidade e orgasmos. Em Copacabana a noite vem antes do sol se pôr.

Na contramão do monstruoso engarrafamento, o pedestre em marcha satura-se de imagens de produtos expostos em vitrines. Roupas - for sale e em liquidação -, bugigangas pra turistas, eletrodomésticos. Colada à calçada, uma cidade em oferta, permanentemente saltando aos olhos do passante. Enquanto o trânsito pára, as mercadorias não cessam de fazer circular a falta e a necessidade de aquisição. O último lançamento, absolutamente necessário para impedir a obsolescência do cidadão. O novo rondando e fazendo rota e esfarrapada a peça publicitária divulgada horas atrás. Não à toa, uma quantidade enorme de lixo é produzido e

depositado dia a dia nas calçadas. Andando pela Nossa Senhora de Copacabana o contraste entre a novidade da semana e o lixo diário assusta: um jovem fotografando com o celular e um velho implorando vinte e cinco centavos para inteirar a quentinha.

Seguindo por tal via chega-se a mais uma praça. Na Sarah Kubitscheck – espaço dedicado à terceira idade – um muro separa o dentro e o fora. Muro que, em princípio, ofereceria menores possibilidades de porosidade do que grades quaisquer espalhadas no corpo urbano. De fato, o que ocorre por detrás das paredes está vetado à visão da rua. A recíproca, obviamente, é verdadeira. Anuncia-se a impossibilidade de atravessamentos visíveis. No mural azulejado, todavia, há algo que chama a atenção: um painel representando estilizados jogadores de frescobol. Homenagem ao local - entre os postos cinco e seis – onde, diz-se, nasceu esse curioso jogo que prescinde de vencidos e vencedores. A praça – mesmo que murada, não permitindo a visibilidade extra-fronteiras – de certo modo faz jus à homenagem. Sem qualquer sinal de impedimento de ires e vires, a praça vira a paisagem na qual um casal de idosos diverte-se em sua pudica paquera, um avô ensina o neto a fazer aviões de papel e senhoras fofocam, enciumadas e elogiosas para com a beleza de um casal de jovens namorados.

A despeito de ser dedicada à terceira idade, os muros da praça Sarah Kubitscheck não operam impedimentos a entrada de sujeitos de outras faixas etárias. A remissão ao frescobol do mural justifica-se: trata-se de um esporte no qual a partir do esforço mútuo objetiva-se não deixar a bolinha cair; esporte no qual corporifica-se um jogo coletivo e singular ao mesmo tempo, sem que, para que haja vitória, tantos outros tenham de perder. Ou, por outra, a vitória ali é a continuação do embate. Mesmo dedicado à terceira idade, naquele espaço os tantos outros fluxos possíveis não foram impedidos. A afirmação de si, ali, independe do ataque ao outro. O painel que convida os idosos não segrega os não-idosos. A diferença, ali, não veste os trajes da desigualdade. Faz-se para além de um muro qualquer.

Sito entre as ruas Barata Ribeiro e Raul Pompéia, o túnel Sá Freire Alvim cavouca o sopé do morro do Pavão. Carros e ônibus passam furiosos, berrando velozes e espargindo gás carbônico. Nas passarelas laterais da via, o cheiro forte de dejetos humanos faz adivinhar a presença de lixos os mais diversos. Espaço desvalido, apto a receber os restos de quem lá estanca, seleciona fluxos pedestres a partir do medo e do asco. A idéia de pura passagem desmonta-se logo de entrada: cobertores e restos de marmitas espalhados pelo chão fazem ver o paliativo de várias moradas. A passagem acelerada não pode ver o habitat do lixo não reciclável.

Duas centenas de metros adiante, na esquina das ruas Raul Pompéia e Francisco Sá, já quase em Ipanema, está o Parque Peter Pan. Parque que, em verdade, é uma praça dedicada à convivência de crianças. E elas, de fato, tomam conta do espaço: correm prá cá e prá lá, gargalham, berram, brigam, choram. Na mesma tarde em que na outra praça um garoto aprendia a fazer aviões de papel com seu avô, uma moreninha babava-se inteira com o Chicabon, um gordinho deslizava faceiro sobre seu tênis com rodinhas, dois irmãos se estapeavam e desesperavam a jovem mãe. Cenas que fazem supor uma efervescência na praça. De fato, a suposição não é falsa: pequenos acontecimentos pululam naquele espaço.

Ali, todavia, as regras e vetos são vários: proibida a entrada de crianças desacompanhadas, de adultos sem camisa e sem crianças, de crianças com skates e com bolas. A estreita legislação incorre em uma infeliz tentativa de mecanização dos encontros possíveis. Ali, dentro da área gradeada, somente infantes e seus responsáveis fazem acontecer. A candura de certos olhares infantis tromba de frente com os limites do andante que não pôde entrar por não ter filhos. Do lado de fora, vê as grades impossibilitarem encontros entre diferentes faixas etárias.

O frescobol não vinga; o jogo ali é outro. Em seu interior, a praça representa o simulacro do traçado de um trânsito urbano, paraíso simultâneo das normas e da individualidade. Autorização de alguns fluxos, freio de outros. Sinal aberto aqui, sinal fechado acolá. Tudo intencionalmente controlado para que nada entre em choque e se desassossegue. Nem um caminhão no contrafluxo, nem um adulto surpreso com a surpresa do olhar infantil. Os encontros dissonantes ficam todos na virtualidade da imaginação, aquém de grades quaisquer.

Agora é noite e ferve o calçadão. Meninas com peitinhos de pitomba vendem suas bugigangas. Um sueco de cor rosa pede ajuda e pechincha uma morena jambo. Dois alemães, metro e noventa de altura e reais transbordando da carteira, já compraram a oferta da semana. Em frente ao hotel de luxo, mãos dadas aos sorridentes souvenirs, sorvem caipirinhas e desfilam. Pivetes passam em desabalada carreira, instantes após confundirem turistas ingleses com americanos e lhes tomarem a máquina fotográfica digital: vão comê-la, cheirá-la, fumá-la. Com ela vão fotografar. Espalhando os produtos a céu aberto, artesãos e camelôs apropriam-se de uma pequena fatia do espaço na tentativa de recolher alguns tostões. Truculentos policiais, aos gritos e safanões, retiram dali as mercadorias e os mercadores. “Tira essa merda daqui e vai embora!”. Ao redor, quiosques e restaurantes - com as mesas postas na mesma calçada de onde há alguns instantes foram extirpados os pequenos comerciantes sem alvará - fartam-se de capital estrangeiro. Metros acima se vêem as muitas

luzes azuladas das telas de televisão piscando nas janelas dos apartamentos. É hora da novela. Olho fixo no écran, um senhor troteia na esteira, sequer cogitando exercitar-se na pista de areia fofa que dista alguns metros de seu prédio. Fora do apartamento, por detrás da janela gradeada, a cidade o observa. Uma senhora solitária manda e-mail para a filha que vive na avenida das Américas: com a vizinha com a qual costumava tomar a fresca já quase não fala; ela está distante – ainda não se acostumou às lides da internet: como diz o ditado, quem sabe, cyber, quem não sabe, sobra. Esfomeado, um adolescente encomenda uma pizza por telefone: o restaurante do outro lado da rua, do outro lado da grade, parece longe demais. Cercar-se é preciso, viver não é preciso. Pescadores debocham da máxima e atiram tarrafas e anzóis ao mar. Conversam, bebericam um trago ou outro de cerveja, deixam o tempo passar. Enquanto pescam, um mendigo gordo e de barbas e cabelos longos e desgrenhados rola no mar raso. Afoga-se e brinca, engole água, ri e grita. Quase ninguém – esportistas, pescadores, guardas e garis - o percebe. Mas ele está lá, habitando Copacabana.

Agora é domingo. Já cedo, a pista da Avenida Atlântica é furtada dos automóveis e ofertada aos transeuntes. Bate sol e a areia é pouca. De dentro dos lares vaza a classe média em trajes de banho. Pavão e Tabajaras estão lá também. Contraste aos pretos, a brancura gringa faz arderem os olhos. É um mundo na orla de Copacabana. Biscoito Globo, mate, New York Times. “Hay el color blue, madame”. Nas incontáveis quadras esportivas da beira da praia, amigos e desconhecidos travam batalhas. Corpos confluem: a violência de uma jogada dura ou o abraço que celebra o tento marcado. Sob lonas e barracas, famílias – consangüíneas ou não – desfrutam dos prazeres do encontro. Cervejas, caipirinhas e baseados amolecem os corpos. Ocupam-se áreas sem usura. Hora que outra, o helicóptero da polícia faz a ronda e não deixa que se olvide: são tempos de guerra. Meio de tarde, grupos se reúnem em todo botequim. Pedem mais uma rodada, brindam a sabe-se lá o quê. Abraçam-se, riem, discutem. As mesas e as cadeiras estão na calçada, dedicando a Dioniso o espaço que, se não fosse de todos, seria de ninguém. Por ali as grades somente serão vistas à hora de fechar, quando os confrades – rotineiros ou ocasionais – antevendo a ordinária ressaca, pedem a saideira e conferem se a chave do portão segue no bolso. Do comum espaço da rua, irão – talvez em ziguezague – enfurnar-se detrás das barras de ferro que lhes garantem a segurança. Enquanto na Avenida Atlântica os automóveis tomam de volta o espaço que é necessário que lhes pertença, os boêmios voltam a onde a estória começou. E, nesse mesmo instante, há muitos acontecimentos em Copacabana. Oxalá.

IPANEMA.

Todas essas vidas que estavam destinadas a passar por baixo de todo discurso e a desaparecer sem serem ditas não puderam deixar traços – breves, incisivos, freqüentemente enigmáticos – senão no ponto de seu contato instantâneo com o poder.

(Michel Foucault, A vida dos homens infames).

A restinga na qual hoje o concreto e o asfalto repousam incontinentis já foi habitat de índios tamoios. Tempos já remotos. Fragilizados, os nativos não resistiram sequer ao primeiro ano de colonização branca do espaço que hoje está entre a lagoa Rodrigo de Freitas e a avenida Vieira Souto e é chamado de Ipanema. Ao final do século XVI, haviam sido ou exterminados – intencionalmente adoentados por roupas contaminadas por portadores de varíola - ou expulsos para longínquas zonas da cidade (Universidade Estácio de Sá, 2005). Tempos já remotos, diz-se, também, porque os modos de se lidar com a diferença eram outros. Dos assassinios e expulsões de outrora, resquícios ainda se vêem. A marca específica do contemporâneo, todavia, dá-se através de uma modelação espacial singular: gerenciamento dos fluxos, controle do acaso, proliferação da evitação. E?

No ano de 1974, Tom Jobim, Toquinho e Vinicius de Moraes cantavam o bairro de Ipanema: lembravam tempos felizes e impossíveis nos quais Ipanema era só felicidade. Já àquela época imprimiam nos versos uma certa nostalgia de idos momentos: antes, o amor doía em paz, a tristeza era mais bela e ainda se via da janela um cantinho de céu e o Cristo Redentor. A proposição final da canção não dava margens a enganos: era preciso inventar de novo o amor.

Três anos depois, os mesmos compositores, acompanhados por Chico Buarque de Hollanda, criam a paródia de sua própria criação. O bairro ainda é Ipanema, e os impossíveis tempos felizes estavam cada vez mais distantes. Agora se saía correndo do pivete para se chegar ao elevador e a janela – aquela mesma do cantinho de céu e do Redentor - já não

passava de um quadrado onde só se viam empreendimentos imobiliários. A certeza a restar no ponto final da canção também era outra: era preciso lotear o amor.

Duas proposições acerca do mesmo local: reinventar e lotear. Questões acerca da experiência urbana – seus segmentos, suas multidões, suas maravilhas e seus freios – se animam então a aparecer: quais paradoxos a sensibilidade ébria e galhofeira dos compositores populares dissemina? Quais modos de ocupação e ordenamento do bairro de Ipanema instigavam a verve dos cantantes? E hoje, três décadas depois, o que um passeio no bairro poderia mostrar? Ipanema não é – e nunca foi – só felicidade...

Ipanema, a praia. Nos finais de semana de sol forte, as areias quedam-se lotadas. Gente que se abala dos mais diversos cantos da cidade a fim de aproveitar as benesses e os prazeres do balneário. Ao menos escolado – poucos anos de praia, dir-se-ia por aquelas bandas – o aglomerado de corpos seria uma multidão: um monte de gente espalhada entre o mar e o calçadão. Não é o que diz o vendedor de mate e biscoito, a pele curtida não deixando disfarçar as dezenas de anos em que esteve exposta ao sol, zanzando e berrando entre os Postos 1 e 12. Abusando do chiado e dos duplos erres, conta: “Não tem erro: ali no Arpoador quem frequenta é mais o pessoal da favela, ali do Pavão principalmente. Mais à frente, ali na altura da Farme de Amoedo, é o ponto dos gays. É deles e ninguém tira, rapaz. É deles e ali vale tudo! Depois, já lá no posto 9, é uma molecada mais bacaninha. Tão sempre na moda! Tem umas meninas lindas lá. E depois, já quase no Leblon, vai mais é família. Pais com filho pequeno, esse tipo de coisa, entende?”

Marcos intensivos que a experiência do ambulante sabe ver: a cada espaço, um tipo de habitante. Ressalvas à aparente mistura praiana. Mas não estaria o vendedor de mate, ao modular identidades espaciais intensivas, traçando linhas de uma laminadora generalização? Se tais segmentos são marcados, o que haveria de pernicioso neles? E quais escapes a eles seriam possíveis e concretos?

Demarcação de territórios, áreas para uns e não para outros. Próximo às bandeiras com as cores do arco-íris, o rapaz gay se assusta ao escutar o recém chegado mencionar a namorada. No posto 9, a menina comenta a aparição de um grupo: “Nossa, como são feios!”. Estabilidades e instabilidades micropolíticas, invasões, embates.

Ipanema, a praia; Ipanema, o bairro. Às questões, as imagens.

Rompantes.

Na edição noturna do noticiário local o problema mereceu um bloco inteiro: um trecho das grades que rodeiam a praça General Osório houvera sido arrancado. De saída, na abertura do programa, o anúncio é feito em tom grave pela jornalista âncora. Junto à má fase do Botafogo, ao blog do prefeito César Maia e ao assassinato de mais um adolescente na Pavuna, o assunto é tido como de fundamental importância aos que através da edição do jornal televisivo fazem o povo compartilhar a urbe.

Intercalados aos blocos de notícias vão ao ar os comerciais: o provedor de internet anunciando o acesso ininterrupto a um mundo sem fronteiras por apenas algumas dezenas de reais mensais, a marca de refrigerantes avisando que imagem não é nada e que sede é tudo, o revendedor de automóveis convocando ao feirão do próximo final de semana. Informações passam: previsão do tempo, campanha de vacinação, especialistas em ciências do comportamento explicando acidentes automobilísticos.

Quase ao final do programa, no derradeiro bloco, a apresentadora sisuda reintroduz a notícia: “Descaso. Na praça General Osório, em Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro, um trecho das grades foi arrancado. Provavelmente ato de delinquentes e mendigos que por ali vivem, expressa os perigos de uma cidade abandonada pelo poder público”.

O elegante repórter – fatiota, barba bem aparada, cabelo modelado em gel - quase repete as frases da senhora do estúdio e convoca o telespectador a ouvir as verdades ditas por populares praguejando em seus relatos. “Isso é coisa desses desocupados”, pragueja um senhor de bigodes, que segue: “Eles pedem ajuda. A gente dá dinheiro, dá comida, mas não adianta. Aí fica a praça assim. Qualquer um entra lá. Não dá prá cuidar. Fica sujo. A gente quer passear, conversar, encontrar os amigos, mas é complicado”. A jovem empresária aumenta o tom: “Aqui nós pagamos um IPTU altíssimo. É um absurdo a prefeitura não fazer nada. Tem uma guarita da polícia logo ali, na esquina da praça. Será que ninguém vê nada? Só não vê se não quiser ver...”. A dona de casa, cheia de asco, é definitiva: “Eles fazem de tudo à noite lá. Comem, dormem, usam drogas e devem até manter relações sexuais. Eu e meu marido já quase nem saímos de casa mais à noite. Vamos à padaria, compramos nosso pãozinho, e só”. Entre os pequenos discursos, imagens das conseqüências do ato delinvente: um rombo, rompante nos intentos da mesmice de uma paz silenciosa e silenciadora.

Aquelas vozes ecoam nos milhões de televisores espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro no começo de uma noite qualquer. Vozes que usam e abusam das várias variáveis da primeira pessoa do plural: “A gente...”, “nós...”, “eu e meu marido...”. Formulações evitativas, temerosas, clamando pelo controle policesco. Vozes que fazem urgir a demanda por

cidadelas. Clamores à ordem pública: o lixo produzido todo dia deve ser extirpado. A composição de um espaço heterogêneo – o bodum que denuncia a artificialidade do perfume francês, a carapinha que enodoa a precariedade dos alisamentos progressivos, o pão dormido que faz amargo o doce dos brioques - deve ser freada: “Recomponham as grades, por favor!”.

São vozes que falam de sujeira, de cuidado, de impostos, de nojo, de polícia, de medo. Roucos ou lípidos, os gritos e sussurros pedem algo: que se reforcem as fronteiras, que se montem sutis cidadelas. Há um espaço a ser zelado, em defesa da sociedade. Uma estranha identidade – a primeira pessoa do plural cada vez mais mínima - deve ser alimentada, para o bem estar dos cada vez mais exclusivos cidadãos de bem.

Três dias depois da notícia ser veiculada, as grades estavam repostas. Aqueles que dela arrancaram um pedaço, porém, ainda estavam lá, de corpo presente. A reportagem acabara, mas o imbricado embate entre o segmento e o fluxo continuava. Imagens que não chegam aos senhores e senhoras comendo pipocas atirados em suas poltronas defronte à televisão explicitam a força de uma batalha diminuta e concreta. Uma batalha à meia-luz. Uma batalha vivaz.

Um aparelho televisor opera única e exclusivamente com luzes e sons. Captação de raios e ondas pela câmera; disseminação de raios e ondas pela tela e pela caixa de som. Iluminação e barulho, componentes de um maquinário o qual se presta a fazer ver, ser visto, falado e ouvido. Formadores de opinião, a opinião pública. Estatísticas, as maravilhas da interatividade, a voz do povo. Tantos por cento da população a favor disso ou daquilo – a maioria penal, o estatuto das armas, o favorito para o clássico de domingo. Assuntos em pauta: aquilo que a comunidade vê, ouve e discute – ou mais: deve ver, ouvir e discutir. “Descaso. Na praça General Osório, em Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro, um trecho das grades foi arrancado”. Contra o descaso, luz e som clamando por cuidado. Pela liberdade de um passeio tranquilo, pelo algo mais além dos passos rápidos de idas e voltas à padaria, pela merecida recompensa pelo valor pago de IPTU, pela boa vida dos cariocas de bem, amantes da rua. Por tudo isso, as vozes divulgadas no telejornal pedem que as grades sejam repostas.

Mas para além das vozes uníssonas que se noticia, rastros de uma outra cidade se apresentam no dia-a-dia das redondezas da praça General Osório. Uma cidade sem a amplificação dos microfones, sem os pixels do televisor. Uma cidade em breu, polifônica e quase invisível.

Humberto Gessinger certa vez escreveu: “Toda vez que falta luz o invisível nos salta aos olhos”. Momentos em que os homens infames saem de onde sempre estiveram. Ou melhor, de onde só saem quando, iluminados por breves instantes, entram em choque com o poder e se fazem visíveis. O estranhamento e a inverossimilhança de vidas destinadas a não deixar rastros retorcendo-se em estridentes e quase instantâneos momentos de obscuros embates. Entre a iluminação azulada e veloz da televisão e a iluminura de uma paisagem que soube esperar pelo tom de suas tintas, algo se passa.

No jogo de vozes e luzes do noticiário local, seus rostos e timbres não tiveram vez. Aos jornalistas pouco importou os partícipes da ação: tão somente trataram de fazer reverberar e iluminar aqueles que sob as luzes sempre estão e estiveram: dóceis sujeitos clamando por evitação. Mas, mesmo que mudos e sem rosto, na tela vítrea onde tudo passa e nada cola sua ação fez-se notícia: “Na praça General Osório, em Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro, um trecho das grades foi arrancado”, disse a macambúzia jornalista a um mundo de cariocas. E ponto final.

Ou, talvez, reticências...

No negrume sem câmeras da madrugada de um dia de semana qualquer, o invisível salta aos olhos e uma voz ecoa na calçada em frente à praça: “Tão vindo! Tão vindo!”. O jovem mirrado e negro alcagüeta aos amigos a presença ostensiva e atuante da polícia. O grupo de rapazes pulara as cercas da praça. Nela, fumavam maconha, aspiravam uma mistura solvente qualquer, conversavam, riam às gargalhadas. A dupla de policia xinga o delator e corre, cacetetes à mão. Os garotos saltam a cerca e ganham a rua. Correm bambos, com as carnes magras sofrendo pra sustentar a cabeça entorpecida. Somem rua Jangadeiros acima, em direção ao morro do Cantagalo. Os policia param. Agora são eles que riam: acham graça do desespero dos fujões.

São os bastidores do confronto exibido em horário nobre: making off, no qual os atores mostram dados esquecidos – erros, imperfeições, improvisos – pela reportagem. Personagem principal da guerra, a trincheira segue lá, muda, mas incessantemente agenciando a cena.

Pelo mesmo lugar onde os moleques escaparam, num final de semana de céu estrelado e temperatura agradável, comensais desfrutam a suposta revitalização da praça: o novo pólo gastronômico da rua Jangadeiros. Mesas e cadeiras na rua, pedem chopes, petiscos, batidas. Jovens casais, velhos amigos, recém conhecidos: todos comem, bebem e conversam. Enquanto fartam-se, no lado oposto da praça – sessenta ou setenta metros de hiato - grupos de sem-teto dividem os macaquinhos. Entre os comensais dos petiscos e bebidas e aqueles que

comem de favor, um enorme vão gradeado. A praça, tarde da noite, é território de ninguém. Absolutamente nada acontece ali. Morta de vazio, fenecem todos os encontros e roçagares que se pode imaginar: um bater de carteira, um olhar, palavras de carinho ou safanões. A pergunta vem fácil: a que vida prestaria contas a tal revitalização? A resposta é difícil de se dar: talvez a vida de uma cidade que quer controlar a casualidade e o lixo a partir de incrementos de capital. Mas talvez haja uma outra vida a revitalizar a tal cidade...

Cheirando à cachaça, cola e maconha, os moleques de olhar desconfiado da praça General Osório sabem melhor do que ninguém o peso político de sua ação. Indagados, dias depois da desabalada carreira, um deles se apressa em responder com fina sagacidade: “Eu sei. A praça tem cerca prá gente não usar. É pros bacanas, pros gravatinhas. O guarda que fica ali no portão não deixa. Tem uma tia que me dá comida de vez em quando que diz que eu tenho que ir na escola. Eu tenho que ir na escola, mas não posso ir na praça”. Entre a obrigação e a impossibilidade, clareia-se o jogo da cidadania politicamente correta. O menino deve batalhar e educar-se para arranjar um trabalho digno e subir na vida. Subindo na vida, a praça, talvez, seja dele também. Entre os que podem e os que sobram, a separação. Tal qual os anos de praia do vendedor de mate e a sensibilidade galhofeira dos cantantes populares, a experiência do menino morador de rua soube perceber: há uma fina fronteira entre uns e outros no bairro. Os meninos lutavam. Brigavam diariamente para não serem transformados em lixo social posto na calçada. Seus atos, sejam em trevas sejam sob o sol do verão, construíam uma cidade. Para além das grades que organizam o território, ajudavam eles – com a criatividade das associações - a construir uma cidade que se esgueira por entre as barras e se faz menos desigual. Mas não se engana: tais batalhas são árduas, cada vez mais.

Há, todavia, porosidade nas grades que circundam a praça General Osório. As fronteiras são previamente demarcadas, o clamor evitativo se esparge nos milhões de lares fluminenses, mas há algo que passa. Mesmo quando as cercas estão imaculadas em sua completude, há algo que, como se esgueirando por entre os vãos, avança. Por preguiça, capricho, desejo ou desatenção dos responsáveis, os portões da praça nem sempre são vigiados. A filtragem, ali, não é ininterrupta. Talvez porque seja impossível definir com exatidão quais podem fluir por lá e quais não.

Uma criança de olhar simultaneamente curioso e insolente flagra um catador de latas. A mãe de olhar assustado encontra o mesmo personagem. Uma idosa em cadeira de rodas, acompanhada por sua enfermeira. Carregadores de telhas cortando caminho. Um estudante e seu caderno de anotações. Cenas de uma manhã outonal – fresca e ensolarada – sob a sombra das amendoeiras no lado de dentro da praça General Osório.

Passeando com o cachorro guaipeca no lusco-fusco de uma sexta-feira, o jovem universitário encontra o insano paranóico. Tirante a barba desgrenhada, nada ou quase nada que fizesse crer em semelhanças entre ambos. Um: camiseta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o cabelo molhado denunciando um banho recente, a docilidade de um animal doméstico como companhia. Outro: bermudas puídas, chinelas velhas, o torço nu, nós nas melenas e odor catiguento, a solidão de quem sempre tem companhia. No exato ponto onde caminhos opostos se cruzam, o diálogo é rápido: “O tomate subiu porque o Lula quis”; “É, tá foda”; “Não chove porque o Lula não quer”; “Tá foda. Tem que chover logo. Muito seco, bicho”. Antes dos passos apressados e a engraçada sentada na borda do chafariz desativado, a despedida insana: “Vou embora, tenho compromisso”; “Tá certo. Tchau”.

A inflação, o clima. A barba mal feita e a praça. Para além de espelhos e primeiras pessoas do plural, um encontro. O claro/escuro da fotografia cinematográfica assoma na paisagem.

No final de uma manhã nublada qualquer, o garoto que não pode entrar na praça mas deve ir na escola pede esmolas. De sentinela no portão, a dupla de policiais estanca movimentos indesejados. Sentado na calçada da Visconde de Pirajá, recostado nas grades ao lado de um amigo, o moleque cumpre o turno de um trabalho dito indigno. Ele deseja bom dia, pede trocados, agradece. Pingam algumas moedas, poucas notas. O suficiente, já, para a quentinha do almoço.

Na esquina, a marcha de duas colegiais, provavelmente recém saídas da sala de aula de algum dos colégios das cercanias. Garotas de Ipanema num doce balanço a caminho de casa. Mochila às costas, pasta na mão, saia e camiseta da rede pública de ensino, andam sorridentes e fofoqueiras em direção à praça. “Oi, meu amor!”; é um dos meninos molambentos passando a cantada. “Mas que maravilha, neguinho! Virou desfile...”; é a investida do outro. Uma das meninas sorri amarelo e baixa o olhar, vexada; a outra passa séria, nariz empinado, quase ofendida. Atravessam a praça. Enquanto andam, os meninos as seguem com o olhar. Após alguns metros no espaço quase vazio – de gente, de encontro, de acaso - saem no portão do lado oposto. Seguem seu caminho. Talvez falem das provas, do novo namorado da amiga, da novela. Talvez falem nos meninos com os quais, lá do outro lado, acabaram de cruzar. Ditas, desditas, inconformidades ou inauditas mudanças. Enfim, algo. Um acontecimento qualquer.

Domingo é dia de Feira Hippie na praça General Osório. Tapetes de patchwork, acarajé, jóias de latão, camisetas declarando amor ao Rio de Janeiro, quadros retratando favelas. Turistas, reis da praia, suburbanos, bêbados discursando. Sempre, a cada final de semana, muita gente freqüenta a praça a fim de comprar as bugigangas e petiscos. A grade,

sempre ela – um ator e seus vários personagens - também está lá, agindo e marcando a ferro as possibilidades de ocupação do território.

Estranha disposição a das barracas, espremidas no lado de fora da praça. Dentro, somente os artistas e seus quadros. Pouquíssima gente circulando ou sentada nos bancos, enquanto um mundo ferve do lado externo. Pessoas que esbarram umas nas outras e reclamam da falta de educação alheia, pessoas que trocam informações sobre um ou outro produto a mostra e se agradecem sorridentes. Amigos que se encontram e marcam um almoço prá semana, uma criança espantada ao se defrontar com um mendigo recolhendo o lixo da barraca onde comeu uma cocada.

Sintomático que tudo aconteça justamente do lado de fora da praça. Repete-se a armadilha de linguagem explicitada em Copacabana: nesse instante a praça é pleno lugar comum. Mesmo que nesse momento ou quase nada impedisse, é assim que é.

Quando cai a noite e a feira finda, sob a garoa guardas municipais trancam os portões da grade. E mais uma madrugada de embates se anuncia.

A praça é de todos.

A algumas centenas de metros dali, no portão que dá acesso à praça Nossa Senhora da Paz, no coração do bairro de Ipanema, uma plaqueta faz adivinhar a perversa hospitalidade: “A praça é de todos nós”. Adornando o aviso, a indicação do ato publicitário de duas instituições famosas: Prefeitura do Rio de Janeiro e CityBank.

O transeunte que, saindo da praça General Osório – fim de feira, início de semana - toma a Visconde de Pirajá em direção ao centro do bairro de Ipanema cruza com algo que, na materialidade imanente de um território, talvez pudesse atender pela alcunha de todos nós. Aqueles que, dia a dia, vão e vem para lá e para cá fazendo em Ipanema o que quer que seja: ônibus lotados na hora do rush, dondocas entrando e saindo dos coiffeurs, camelôs e suas ofertas em profusão, religiosos pregando em altíssimo volume, meninos de rua se estapeando, panfleteiros, executivos bem e mal sucedidos. Todos.

Tomando como via a Barão da Torre, o andarilho também vê todos nós – e todos são cada vez mais: nordestinos e aviõezinhos do tráfico no sopé do morro, aposentados tomando a fresca, crianças choramingando, desempregados bebendo pinga e cerveja em pés-sujos. Todos.

Escolhendo outra via – a avenida Viera Souto, cheia de maresia e moradores grã-finos – mais uma parcela daquilo que se quer chamar todos nós. Aliás – um anexo posto em meio ao que se conta - na fachada dos prédios da orla, uma mudança arquitetônica toma forma. As

grades dos prédios vão paulatinamente sendo substituídas por vidros, na suposta intenção de tornar a apresentação dos edifícios mais bonita. De prisões a aquários, a opção é única e exclusivamente estética; nada modifica-se no que diz respeito à produção de evitação na experiência urbana. Sob o sugestivo título de “Fortalezas de Vidro”, a edição do jornal O Globo do dia 22 de abril de 2007 trata de divulgar a transformação, dando voz a diversos personagens. O porteiro aprova: “Os moradores daqui não gostavam da idéia de ter grades, e por isso resolveram instalar esse tipo mais aberto de fachada. É melhor, não parece que você está numa prisão”. O engenheiro acha bonito, mas teme pela segurança: “Sem dúvida fica mais bonito. Mas o vidro laminado é feito de várias camadas de vidro normal, coladas com resina no meio. Se alguém forçar, ele trinca, mas dificilmente arrebenta. Nem vai chegar ao ponto de fazer barulho”. O arquiteto e urbanista fala primeiro sobre a função das grades: “Elas funcionam mais para manter afastada a população de rua, que procura abrigo nas fachadas. É uma sensação falsa de segurança, porque quem quer entrar num prédio, entra. Elas são medonhas. Acho que são desnecessárias. Espero mesmo que deixem de colocá-las”. E segue, falando agora sobre os painéis de vidro: “O espaço público não ganha nada com essa mudança, as pessoas continuam tendo que circular pelas calçadas sem conforto”. Pequenos discursos que trazem a tona palavras repetidas: segurança, prisão. Palavras já ouvidas em outro veículo midiático – o telejornal noturno versando sobre a praça General Osório -, sempre versando sobre as necessidades de se promulgar a evitação, para a sobrevivência de quem quer que seja. Na contramão da história, o arquiteto espera que barreiras não sejam mais polvilhadas no espaço da urbe.

Os passos que por três vias fizeram o caminho entre as praças General Osório e Nossa Senhora da Paz fazem perceber outra tendência. Os segmentos – rígidos, finos, exibicionistas, dissimulados - seguem um clamor público: todos nós somos cada vez mais atos que produzem e afirmam exclusividades.

Emparceirados, a iniciativa privada e o Estado trataram de adotar a praça Nossa Senhora da Paz. Jardins bem cuidados, animais bem tratados. Sempre limpa, satisfaz aquele que senta no banco para ler, trocar idéias ou pensar na vida. Com seus brinquedos bem conservados, faz a alegria das crianças e de suas babás nas agradáveis manhãs. O mini-zôo não fica atrás. Assim é a praça de todos.

Todos? Se já se definiu por andanças em diversas vias do bairro – definição mais de potência do que de limite, aliás - quem seriam todos, o que na praça, significaria a sugestiva e polêmica palavra? O dito da plaqueta já seria o suficiente para provocar inquietação. Ladeado por grades, mais forte ainda torna-se a provocação. Todos? Quem são todos? Quem somos

todos? A que coletividade referem-se as palavras postas na entrada da praça? A que maquinário pertencem as grades a rodear um espaço dito e propagandeado comum?

Mais compactas do que na sua vizinha General Osório, as fronteiras gradeadas da Nossa Senhora da Paz dão ainda menos vazão à porosidade. A paz que carrega no nome veste os trajes de um fino higienismo. Ali, nem todos são bem-vindos. Há mais macacos que não cabem naquele galho.

A parceria entre o poder público e a iniciativa privada opera o que alguns pedem: protege de quase tudo, mesmo que o quase tudo seja quase nada. Um medo disforme, um inimigo invisível, uma ameaça sem face. Ameaça onipresente. Traçando limites dentro dos quais é mais fácil a vigia, a praticidade seduz a muitos: selecionadas as incursões, o cidadão tranqüiliza-se; feita a aduana, o trabalho de policial torna-se mais fácil. A praça de todos nós funciona.

Estatelado no chão, o pedinte desprovido das duas pernas fica de fora. Ele sabe: ali a possibilidade de pingarem moedas é maior; questão de rentabilidade. Mas ele sabe também: se quisesse usufruir a praça, não poderia; questão de identidade. Enquanto ele fala, uma criança bem nutrida passa pelos portões da praça. Loquaz e tatibitate, fala sem parar acerca da cama elástica. Minutos depois, enquanto o deficiente físico agradece pelos cinquenta centavos recebidos, a menina gargalha com o salta-e-cai. Irradia risos quase violentos. É a alegria de quem acessa o que quer, subindo e descendo no ar. O contraste, dois metros de distância, é a conformidade silenciosa de quem, sem pernas, é obrigado a estancar.

O menino de rua mente. Finge não compreender o porque de não poder brincar na praça. Ele sabe. Diz que o policial não deixa entrar. Diz que ele até é legal, que não bate. Enquanto gagueja uma hipótese, a senhora aproveita o sol da manhã e lê o Jornal do Brasil. De tempos em tempos dá uma olhadela: quer ver se o casal de netos – da mesma faixa etária do menino de rua, diga-se rapidamente - está bem. Juntas, as três falsas ignorâncias compõem o quadro: o menino sabe porque não pode entrar; a avó sabe porque se permite ler o jornal mesmo com os netos distantes dezenas de metros; os netos sabem porque ali a liberdade é possível. Agenciando as falsas ignorâncias, a sapiência e o poder do policial armado de grades até os dentes.

Mas as olhadelas da avó, de fato, se justificam. A utopia da segurança não pode sustentar-se no seio da cidade. Há, ainda, algo que vaza, que passa como que por entre os vãos da grade. Algo que, mesmo indefinido, traz com sua visão o amargo gosto da instabilidade. Imagens que assustam os que se chamam todos nós ao mesmo tempo em que fazem crer numa benfazeja amplitude maior da expressão.

Enquanto sob a luz do sol forte um bando de crianças diverte-se com balanços e gangorras, suas mães e babás fazem passar o tempo, moleques batem bola no gramado bem aparado e velhos reúnem-se para ler jornais e conversar, nas sombras, dois mendigos dormem. No monumento central da praça, um outro tira o sapato e, preguiçoso, coça o pé. Uma pequena pluralidade de existências. Alvissareira imagem.

Mas, nesse mesmo momento, o olho otimista bate no guarda municipal defronte ao portão, barrando a entrada de cinco ou seis negrinhos. Bolas e cacetetes sob o braços, eles discutem. Mais um guarda chega, tentando controlar a situação. Após instantes, os meninos saem fulos. Aos palavrões, sua agressividade encontra pedras atiradas nos guardas. Afinal, vão embora. Saem sob a plaqueta: a praça é de todos nós. E vão sabendo: a praça não é deles. A ironia é uma das mais finas formas de humor. E talvez seja a mais perversa.

Ipanema, é claro, nem é nem nunca foi só felicidade. Demandas de reinvenção, de loteamento. Detecções de segmentaridades aqui e ali. Ipanema, a praia; Ipanema o bairro. Mas ali, na nesga de chão espremida entre a Lagoa Rodrigo de Freitas e o mar aberto, por mais que se delimitem territórios - gradeados ou não -, desvios nomadizantes ainda fazem com que algo aconteça. Mais forte que o ferro, a fluência das gentes por entre os ocos ainda faz seguir o baile da banda de Ipanema: um bocado de felicidade, quiçá.

LEBLON.

Nunca havia visto uma rua assim, tão vazia de lixo, disse para si mesmo, e coçou a cabeça, sentindo-se também ele, de repente, um pouco vazio, vá explicar.

(Juva Batella, A varredora).

Tal qual na região de Ipanema, no Leblon também viviam índios tamoios. Tal qual na região de Ipanema, os nativos foram rapidamente exterminados. As terras daquela área transformaram-se então em uma grande estância, pertencente a um francês de cabelos loiros – alcunhado, por isso, de Le Blond. As corruptelas da fonética tupiniquim foram brandas, preservando quase intacta a pronúncia do apelido do fazendeiro: de Le Blond a Leblon, um tapa.

Anos se passaram e, durante a campanha abolicionista, naquela região formou-se um vigoroso quilombo. Diz-se que, na chácara de um português simpatizante da causa, pretos fugidos plantavam camélias – flor símbolo do movimento de libertação. Tempos depois, uma estranha e ferrenha limpeza atua no Leblon. Tais forças do sutil apartheid contemporâneo batem de frente com a oposição dos encontros inusitados – com os tropicões na diferença. Por ali, algo se passa. Algo escapa. Algo talvez possa acontecer.

Intensividades.

Juva Batella (2004) conta a estória de Riomar, um novato gari que, em seu primeiro dia de trabalho, surpreende-se ao encontrar impecavelmente limpas as ruas das quais deveria remover detritos: tudo o que o lixeiro encontra no chão em um amplo quadrilátero são tão somente quatro palitos de picolé, uma folha de agenda e um relógio de pulso de mentira. Findado o turno, de volta ao prédio da firma, falando com o gerente do departamento de pessoal, Riomar fica sabendo: todo o lixo do bairro é recolhido diariamente e de antemão por uma misteriosa varredora, personagem já afamada entre os lixeiros mais experientes. Incomodado, em uma perseguição à mulher ele descobre: mais do que varrer, a vassoura por ela utilizada – de piaçava bem velha e quase no osso, talvez denunciando a antiguidade de prática -, faz sumirem as sobras da cidade nas quais toca.

É no bairro do Leblon que todo o caso se dá. Escorregando pela diagonal, algumas das indagações que faz disparar são: o que o sumiço compulsório das sobras pode fazer com a modulação dos muros e grades de um bairro? Seriam os muros e grades tão inúteis quanto os garis? Outra questão, mais além: o que poderiam criar os palitos de picolé, a folha de agenda e o relógio de pulso de brinquedo que insistem em sobrar da obstinada varredura diária? Resquícios de histórias e pequenos encontros nas frinchas de grades e cerdas intensivas e invisíveis talvez estejam aptas a produzir imagens de inconclusas respostas.

Grifes a dar com pau. Elegantes restaurantes. Chiques senhoras. Grã-finos senhores. Bem-cuidadas crianças. Atravessando o Jardim de Alah, no bairro do Leblon, a elite da sociedade carioca vai, vem e pára. No tamanho do gabarito determinado para a região pelo plano-diretor da cidade, adivinha-se de saída que o bairro é para poucos. Tomando o seu perímetro como trilha percebe-se um pouco mais: o bairro é quase uma ilha entre os dois canais, o mar e a lagoa Rodrigo de Freitas.

Por algumas das suas principais vias varridas chega-se à praça Antero de Quental, no centro do bairro. Nesta praça grades não são vistas. Aquele que já andou por Copacabana e por Ipanema estranha a alvissareira visão: aonde teriam ido as barreiras que repartem e definem territórios? Onde estariam os limites que controlam movimentos? Autorizado todo e qualquer fluxo, a apressada conclusão de quem por lá começa a andar é de que a segmentação não tem vez naquelas plagas. Meia verdade. Logo em seguida - o pé atrás e o olhar caçador batendo nos quatro cantos - a pergunta já é outra: onde estaria o lixo urbano que insiste e resiste, percebido nas recentes andanças em outros bairros?

No final da tarde de um dia de semana - trânsito engarrafado, buzinação, mal-humoradas idas e vindas - os habitués da praça aproveitam a brandura do sol para fazer o que costumam fazer: doidivas passeiam com poodles na coleira, madames compram viçosos copos-de-leite e camélias na floricultura, melífluas crianças brincam no escorregador. O cenário das páginas da vida alocadas no horário mais nobre da televisão brasileira é pleno de glamour: os amores abençoados ou maculados pelo adultério, o primeiro escalão da empresa lutando pelo bem ou pego em falcatruas e o drama de quem perde familiares na Europa oferecem um palco impecável para a distração dos noveleiros brasileiros. De fato, a varredora misteriosa que no conto surpreende Riomar parece fazer satisfatoriamente seu trabalho na

vida real. Os garis até poderiam descansar seus uniformes laranjas sob a sombra das árvores se, àquela hora, não estivessem em outro lugar, junto a seus pares.

Do outro lado da rua Bartolomeu Mitre, assistindo as cenas da praça, a plêiade de proletários espera no ponto a condução que os levará ao seu habitat – onde, talvez, assistam distantes as ricas mazelas filmadas no bairro onde trabalham. Eles já prestaram os serviços necessários ao conforto dos moradores do bairro: já lavaram roupas, louças e pisos, já cozinham, já cuidaram das portarias dos prédios. Agora é necessário que encarem a Avenida Brasil – ou que, no mínimo, atravessem o maciço central da cidade através do túnel Rebouças – em ônibus e vans lotadas ou que subam tortuosas encostas em direção aos barracos. Eles não podem ter mais nada a fazer naquelas redondezas. E, de fato, eles se vão: pouco a pouco vão esvaziando o ponto de ônibus. É quando a varredora invisível se permite descansar. Seu trabalho parece já feito.

Passado o horário das páginas globais da vida, na madrugada sem grades e sem luar da praça Antero de Quental, um mendigo dorme a sono solto. Ele parece viver solitário na cidade do Rio de Janeiro. Mais além: ele parece viver solitário no bairro do Leblon. Atentando à solidão e à ausência de barreiras físicas ao seu redor, adivinha-se que ele talvez tenha transposto outras grades; grades que não estão na praça, mas talvez estejam no ilusionismo da desfaçatez do asseio - tais quais as cerdas da estranha personagem que surpreende o gari Riomar em sua estréia no ofício. O mendigo dorme tranqüilo. Ronca. Tem a praça toda só para ele: por ora, não há prenúncios de embates; parece até haver tédio na imagem de sua soledade.

No meio da madrugada, ele acorda. Come um pedaço de pão, toma um gole d'água ou de pinga e sai a caminhar. Aproveita-se de que, à noite, a varredora descansa. O homem infame, todavia, sabe que tem de estar atento: são inúmeras as modalidades das varreduras que podem se dar por lá. A patrulha da polícia passa distraída. Andando sozinho – quase que fazendo a ronda –, o homem vai vagaroso e modorrento por alguns quarteirões. Alguns metros atrás, um trapeiro curioso o segue. Quer saber aonde vai a solidão que acaba de deixar a praça absolutamente vazia. Após alguns minutos de andanças, o homem volta ao largo. Ele não fora a lugar algum; tão somente caminhara. Esticção de pernas, passeio ao léu. Ele deita-se novamente, e o segundo sono há de vir em breve. Do banco da praça ele só sairá, sabe-se lá para onde, ao nascer do sol – a chegada das luzes que alumiam cenários e invisibilizam os vultos da noite - quando a varredora inclemente reiniciar seu trabalho.

Mas por que, afinal, estaria ele sozinho? Será que a incontestada vassoura da varredora o deixou escapar por entre vãos, capturando e fazendo sumir todos os outros companheiros? Será

que ele – os palitos, a folha, o relógio - atesta a impossibilidade de conclusividade nos trabalhos de limpeza urbana? Ele dorme, ele anda sozinho. Os lixeiros não estão lá, em nenhuma de suas fantasias: eles não precisam estar lá, pois já passaram há horas, usando a vassoura mágica. As grades também não estão lá: talvez estejam em outros lugares – próximas ao esconderijo da varredora. Por entre as frestas e cerdas dissimuladas, o mendigo passa e, aos olhares da madrugada, grita silencioso que há alguma coisa que sobra. Na noite vazia, poucos ouviram a cidade sussurrar.

De um dos cantos do bairro, todavia, a vassoura mágica passa longe. Há pouco mais de cinqüenta anos, quase sob o escoamento do Jardim de Alah, fez-se a Cruzada de São Sebastião – parte de um projeto que almejava acabar com as favelas da cidade. O conjunto habitacional – diz-se uma favela vertical feita de dez prédios, nos quais há novecentos e quarenta e cinco apartamentos onde moram aproximadamente seis mil pessoas - parece um corpo estranho no bairro. Pedra no sapato, lembrança entalada na garganta: a finesse exclusivista da região sente o drama da pobreza em suas entranhas e tenta regurgitá-la – ao menos simbolicamente. A fala de uma adolescente cheia de marra na beira da praia no posto onze – pitando a maconha que talvez tenha comprado lá – deixa claro o teor separatista: “uma coisa é o Leblon, outra coisa é a Cruzada”.

Na comunidade do bairro no Orkut, alguém lança a enquete: “O que você mais odeia no Leblon?” As respostas explicitam um incauto fascismo: “Cruzada de São Sebastião: só napalm resolve, galera!”; “Coisa que mais odeio: Cruzada; Motivo: segurança, ordem e progresso”; “Poluição visual: a Cruzada de São Sebastião”. O que motivaria esse ódio? O que faz os internautas que confabulam na ágora contemporânea desejarem napalm, ordem, progresso e menos poluição visual? Talvez a impossibilidade de inventar a cidade com aquilo que denuncie que algo sobra na construção cuidadosa do cenário do dia-a-dia. Talvez a impossibilidade de conviver com algo que impinja o desconforto da percepção da desigual alteridade. Talvez a irritação com aquilo que não é tocado pelo instrumento de trabalho da varredora, e no qual se é obrigado a tropeçar diariamente. Talvez as munições do apartheid estejam, enfim, nas falhas das cerdas da vassoura mágica. E ela não ousa – e talvez nem queira – ir até a Cruzada de São Sebastião. Prefere o conforto das vistas grossas.

Mas é justamente a partir dos pontos cegos de sua limpa – aliás, o paradoxo do ponto cego não é outro se não fazer ver – que o disparo de alguns encontros no cotidiano do bairro

se faz. O coletivo nervoso e atonal, de pouco em pouco, faz-se vivo em pequenos e não muito comuns acontecimentos. Fragmentos insignificantes constroem uma paisagem inconclusa que, extraída quase a fórceps, desassossega idiosincrasias.

Um rapaz cheio de grifes nobres no corpo – Nike nos pés, Adidas nas pernas, Lacoste no tronco, Oakley nos olhos, Elle et Lui na cabeça - passa a cantada numa mulata que veste a camisa do uniforme de trabalho e uma calça surrada. Ele, pasta na mão, indo para a faculdade particular; ela, saindo do serviço no shopping center recém inaugurado no bairro. O inusitado encontro na rua finda com troca de telefones e gargalhadas da amiga que acompanhava a menina. “Ele era bonito, não era?”, pergunta a rapariga protagonista do flerte, entre vexada e orgulhosa. A amiga só faz rir. O transcorrer do encontro talvez seja o que menos importa. Inscreveu-se no bairro o acontecimento de um mirrado estranhamento, nos interstícios do vacilo das grades intensivas da vassoura da varredora.

Próximo ao local da paquera, no começo da noite de um final de semana, de tempos em tempos mauricinhos malhados que bebem em um posto de gasolina xingam flanelinhas que cobram os dez reais de costume pra cuidar dos carros. Eles, por sua vez, xingam os garotos que gastam os quarenta reais tradicionais pra se divertir na boate. Eles todos têm aproximadamente a mesma idade. Eles todos querem a rua para si, cada qual com um intento; o embate urbano torna-se inevitável. Eles gritam: falam em dialetos diferentes. Eles não se entendem: palco de desequilíbrio, o bairro pode então engendrar a possibilidade dos confrontos de ditos intraduzíveis. Confrontos não agendados, concretizados tão somente quando a multiplicidade de um território pode ganhar corpo.

Já cedo, no sábado de sol de praia ainda vazia, o rapaz que mora numa cobertura na avenida à beira-mar surfa a mesma onda do morador da Cruzada de São Sebastião. Vez que outra entram juntos na ondulação, e a força de um inevitavelmente prevalece. Em outras tantas vezes, observam-se, mutuamente maravilhados com as astuciosas manobras um do outro. Aos poucos, já no meio da manhã, pessoas começam a tomar conta da areia. Suburbanos chegam de ônibus e trazem a comida para o dia todo em grandes isopores – no Orkut, o ódio discursa: “o que eu mais odeio é o ponto final do 474 em finais de semana de sol”; moradores do bairro chegam a pé e levam no bolso o cartão de crédito para pagar o almoço no restaurante. Todas as laias vão ao mar: bóiam, mergulham, se refrescam, pegam onda. Façam o que façam, vão e vêm na mesma corrente d’água que, pontilhada de diferenças, fabrica aturdimentos e acontecimentos e recusa a conclusividade de discursos quaisquer.

O mar, se não ensina, insinua: sem as perversas dissimulações dos gradis invisíveis, indômito, nega-se a estabelecer limites em suas margens. Na nau das gentes, timoneiro não há. Apesar dos pesares, no vai-e-vem da imanência das ondas, nos encontros e desencontros das calçadas, um outro Leblon – odiado ou desfrutado - se faz. A fórceps, mas se faz.

O gari Riomar sentia-se inútil. Um colega partilhava o sentimento: “E então, meu amigo, não fazer o serviço que lhe pagam pra fazer porque uma mulher maluca fez esse serviço todinho pra você, e muito melhor do que você faria, isso, aqui dentro, (...) é muito, muito chato” (Batella, 2004, p. 81). Eles percebiam a total falta de necessidade de seu trabalho por aquelas bandas. Parece que, tal qual o gari, as grades da praça, se houvessem, também seriam inúteis: as grades intensivas já estão lá há tempos. Chegaram junto à varredora misteriosa.

Diz-se que tudo aquilo que sua vassoura alcança some: ela, porém, sempre deixa escapar alguns restos para os trapeiros, seja no desterro do canto do bairro, seja na praça do coração do bairro. No mar, diferentes modos de vida podem co-habitar um espaço. A varredora angustia-se ao ver a inoperância de sua vassoura em encontro com a água. Ela talvez seja tomada de desespero ao ver o personagem da novela das oito tropeçando em palitos de picolé, folhas de agenda e relógios de brinquedo perceber que nem todos levam a mesma vida no bairro, na cidade e no mundo. Talvez sejam esses ocasionais tropeços justamente o que muitos mais odeiam no bairro – o napalm, a segurança, a ordem, a segurança, a poluição visual. Mas o personagem, vez que outra, tropeça: é então que a virtualidade das questões toma forma e inscreve um outro bairro: um Leblon que faz escritas outras páginas da vida, feitas quase em resumo e em linhas tortas. Mas, de fato, feitas.

BARRA.

*O muro tem para eles alguma coisa que acalma;
é algo que, do ponto de vista moral, encerra uma
solução - algo definitivo e, talvez, até místico...*

(Fiódor Dostoievski, Memórias do subsolo).

Nos idos de 1864, no livro *Memórias do subsolo*, o escritor russo Fiódor Dostoievski (2000) já tratava de criticar e debochar de utopias que ofereciam ao homem segurança e conforto ao preço de laminações subjetivas e pobreza de experiência. Destratando a sanha positivista e a adicção ao tédio do já sabido, disparava venenos sobre sujeitos para os quais a certeza matemática era o que de mais belo e sublime se poderia encontrar. O impulso perpetrado sob tais ideais – modificado em seu modo de ação ao longo do tempo – vem querendo aniquilar a produção da diferença em nome de um famigerado higienismo.

No início do século XXI, as práticas de ordenamento, segurança e conforto direcionam a contemporaneidade da aritmética existencial sobre a qual Dostoievski versava há mais de cem anos atrás. As cidades que ora se constroem não escapam dos ditames programáticos: mais ainda, os atualizam com vigor. Na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, uma trama milimétrica esquadrinha tudo e todos, mandando às favas o desassossego do encontro como potência possível da cidade. Nas passagens do Leme ao Pontal, o supra-sumo dessa intenção talvez se encontre justamente no final do passeio.

A peculiar geografia - bloqueio das montanhas de difícil transposição e terrenos alagadiços - fez com que por muitos anos a Barra da Tijuca ficasse escondida do restante da cidade. Apenas no ano de 1939 – quase quatro séculos depois da fundação da capital carioca - , a construção de uma ponte sobre a lagoa da Tijuca disparou a leva de gente a até então inóspita região da cidade. Por muitos anos a Barra – o sertão carioca - foi considerada destino pouco atraente àqueles que não estivessem imbuídos de espírito aventureiro. De fato, só a partir da segunda metade do século XX a zona passou a desenvolver-se e a ligar-se mais efetivamente ao resto do Rio de Janeiro.

Desde os anos 1950 vários planos para a ocupação daquelas terras foram feitos. Na década de 1970, durante o governo Negrão de Lima, um conjunto de obras viárias cuja finalidade era efetuar melhorias na ligação com a zona sul da cidade foi realizado. O governo do então Estado da Guanabara, “ao entender que aquela enorme área deveria se incorporar à cidade de forma ordenada, entregou ao arquiteto Lúcio Costa, responsável pela planificação de Brasília, a incumbência de elaborar um Plano Piloto para a Barra da Tijuca” (Gonçalves, 2005, p.13). Acreditava-se que tão somente através de um planejamento racional seria possível a promoção de uma ocupação imobiliária organizada e a preservação do meio ambiente.

A despeito de ter sido concebido pela administração da cidade, o plano foi implementado e concretizado eminentemente pela iniciativa privada:

houve prioridade crescente às necessidades de mercado, em detrimento das diretrizes originais, e muitas vezes ergueram-se edifícios em áreas ilegalmente aterradas ou desmatadas. Em outras ocasiões, a legislação oficial foi alterada, com um aumento significativo no índice de aproveitamento de cada terreno (Gonçalves, 2005, p. 45).

Não causa espanto que, mesmo em uma cidade pródiga em gerar e receber celebridades de toda ordem, alguns dos mais famosos personagens da Barra da Tijuca sejam empreendedores imobiliários. Dentre eles, Tjong Huong Oei é o mais marcante e polêmico (Gonçalves, 2005). Conhecido como o Chinês da Barra, foi um dos pioneiros na construção do estilo arquitetônico que se espalhou pelo bairro: “o condomínio fechado que pretende reeditar um modo de vida campestre, associativo, protegido, entre iguais” (Ribeiro, 1997, p. 314).

Conseqüência da privatização do projeto arquitetônico e urbanístico, o que se viu – e, diga-se, não é pouca a polêmica em torno do tema – foi a construção de uma infinidade de condomínios nos quais, supostamente, os moradores sentem-se mais seguros e protegidos, desfrutando de mais espaço e comodidade. O crescimento da tendência foi tamanho que, no final da década de 1980, os valores empreendidos na construção de imóveis na Barra da Tijuca já ultrapassavam a metade do total investido na cidade.

O caráter sectário se firmou e cresceu a ponto de, no ano de 1988, uma inusitada proposta ganhar força entre os moradores da região: a realização de um plebiscito no qual os eleitores se manifestariam contrários ou favoráveis à municipalização da Barra da Tijuca. A três de julho daquele ano realizou-se o pleito, sepultando o separatismo em uma considerável abstenção dos eleitores.

Discursos de alguns líderes de construtoras imobiliárias publicados recentemente em diferentes edições do jornal O Globo indicam o primado da segurança na estruturação espacial ali vigente. Disse o presidente de uma empreendedora imobiliária: “A idéia é criar o maior número de barreiras possíveis até o acesso ao apartamento. Se o visitante demorar a chegar ao seu destino, acionaremos os seguranças para verificar o que está acontecendo”. O diretor-presidente de outra construtora afirmou o que todos já sabem: “A segurança é a primeira questão levantada por clientes na hora da compra. Só depois vem lazer e serviços”. Outro executivo declarou: “A tendência é se criar bairros em que se corrijam erros que se encontram na cidade, principalmente, no que diz respeito à segurança. As pessoas querem viver num lugar de sonho”. Pensando em atender esse desejo, entre os projetos de sua incorporadora há, diz ele, o de “um bairro intramuros, como se fosse uma cidade medieval”.

Defendendo-se dentro de muros e grades das ameaças as mais diversas, cria-se um estilo de vida que, enclausurado, fecha-se e priva-se da experiência coletiva. Flávio Marinho, autor de teatro, critica o bairro na edição de quatro de setembro de 2005 do jornal O Globo: “Nunca vou lá. Quando alguém convida, penso logo: e eu nem tomei vacina!”. Na mesma edição do diário, o sambista Zeca Pagodinho – suburbano de nascimento e recente morador do bairro dos emergentes – é mais carinhoso. Falando sobre a identidade carioca, diz ele: “A Barra ainda não faz parte dessa identidade, mas em breve fará. Eu mesmo sou uma pessoa que vai trabalhar para isso”. Ousado trabalho.

A letra do jingle da campanha contra a emancipação, apoiada no clássico da Bossa Nova, cantava: “A Barra é carioca, ela é carioca...”. Fato indubitável: mesmo que para o desgosto de muitos nomeados da gema, a Barra também é carioca. A indagação premente é: afinal, qual a carioquice da Barra? Ou, talvez, um pouco mais: qual carioquice a Barra está ajudando a produzir?

Componentes não explicitados das questões acima se desmembram e mostram-se em toda a sua urgência: em um bairro feito na forma dos condomínios - quase um arquipélago urbano – quais as pequenas batalhas cotidianas ainda teriam força de consistir? Em tal contexto, de que modo a teimosia da resistência múltipla poderia se apresentar? Parece claro que o furor ordenativo dá-se quase em seu limite; um passeio errante, todavia, talvez seja capaz de escrever a paisagem quase invisível de embates entre os esquadros e as composições criativas que, mesmo com dificuldade, teimam em se dar...

Esquadros.

O turista aceitara a carona que os anfitriões lhe ofereceram. O casal – amigos dos pais - deixaria a filha mais nova na casa de uma colega de aula e então o levariam ao ponto de ônibus. O jovem universitário, novato na cidade, queria conhecer o Centro. O trajeto de automóvel – curto, seco, reto e acelerado: condomínio, avenida, condomínio – é incapaz de produzir sobressaltos. Chegando ao primeiro destino, o rapaz escuta com curiosidade e discrição as recomendações paternas à menina: “Já sabes, filha. Não esquece de nos ligar”. A filha aborrecida - “sei, sei sim” - desce do automóvel, sorri para a câmera, apresenta-se ao porteiro e adentra o condomínio. O motorista engata a marcha à ré e se vai em direção ao ponto. Menos de um minuto se passa e o telefone celular da mãe toca: “Tá bom, tá bom...”. Tranqüilizada, informa ao marido que a filha chegou em segurança ao apartamento da amiga. O turista pouco entende.

Na mesa do café da manhã, pouco mais de meia hora antes, lhe eram explicadas as vantagens de morar na Barra da Tijuca. Ali – diziam eles, sorridentes - a família podia viver com tranqüilidade. O playground e a piscina do condomínio ofereciam segurança à diversão dos rebentos; todo e qualquer movimento era controlado e vigiado, praticamente zerando os riscos de assaltos ou seqüestros; por fim, a mais importante e exaltada das vantagens: vivendo ali, a família praticamente não precisava ir à cidade. Àquela altura o turista já não entendia. Lembrava-se de um texto lido meses antes, o qual dizia que, na Idade Média, cidade era aquilo que se localizava dentro da área murada; todo o resto era arrabalde. Posteriormente, dizia o texto, com a derrubada das muralhas, no século XVIII, tiveram lugar a ocupação extensiva, a aglomeração populacional, o convívio diário com a diferença, típico de grandes cidades. Ele perguntava a si mesmo, constrangido em comunicar a dúvida: quais os riscos a cidade oferecia àquela família? Afinal, por que tamanha determinação em fugir da cidade? As palavras soavam utópicas, quase místicas: “Vivendo aqui, praticamente não precisamos ir à cidade...”. E? As questões surgiam e não se faziam acompanhadas de respostas. Ele não entendia.

No chacoalhar do ônibus 175 da volta, já ao cair do sol, o outdoor provoca: “Sorria, você está na Barra”. O riso a que a placa convoca não pôde se furtar a deixar transparecer certa melancolia e, novamente, desentendimento. Por que sorrir, afinal? Do muito pouco que conhecia do bairro, nada ainda impingia o turista às gargalhadas. Ele intuía, precoce: na paisagem achatada vista pelos olhos extenuados dos passageiros metropolitanos o meio mais propício de se clamar por um sorriso é mesmo o anúncio publicitário; convocava-se um sorriso-mercadoria, assim como se ofereciam bugigangas nas lojinhas do mundo perfeito da

Disney. Um tanto murcho no banco do coletivo, o rapaz lembrava-se de imagens do dia passado na cidade.

Houvera caminhado bastante. Descera do coletivo na Central do Brasil, e dali partira em passos lentos: Campo de Santana, rua da Carioca, rua Uruguaiana, rua do Ouvidor, praça XV, Cinelândia. Não tendo um mapa e um itinerário pré-definido, o turista propusera-se a andar sem rumo – quase perdido. Calçadas de paralelepípedos irregulares, cheias de história e de estórias – uma negra bantu que carregava fezes em tinas, famigerados e revoltosos cidadãos contrários a vacinas, cultos pagãos, sábias cidades da ordem e do progresso – faziam curvos os seus passos. Em estreitos becos e largas avenidas, ele adivinhava a tradição insistente das pequenas guerrilhas que ao longo do tempo construíram a mais antiga região da cidade. No ônibus, o turista pensativo lembrava-se de paredes rugosas e descascadas fazendo fundo para o reluzente terno novo do investidor da bolsa de valores, do alumínio recém posto servindo de encosto para o sono do maltratado maltrapilho. Recordava-se da malta disforme de pessoas dos mais diversos matizes: um bando de seres andando de lá prá cá. Elas batiam-se, desculpavam-se, xingavam-se, riam, conversavam. No espaço paradoxal, o sono depressivo de uns acelerava a hiper-atividade pró-ativa de outros. Ao final do passeio, acompanhados da cerveja no boteco, causos e opiniões se entrecruzavam em gritos e sussurros empapuçados. A escuta de falas que se atravessavam umas nas outras impedia a racionalidade de um discurso uníssono.

Seria isso o que na cidade tanto assustava aquela família angelical? Seria a cidade do desassossego, a cidade dos ditos impossibilitados de tradução? Que medo da cidade era aquele? Matutava e, pela janela do coletivo, fitava o bairro emergente. Ao observar, a impressão de que nem nada nem ninguém revidava seu olhar colocava-lhe ainda mais solitário. Via gigantescos condomínios gradeados ladeando a ancha autopista e fluxões de fluxos em velozes idas e vindas: nenhum indicativo de frestas ou porosidade. Que cidade era aquela que se construía ali? Será que aos projetistas daquelas construções também não aprazia ir à cidade? De que, afinal, o anúncio publicitário convocava a sorrir?

Um pouco adiante, uma réplica da Estátua da Liberdade na fachada de um shopping center não disparava qualquer resquício de impulso consumista. De rebote, a escultura lhe remetia a guerras imperialistas empreendidas a fim de engolir a diferença do planeta. American way of life. Estranha liberdade, pensava. O ônibus corria; o turista assistia o cenário escorrer e pensava. Via guaritas equipadas e recordava-se do amigo mameluco que fôra barrado na alfândega e deportado ao tentar visitar a Europa. Lembrava-se das viaturas policiais e suas exibicionistas metralhadoras na janela. Tais notas de uma mínima tolerância à

diferença – grandiloquentes conflitos globais, a minúcia do cotidiano - faziam-lhe supor que talvez fosse essa a cidade – lugar pleno de possíveis, turba de multiplicidade - que tanto assustava a família. Mais ainda, dava-se conta, assustado, de que o medo não era somente deles. Era um medo impessoal, o qual, circulando lépido no vácuo entre as existências, fazia a tranquilidade das fronteiras e das defesas vigorar obrigatoriamente nas mais diversas instâncias. Divagando sobre o presente, imaginava a foto aérea do bairro – a panorâmica vista pelo olho das andorinhas que, lá em cima, tentavam fazer verão: um arquipélago urbano, com ilhas ensimesmadas defendendo-se a todo custo de sabe-se lá o quê. O turista ainda não via motivos para sorrir.

Após descer do ônibus 175, caminhar duas quadras na avenida das Américas e tomar as vias laterais, ele apercebe-se do vazio das ruas. Andando em direção ao condomínio onde se hospedava, chama-lhe a atenção o número diminuto de pessoas com as quais cruza. Ele bem sabia, não era por serem poucos os moradores e trabalhadores do bairro. Ao contrário – a quantidade e a altura dos prédios lhe indicavam - eles eram muitas centenas de milhares. Porém, dentro do que quer que seja – carros, condomínios, guaritas – os sujeitos, naquele exato momento, evitavam-se. O vazio da rua não se assemelhava ao bucolismo campestre. O vazio da rua era outro: na solidez segmentária de muros e grades os cidadãos tratavam de demarcar rígidos territórios existenciais. Um vazio apavorado, fugidio. Ou, talvez mais do que de um vazio, tratava-se de um processo de constante esvaziamento promulgado por vidas sem transversais. Os golpes casuais de ternura e violência dificultavam-se. Compartimentadas as existências, a tensão incômoda da alteridade via-se quase impossibilitada de se atualizar.

Caminhando devagar, ele pensava sobre o tal esvaziamento. Durante o liso trajeto, nada ou quase nada que o surpreendesse. Luzes acendiam ao terem os sensores sensibilizados pela sua presença. Via as guaritas e seus vidros cobertos de películas fumê que os tornavam escuros e lhes emprestavam ares policialescos e militarizados. Vendo sem ser vistos, os porteiros vigiavam como se dos espaços vazios pudesse surgir toda sorte de demônios. Na negridão do reflexo, o turista nada podia ver além de si mesmo: imageticamente, só o que ocorria era a repetição de uma identidade. Ideava as tantas existências que porventura poderiam estar por detrás de cada camada especular e supunha que essas tais vidas o observavam com suspeita e desconfiança. Tal qual a família hospedeira, eles talvez tivessem medo de todo e qualquer desconhecido. Tal qual a família, eles talvez já agradecessem por não ter de ir à cidade.

Chegando ao condomínio, a dificuldade de adentrar já não surpreende o rapaz. O porteiro responsável pelo turno, afinal de contas, não lhe conhecia. O funcionário solicita-lhe

um rol de informações – carteira de identidade, digital, fotografia – e só então interfona e comunica aos moradores que havia um rapaz querendo subir. Cada vez mais intrigado - ele pensava na cidade e na segmentaridade -, o turista adentra a fábrica de interiores e sua linha de montagem de privacidades paranóicas.

A família angelical preparava-se para o jantar. Horas antes, durante a primeira refeição do dia, eles lhe contavam sobre as vantagens de se morar na Barra da Tijuca. Falavam sobre a maravilhosa possibilidade de não ter de ir à cidade. Após o passeio e as divagações disparadas pelos diversos encontros, o turista cogitava mais: a impossibilidade de ida à cidade. A imprevisibilidade dos encontros talvez já lhes fosse insuportável. Assistindo ao noticiário – estórias de guerras na cidade e no mundo – os pais comentavam: “A coisa lá fora não tá fácil...”.

No bloco final do programa, a notícia veio como faca amolada. Na mesma Barra da Tijuca – as ruas vazias, o sorriso forçado, os moldes gradeados - cinco ou seis jovens haviam espancado uma empregada doméstica. A desculpa do grupo - incrivelmente posta como algo capaz de lhes safar do xadrez – foi a de que pensavam tratar-se de uma prostituta. No bairro ensimesmado, o lixo urbano parecia não ter vez. As sobras – tantas, obviamente – ou sumiam no reflexo das grades ou sofriam com a fúria dos bem-nascidos.

O turista seguia curioso, intercalando hipóteses aos abalos: sem qualquer resquício de porosidade, pensava ele, zeravam-se as possibilidades de tolerância e gosto pela diferença. Temerosos e esquivos em relação ao coletivo eternamente inquieto e agitado, vagas de cidadãos apostam na solução dos coletivos-mercadoria: esqueciam-se da estreita ligação, diretamente proporcional, entre o imperativo da segurança e a despolitização. Acompanhavam via televisão e internet conflitos mudos e inodoros ao redor do mundo. Incapazes de suportar a pobreza produzida dia-a-dia no lado de fora de suas existências, tratam de exterminar, raivosos, a prestadora de serviços domésticos como se fosse - pasmem – uma meretriz.

O turista agora já entendia um pouco mais. Ensimesmada, a família fechava-se em uma das tantas prisões às avessas do bairro. Cercava-se, protegia-se. E não era só ela. Na sutileza rude do segmento engendravam-se, no limite, arrogantes espancadores da alteridade. Em violentos discursos micro-fascistas, uma história plena de ódio era escrita nos anais do presente. A fome de limites territoriais nunca era saciada, e pretendia-se defender a repetição do mesmo com unhas, dentes e cacetetes. A hipótese cada vez era mais clara: talvez o grande perigo da cidade fosse justamente o pulular de relações que se fazem incessantemente e inesperadamente, sem qualquer coerência ou lógica. Abdicando da cidade, faziam com que a cidade obrigatoriamente abdicasse deles. Com a desistência de compor algo comum com

outros cidadãos, a surpresa do fora se esvaziava. O rapaz entendia um pouco mais, e não tinha vontade de sorrir.

Já na cama, devaneando antes do sono vir, o jovem turista imagina a cena. Em um quarto excessivamente limpo – sanado de tudo que é resto ou resquício de história – o vazio do tédio impera. No guarda-roupa do quarto organizado por um velho obsessivo, cada peça de roupa tem um lugar determinado e específico. Altas da madrugada, apavorado, imagina o idoso: “Vai que as camisas de flanela se misturem com as calças sociais... Vai que as meias sejam postas junto aos calções...”. Temeroso das misturas, ele, quase em pesadelo, quase em surto, ordena tudo. Possível personagem de qualquer literatura barata, o sujeito segmenta a mobília até não mais poder. No limite, ele sonha criar um bairro inexistente na zona oeste de uma cidade também inexistente. Findando a cena e quase dormindo, só então o rapaz, debochado, consegue sorrir.

Sopros.

Na edição dominical do jornal a charge debochada de Luis Fernando Veríssimo faz pensar. Na beira da praia, o neto pede ajuda: “Vô, me ajuda a fazer um condomínio fechado na areia?”. A contemporaneidade – as infâncias por ora produzidas, a criança na beira da praia – parece dirigir a construção de tal modelagem arquitetônica evitativa. Na seqüência inexistente da charge, todavia, poder-se-ia imaginar o mar, inevitável, invadindo em vagas os grânulos e desfazendo os muros do condomínio de areia. Faceiro ou choroso, talvez o menino conclua que há algo que não tem governo nem nunca terá. Na cidade estriada, pequeninos processos de alisamento também insistem e desafiam os sólidos esquadrinhamentos. Eles não podem ser muitos. Ocorrem sôfregos. Mas, ainda, ocorrem.

Na praça quase deserta, três gerações da mesma família põem-se a confabular. O avô quer continuar a levar a neta à praça. A mãe da criança diz que é perigoso e quase implora para que se divirtam no condomínio. Subindo e descendo sozinha na gangorra, a criança pede que assistam suas hábeis estripulias. Diz que quer ficar. Os adultos falam de dois tempos da mesma cidade: do olhar confiante e orgulhoso de outrora ao olhar arisco e temeroso de agora.

O mais velho quer continuar ali; irônico, diz nunca ter gostado de prisões: “Uma prisão toda feita em ouro é ainda uma prisão”, diz, sábio e piegas. A mãe da menina ainda tenta repetir os velhos argumentos em prol da segurança. Desiste, vencida. Na última frase da conversa, dá-se o direito de dizer: “Se acontecer alguma coisa com ela, já sabe...”. A menina sobe e desce no brinquedo, feliz da vida, sorrindo e berrando: “Olha mãe! Olha vô!”. O avô resolve apostar e manter-se com a neta no espaço público. Alguns minutos depois, a sobrinha da empregada de outro condomínio aparece para brincar na praça. Acanhada, a recém chegada pede para brincar junto. Um tanto contrariada – desconcertada, temerosa e quiçá maravilhada com a presença da estranha -, aceita a companhia. Agora o que lhe faz subir e descer na gangorra é o impulso e o peso da desconhecida. A força interventiva da outra obriga ambas a reinventarem um novo ritmo no brinquedo. Elas sobem, descem, coadunam-se e se desentendem. Ora de tratam-se, ora delíam-se. Novamente, a neta grita: “Olha, vô!”. O avô, satisfeito, testemunha o vívido encontro promovido pela composição de um par nervoso e desigual para além das tais prisões douradas. O turista, sentado no banco na quina do largo, aprecia a cena. Lembra do velho e de seu roupeiro – o desespero da identidade -, e, novamente - mesmo que nenhum outdoor lhe peça - sorri.

Em uma sinaleira próxima à praça, meninas bem apessoadas distribuem panfletos na hora do rush: “No melhor local da Barra, segurança para você e para sua família”; “Playground completo; escola de inglês; supermercado: tudo para você não precisar sair daqui”. Aproveitando a carona, o turista observa e pensa: nos momentos de freio dos sujeitos em seus automóveis, a publicidade abocanha engrenagens de desejos. Pequenas nesgas de papel resgatam as metas vigentes no bairro: segurança, tudo para você não precisar sair daqui, dizem e repetem os anúncios. Mas, nas mesmas sinaleiras, outros profissionais ganham a vida. Nas concorridas encruzilhadas, malabaristas autodidatas apresentam sua arte. Arte essencialmente urbana, justamente por se dar distante da interioridade dos shoppings nos quais os teatros são construídos. Sentado ao lado da irmã – no banco de trás do carro onde o turista flanava acelerado - um gurizote de cinco ou seis anos arregala os olhos e surpreende-se com a agilidade do rapaz que joga bolas para cima com os olhos vendados. Evidentemente sem uma pataca no bolso, quando o jovem passa ao lado do carro solicitando gorjetas, o menino abre o vidro e estabelece outra troca. Um pequenino encontro que vai distante de toda e qualquer mercantilização ou previsão: ele agradece e informa ao artista o quanto gostou do espetáculo. A sinaleira já abriu, o motorista já arrancou, e o pacífico encontro já se deu. Deslumbrado, o menino vai até o condomínio falando sobre o que vira. Quem seria aquele anti-herói que batalha na fugacidade do sinal fechado?, indagava.

Em outra sinaleira, em outro dia, o menino outrora agradecido e ainda ingênuo quanto às benesses da urbe sente o boné de grife ser-lhe arrancado da cabeça. De chofre, ainda consegue assistir a desabalada carreira do gatuno. Em breves e estridentes segundos, histórias são obrigadas a confrontar-se, atravessando-se uma na outra. O menino roubado não chora – mimado, tem a plena convicção de que outro chapéu lhe será regalado. Mais que resmungos, o inusitado choque lhe dispara paradoxais questões infantis: ele quer saber porque a polícia não estava lá naquele instante; quer saber, também, como foi que aquele menino pode ocupar o mesmo espaço que ele; indaga quem é aquele menino, para além de um pequeno furto; será que ele vai parar atrás das grades? Sagaz, indaga, por fim: o que haveria de comum entre eles? Curioso, o menino sente no corpo a cidade e sua potência de atravessamento. No rádio do carro, Belchior soava mais provocador do que nunca cantando que viver é melhor que sonhar.

O mesmo olho aturdido – quase insensível, tantas são as imagens quase repetidas que lhe surgem instante a instante - dobrando-se e se desdobrando ante a arte e a fuga, produz-se no desassossego. O artista já não era a atração do programa de televisão. O fugitivo já não era mais o personagem mau do longa metragem de animação visto no dvd. Na imagem de tantas retinas, construía-se a cidade do filhinho de papai, do malabarista e do ladrão. Quando o anjo ingênuo perde suas asas e adquire uma história, passa a compor-se de transversais. É então que, para além de muros e grades, erige-se uma cidade - ou várias cidades.

Em sua última manhã na cidade, lagarteando no Pontal, o turista fita o horizonte. Em primeiro plano, a geometria euclidiana e a geografia insular dos condomínios da Barra da Tijuca. Em segundo plano, a indecisão curvilínea de um relevo quase impossível: Pedra da Gávea, morro Dois Irmãos e tantas outras dobras. Ele percebe a metonímia dos embates urbanos: a rixa entre a retidão evitativa do ferro e os tortuosos encontros inusitados da pedra – o intrincado jogo entre o cristal e a chama. Vendo as montanhas solaparem a imagem das moradas, aposta alto no primado dos desgovernos. Ele entende um pouco mais dos sorrisos postos à venda, de contraditórias liberdades, de privacidades paranóicas. Ele também entende um pouco mais de algo que há a ser feito – e do que, na invisibilidade do detalhe, talvez já esteja sendo posto em prática.

Entrementes, menos do que porem-no mais sabido, os entendimentos impingiram-lhe mais e mais questões. O turista despede-se do bairro ainda mais interrogativo do que chegou. Vendo a maré altear e desfazer barreiras de grãos de areia, pela última vez, sorri.

SAÍDAS.

No suposto e arbitrário derradeiro passo errante da jornada, o andarilho lembra da equivocidade que engendrou do Leme ao Pontal. Ele lembra-se do afã da partida, no topo do morro do Leme, e das imagens que a partir dali foram sendo pintadas. Fragmentos de uma longa andança que - afirmando a multiplicidade dos disparos, leves e alegres como apraz a um gaio saber - findaram por criar uma cidade singular: mosaico em alvo, todo e fragmentário ao mesmo tempo. Cidades visíveis e invisíveis, tantas quantas foram.

Ele recorda-se dos instantâneos de uma certa Copacabana. Uma madrugada com exus soltos nas quebradas, vidas amontoadas sob marquises; a aurora de vômitos e malhação. Em um dia qualquer, uma senhora destrancando a terceira fechadura do portão, a cidade observando um trote na esteira; no dia-a-dia, a praça do portão que funciona tal qual uma aduana, áreas ocupadas sem usura na beira da praia. Uma praça em que a vitória é a continuação do embate, uma praça que filtra faixas etárias. A noite fazendo ferver o calçadão, a noite chegando antes do sol se pôr no bairro. Refazendo os passos, ele apercebe-se de que ainda crê: há muita coisa acontecendo em Copacabana. Oxalá.

O caminhante lembra-se dos rompantes em grades de uma praça em Ipanema, de uma placa transbordante de perversa hospitalidade em outra – dita de todos. Loteamentos na areia da praia, vozes ecoando nos televisores clamando por controle policial e cidadelas, diversos modos da percepção das finas fronteiras entre uns e outros no bairro. No refazer dos passos ele reencontra uma cidade noturna – o invisível saltando aos olhos. Vem-lhe à mente minúsculos encontros inusitados – cantadas na borda da praça, o paranóico e o universitário, o pedinte sem pernas e a menina que sobe e desce na cama elástica. As recordações fazem-lhe novamente crer que a fluência das gentes talvez ainda seja capaz de passar por entre os ocios dos gradis.

O caminhante lembra-se da intensividade de cercas e cerdas no Leblon. Ruas sem detritos, praças sem grades. O cenário da finesse, o êxodo da plêiade de proletários. Discursos odiosos em tantas ágoras, um apartheid simbólico e concreto. Lembra-se, também, de outras intensidades: a noite e as águas agindo no sono e na impossibilidade de varredura. Um homem infame e solitário gritando silencioso o sussurro da cidade, fazendo ouvir a potência das poucas e tenazes sobras; o mar indômito insinuando encontros e desencontros e fabricando, na imanência das ondas sem timoneiro, um outro Leblon – inalcançável para a varredora e para as grades invisíveis.

Ele refaz os passos do estranho aprendido de um turista na Barra da Tijuca. Sorriso-mercadoria, coletivos-mercadoria, uma família que preza as vantagens de não ir à cidade. Gigantescos condomínios gradeados e auto-sustentáveis - arquipélago urbano -, anchas autopistas - fluxões de fluxos. O errante recordava-se do apavorado processo de esvaziamento promulgado por vidas sem transversais, da repetição de identidades em espelhos nas guaritas à margem da rua. Retornam ao seu ouvido discursos micro-fascistas e falas dos espancadores de alteridade. Mas, para além dos esquadros, ele lembra-se também de sopros. Lembra-se do sobe e desce de meninas na gangorra, de um anjo ingênuo perdendo as asas – a cidade do filhinho de papai, do malabarista e do ladrão. Ele, por fim, lembra-se da tortuosidade quase impossível das montanhas solapando a retidão da forma dos condomínios; recorda-se do vai-e-vem do mar desfazendo grânulos e insinuando que há algo que não tem governo nem nunca terá. Quase sem perceber, o errante refaz o sorriso da despedida do Pontal.

Ele pensa que talvez não fosse necessário dizer, mas acha que nunca é demais: o pensamento somente pode se autorizar a consistir e a se escrever porque, feito nas dobras da cidade, na próxima esquina, pode destruir-se e reinventar-se. Ele recorda-se de um filósofo zombador, que certa vez pensou: pouco importam as entradas, desde que as saídas sejam muitas. Ele acredita que talvez seja justamente na maravilha do trânsito desta formulação que pensamento e cidade emparelham-se: em cada dobra abrem-se juntos ao devir dos encontros os quais, novamente - e não se sabe quando -, algo produzirão.

Também não seria necessário dizer, mas nunca é demais: os passos do caminhante prestaram-se às possibilidades de reinvenção da existência. Quiseram-se aptos a fazer operar o ressoar da voz de uma estranha Psicologia – filha bastarda de uma catrafa de saberes, artes e sabedorias -, quando, nos interstícios polifônicos de uma orquestra transdisciplinar despojada de quaisquer especialismos, tenta fazer visto aquilo que ajudamos a fazer de nós mesmos, sempre a fim de que novos arranjos possam consistir.

Na feitura do recorrido, o andejo afinal dá-se conta de que ainda acredita nas possibilidades de invenção do presente. Relembrando os curiosos personagens conceituais, as paisagens leves, as lutas inglórias, ele apercebe-se: ainda há muito a disparar; já há muito sendo disparado. No suposto e arbitrário derradeiro passo errante da jornada, o caminhante percebe que a cidade, um pouco sôfrega, ainda vive a vida dos possíveis: a doma das virtualidades tem frustradas suas expectativas. Encontros, embates, passagens e atravessamentos ainda permitem que os passos sigam inventando existências em tramas inconclusas e imprevisíveis. As pernas do pensamento aproveitam e seguem as veredas da grande cidade. Sem saber aonde, vão que vão: viver é etcétera. Evoé!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGAMBEN, Giorgio. *Sobre a segurança e o terror.* Em: Cocco, Giuseppe e Hopstein, Graciela (orgs.). *As multidões e o Império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos.* Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

ANTÔNIO, João. Ô, Copacabana! São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

BAPTISTA, Luis Antonio. *Combates urbanos: a cidade como território de criação.* Em: Guareschi, Neuza. *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. *A cidade dos sábios.* São Paulo, Summus, 1999.

BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas – a segunda infância.* São Paulo: Editora Planeta, 2006.

_____. *Livro sobre nada.* Rio de Janeiro: Record, 1997.

BATELLA, Juva. *A varredora.* Em: Moutinho, Marcelo e Izhaki, Flávio (orgs.). *Prosas cariocas: uma nova cartografia do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.

BAUDELAIRE, Charles. *Poesia e prosa.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Infância em Berlim por volta de 1900. Tiergarten.* Em: *Obras escolhidas*, vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Imagens do pensamento*. Em: Obras escolhidas, vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

_____. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. Em: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O surrealismo – o mais instantâneo da inteligência européia*. Em: Os pensadores, volume XLVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 2000.

CABRAL, Ana. *Dissertação: Subjetividades e espaços: narrativas incompletas*. Niterói: UFF, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

_____. *O castelo dos destinos cruzados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CARDOSO et alli. *Copacabana: história dos bairros*. Rio de Janeiro, João Fortes engenharia / Editora Index, 1986.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

COSTA, Luis Artur, MIZOGUCHI, Danichi Hausen e FONSECA, Tania Mara Galli. *Corpoartecidade: (inten)cidades dos corpos urbanos*. Em: Fonseca, Tania Mara Galli e Engelman, Selda. *Corpo, arte e clínica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. *A imanência: uma vida...* Em: Vasconcellos, Jorge e Fragoso, Emanuel Ângelo da Rocha (orgs.). *Gilles Deleuze: imagens de um filósofo da imanência*. Londrina: Editora UEL, 1997.

_____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2001.

_____. *Tratado de nomadologia: a máquina de guerra*. Em: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Volume 5*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

_____. *Micropolítica e segmentaridade*. Em: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Volume 3*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. *Introdução: rizoma*. Em: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Volume 1*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles e NEGRI, Antonio. *Controle e devir*. Em: Deleuze, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. *Diálogos*. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.

DESCARTES, René. *Coleção Os pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

DOSTOIEVSKI, Fiódor. *Memórias do subsolo*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ESPINOSA, Baruch de. *Ética*. Em: *Coleção Os pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

FAWCETT, Fausto. *Rio 40 graus: purgatório da beleza e do caos.* Em: Pereira, Rui e Vieralves, Ricardo (coord.). *Rio 40 graus: beleza e caos.* Rio de Janeiro: Quartet: Instituto Cultural Cravo Albin: Labore/UERJ, 2002.

FERREIRA, Marcelo Santana. *A cidade como um texto: fragmentos da experiência homossexual masculina no Rio de Janeiro contemporâneo.* Rio de Janeiro: PUC/RJ, tese de doutorado, 2006.

FONSECA, Rubem. *A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro.* Em: Romance negro e outras histórias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FONSECA, Tania Mara Galli. *A alma paradoxal da casa.* Em: VERVE: Revista semestral do NU-SOL – Núcleo de sociabilidade libertária / Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. Nº 8 (outubro 2005-). São Paulo: o Programa, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames.* Em: Estratégia, poder-saber. Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *O que são as luzes?* Em: Ditos e Escritos, volume II. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000-a.

_____. *Em defesa da sociedade.* São Paulo: Martins Fontes, 2000-b.

_____. *O Sujeito e o Poder.* Em: Dreyfus e Rabinow. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel e BAROU, Jean-Pierre. *O olho do poder.* Em: Foucault, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel e DELEUZE, Gilles. *Os intelectuais e o poder.* Em: Foucault, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GAGNEBIN, Jean-Marie. *Posfácio: uma topografia espiritual*. Em: Aragon, Luis. O camponês de Paris. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Barra da Tijuca, de rua em rua*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2005.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1990.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1986.

HADDOCK-LOBO, Rafael. *Walter Benjamin e Michel Foucault: a importância da ética do deslocamento para uma Outra história*. Rio de Janeiro: Comum, volume 9, numero 22, janeiro-junho, 2004.

HARDT, Michael. *A sociedade mundial de controle*. Em: Alliez, Eric (org.). Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HOLLANDA, Chico Buarque de. *Estorvo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HOUELLEBECQ, Michel. *Plataforma*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade*. Em: Jeudy, Henry Pierre e Jacques, Paola Berenstein (orgs.). Salvador: EDUFBA PPG-AU/FAUFBA, 2006.

JIMÉNEZ, José. *Extravios en la ciudad: conocimiento y experiencia estética de lo moderno*. Em: Jarauta, Francisco et al. *Walter Benjamin: Tiempo, lenguaje, metrópoli*. San Sebastián: Arteleku, 1992.

LAVINAS, Lena e RIBEIRO, Luiz César de Q. *Imagens representações sobre a mulher na construção da modernidade de Copacabana.* Em: SOUZA, Célia Ferraz de e PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

LIPOVESTKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos.* São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder.* Em: Foucault, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MACIEL, Auterives. *O pensamento e o cinema: uma abordagem estética.* Em: Trieb / Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – Nova Serie, V. 3, no 1 e 2 (mar./set. 2004). Rio de Janeiro: Relume Dumará: SBPRJ, 2004.

MASSEY, Doreen. *Um sentido global do lugar.* Em: Arantes, Antônio A. (org.). *O espaço da diferença.* Campinas: Papyrus, 2000.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen, COSTA, Luis Artur e MADEIRA, Manoel. *Sujeitos no sumidouro: a experiência de criação e resistência do jornal Boca de Rua.* Em: *Revista Psicologia & Sociedade / Associação Brasileira de Psicologia Social.* Volume 19, número 1 – janeiro/abril de 2007.

NEGRI, Antônio. *De volta: abecedário biopolítico.* Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. *Cinco lições sobre Império.* Rio de Janeiro: DP & A, 2003a.

_____. *Kairós, Alma Vênus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo.* Rio de Janeiro: DP & A, 2003b.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe; LAZZARATO, Maurizio. *“Somos todos nova-iorquinos” – Antes de Genova, depois de Nova York.* Em: Cocco, Giuseppe e Hopstein,

Graciela (orgs.). *As multidões e o Império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NEVES, Claudia Abbês Baeta. *Tese: Interferir entre desejo e capital*. São Paulo: PUC/SP, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. *Para além de bem e mal – prelúdio de uma filosofia do porvir*. Em: Nietzsche, Friedrich. Coleção Os pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

PASSOS, Eduardo e BENEVIDES, Regina. *Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Psicologia Clínica, volume 13, n.1, 2001.

PECHMAN, Robert Moses. *Quando Hannah Arendt vai a cidade e encontra com Rubem Fonseca (ou da cidade, da violência e da política)*. Rio de Janeiro: mimeógrafo, 2005.

PEIXOTO, Nélon Brissac. *Paisagens urbanas*. São Paulo: Editora Senac de São Paulo: Editora Marca d'água, 1996.

_____. *Ver o invisível: a ética das imagens*. Em: Novaes, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *O olhar do estrangeiro*. Em: Novaes, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

PLATÃO. *A república*. Em: Coleção Os pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.* Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras Estórias.* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

SARAMAGO, José. *Intermitências da morte.* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental.* Rio de Janeiro: Record, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. *Entrevista. Revista Caramelo, número 7.* São Paulo: USP, 1994.

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental.* Em: Velho, Otávio (org.). *O fenômeno urbano.* Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

SIMONDON, Gilbert. *A gênese do indivíduo.* Em: Pelbart, Peter Pál e Costa, R. (org.). *O reencantamento do concreto.* São Paulo: Hucitec, 2003.

SLOTEDIJK, Peter. *No mesmo barco: ensaio sobre a hiperpolítica.* São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ. *Ipanema de rua em rua.* Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2005.

VACCARO, Salvo. *Vigiar e expelir: bio-fronteiras da individuação e dispositivos de captura social.* Em: VERVE: Revista semestral do NU-SOL – Núcleo de sociabilidade libertária / Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. N° 8 (outubro 2005-). São Paulo: o Programa, 2005.

VAZ, Paulo. *Um pensamento infame: história e liberdade em Michel Foucault.* Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

VEYNE, Paul. *Foucault revoluciona a história.* Brasília: Ed. UNB, 1978.

VIANNA, Hermano. *Ternura e atitude blasé na Lisboa de Pessoa e na Metrópole de Simmel.* Em: Velho, Gilberto, (org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

VILHENA, Junia de. *Da cultura do medo à fraternidade como laço social.* Em: Vilhena, Junia de, Castro, Ricardo Vialves de, Zamora, Maria Helena. *A cidade e as formas de viver.* Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

WACQUANT, Loic. *A globalização da “Tolerância Zero”.* Em: *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade.* Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2000.

ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

PERIÓDICOS:

Fortalezas de vidro. Jornal O Globo, 22/04/2007.

Onde o Rio é mais carioca. Jornal O Globo, 04/09/2005.

Portarias blindadas. Jornal O Globo, 20/11/2005.

Cidades dentro de cidades. Jornal O Globo, 4/6/2006.

DISCOGRAFIA:

ASSUMPÇÃO, Itamar. *Chavão abre porta grande.* Álbum Sampa midnight, 1983.

GESSINGER, Humberto e LICKS, Augusto. *Muros e grades.* Álbum Várias variáveis. Rio de Janeiro: 1991.

_____. *Piano bar.* Álbum Várias variáveis. Rio de Janeiro: 1991.

HOLLANDA, Chico Buarque de. *As Vitrines.* LP Almanaque. 1981.

JOBIM, Tom, MORAES, Vinicius, TOQUINHO. *Carta ao Tom 74.* LP Tom, Vinicius, Toquinho e Miúcha gravado ao vivo no Canecão. 1977.

JOBIM, Tom, MORAES, Vinicius, TOQUINHO, HOLLANDA, Chico Buarque de. *Carta do Tom.* LP Tom, Vinicius, Toquinho e Miúcha gravado ao vivo no Canecão. 1977.

MAIA, Tim. *Do Leme ao Pontal.* LP Tim Maia, 1986.

VIOLA, Paulinho da e CARVALHO, Hermínio Bello de. *Timoneiro.* Álbum Bebedosamba, 1996.

VIOLA, Paulinho da. *Sinal fechado.* LP Foi um rio que passou em minha vida, 1970.

FILMOGRAFIA.

KUBRICK, Stanley. *2001: uma odisséia no espaço.* Estados Unidos, 1968.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)